

# **Mais direitos e mais poder para as mulheres**

CARMEN ET AL.





***Mais direitos  
e mais poder  
para as mulheres***

## **Mais direitos e mais poder para as mulheres**

Carmen Silva (org.)

Recife, 2014

### **REALIZAÇÃO**

SOS Corpo Instituto Feminista  
para Democracia

### **PROJETO**

Mais direitos e mais poder para as  
mulheres brasileiras

### **PARTICIPAÇÃO**

SOS CORPO, Cfemea, Redeh, IPC, Geledés,  
Cunhã, Coletivo Leila Diniz, SPM.

### **APOIO**

Fundo para Igualdade de Gênero  
de ONU Mulheres

### **REVISÃO**

Juracy Manso Sayão

### **DESIGN GRÁFICO**

Matheus Barbosa

### **TIRAGEM**

1000 exemplares

### **IMPRESSÃO**

Provisual

*Sugerimos e motivamos a reprodução total  
ou parcial das ideias aqui expostas por todos  
os meios. Para cópia e difusão dos materiais  
publicados, favor citar a fonte.*

### **SOS CORPO INSTITUTO FEMINISTA PARA A DEMOCRACIA**

Real da Torre, 593, Madalena, Recife-PE,

Brasil, CEP 50610-000

Tel: +55 81 3087 2086

e-mail: [sos@soscorpo.org.br](mailto:sos@soscorpo.org.br)

[www.soscorpo.org.br](http://www.soscorpo.org.br)

## REALIZAÇÃO



## APOIO



# ***Mais direitos e mais poder para as mulheres***

Carmen Silva (org.)



edições  
**sos corpo**



# Apresentação

*Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras*. A partir desta ideia, que pode ser também um forte slogan de luta feminista, construímos o projeto coletivo com o mesmo título. Somos sete organizações feministas – SOS CORPO, CFEMEA, REDEH, COLETIVO LEILA DINIZ, CUNHÃ, GELEDÉS e INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO - em parceria com a *Secretaria de Políticas para as Mulheres* do governo federal. Cada uma destas organizações, durante os últimos quatro anos, 2011 a 2014, colocou uma parte de sua experiência na construção deste trabalho conjunto. Temos muito para contar sobre isso.

Esta publicação é parte desta história. Sistematizamos aqui algumas metodologias que construímos ou aprofundamos ao longo deste processo. Inicialmente resgatamos a trajetória do projeto e o contexto no qual ele se desenvolveu, apontando suas dificuldades e seus resultados. Em seguida apresentamos reflexões metodológicas sobre construção de indicadores de enfrentamento ao racismo institucional, incidência em políticas públicas, formação feminista à distância, orçamento mulher, processo de participação na Cúpula dos Povos paralela à Rio + 20, estratégias de comunicação digital para divulgação de pesquisas e a Universidade Livre Feminista. Por fim, discutimos *a dor e a delícia* de gerir esta empreitada de forma colaborativa e compartilhada.

Tudo isso só foi possível porque trabalhamos juntas. E mais ainda: porque nos juntamos às lutas dos movimentos feministas e construímos a nossa ação de forma articulada com eles, dos quais fazemos parte. Só foi possível pela presença ativa do feminismo antipatriarcal, anticapitalista e antirracista da Articulação de Mulheres Brasileiras, pela representatividade da *Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas* e pelo empenho permanente da *Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras*. A estas três articulações nacionais, e a todos os grupos locais de mulheres que estiveram envolvidos nas ações do projeto, agradecemos.

**11**

---

*Mais direitos e  
mais poder para  
as mulheres  
brasileiras*

**37**

---

*Racismo  
institucional: como  
definir, identificar  
e enfrentar*

**57**

---

*Reflexões feministas  
sobre o sistema  
político*

**71**

---

*Orçamento Mulher:  
monitoramento  
e incidência no  
orçamento público*

**99**

---

*Estratégias de  
comunicação digital  
para divulgação  
de pesquisa*

**117**

---

*Universidade  
Livre Feminista*



**49**

*Metodologia de incidência em políticas públicas*



**87**

*Nossas vozes e nossas lutas por direitos e justiça socioambiental*



**125**

*Somando se multiplica: gestão compartilhada e colaborativa*





***Mais direitos  
e mais poder  
para as mulheres***

*Carmen Silva (org.)*



Em setembro de 2009 um grupo de sete organizações feministas do Brasil reuniu-se em Recife em torno de uma idéia: desenhar uma ação conjunta em torno dos direitos das mulheres e concorrerem, com ela, a um financiamento do Fundo para Igualdade de Gênero de ONU Mulheres - FIG. A elas juntou-se a Secretaria de Política para Mulheres da Presidência da República - SPM. Daí nasceu o projeto *Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras* que, aprovado pelo Fundo, foi realizado de 2011 a 2014, por SOS Corpo Instituto Feminista para Democracia, Geledés Instituto da Mulher Negra, Cfemea - Centro feminista de Estudos e Assessoria, CLD - Coletivo Leila Diniz Estudos e Pesquisas, Cunchã Coletivo Feminista, Redeh - Rede de Desenvolvimento Humano, IPG - Instituto Patrícia Galvão Mídia e Direitos e a SPM.

O objetivo principal era gerar novas condições culturais e normativas e novas políticas públicas, que permitam maior igualdade entre mulheres e homens na política e no mundo do trabalho. Ao término destes quatro anos, em 2014, apresentamos nesta publicação, um pouco da história desta experiência, através da sistematização de algumas metodologias utilizadas neste período. Pretendemos, também, registrar aqui um balanço crítico desta construção coletiva, situando no contexto no qual ela se realizou e sobre o qual ela pretendia ter incidência, assim como os resultados alcançados.

No período da elaboração e início da execução do projeto, o Brasil se encontrava em um momento de crescimento econômico, com uma presidenta que buscava enfrentar a miséria e a pobreza extrema no país. Tínhamos, pela primeira vez, eleito uma mulher para a presidência da república. Entretanto, o modelo de desenvolvimento adotado não considera, suficientemente, os impactos sociais e ambientais e nem tampouco enfrenta as desigualdades estruturais de gênero e raça. Este contexto exige a atuação

organizada das mulheres e dos movimentos feministas anti-racistas, no sentido de propor ao Estado novas legislações e políticas que impulsionem a construção da igualdade; e também no sentido de intervir na sociedade em prol de mudanças culturais, que alterem a situação das mulheres.

No processo de elaboração do projeto o FIG nos solicitou que criássemos uma história fictícia sobre a vida de uma mulher que, supostamente, seria beneficiada pelo projeto. Apesar de nossa resistência, em vermos resultados desta forma tão individualizada, escrevemos a ‘história de Judinilce’, uma mulher negra, de periferia, que vive do seu trabalho e quer construir uma vida melhor para si e para os seus. Ao término destes quatro anos nos questionamos: como está a vida de Judinilce? Certamente tem mudanças, ela ou seus filhos puderam ter acesso à universidade, seu nível de renda aumentou, conseguiu um emprego formal com direitos trabalhistas garantidos, mas está longe de ser a vida com a qual ela sonhava. Sem dúvida, continua gastando duas horas no deslocamento de casa para o trabalho, em conduções lotadas, não consegue manter em dia sua saúde, por ausência de atendimento médico, em especial pela dificuldade de acesso a exames especializados e perto de sua casa, ainda por cima, começou mais uma obra de um dos grandes projetos do governo e ela está sofrendo muito com o medo de ser despejada.

A metodologia de ação desenvolvida queria possibilitar um grande impacto sobre a vida das mulheres. Daí se constituir em um projeto voltado para incidência. Ele realizou ações de incidência política sobre o poder legislativo e executivo; sobre os meios e os profissionais de comunicação tradicionais e nas redes sociais; ações de articulação, formação e organização dos movimentos de mulheres para ampliar a força política desta incidência. As ações de incidência visam mudanças nas políticas públicas desenvolvidas pelo governo federal, no sentido de garantir o foco nas dimensões de gênero e raça; mudanças na legislação que rege a participação política e os direitos do trabalho e mudanças culturais, que podem ser conseguidas com ações de comunicação e de relação direta com a sociedade.

Para enfrentar as desigualdades em todo território nacional e contribuir com a alteração das condições de vida das mulheres negras e em situação de pobreza, a nossa prioridade foi a incidência sobre as políticas públicas do governo federal. Por isso, os resultados que queríamos atingir são do

1 Veja nesta publicação.

tipo que tem um grau de abrangência capaz de impactar, amplamente, a vida das mulheres brasileiras. Por exemplo: as trabalhadoras domésticas conquistaram, com apoio desta ação coletiva, a equiparação de direitos com outras categorias profissionais. Se conseguirmos efetivar esta conquista, serão cerca de sete milhões de mulheres potencialmente beneficiadas. Esta é a maior ocupação profissional de mulheres no Brasil. Outro exemplo: hoje temos pouco mais de 9% de mulheres deputadas e senadoras, se conseguirmos aprovar a proposta de lei que garante a paridade entre homens e mulheres nas eleições, este percentual ficará em torno de 50%. Será uma mudança significativa. Teremos, efetivamente, mais mulheres no poder no Brasil.

Historicamente a população negra, no Brasil, tem sido sub-representada nas instituições políticas em todos os níveis. O problema se torna mais grave quando se trata das mulheres negras que são duplamente sub-representadas, pois acumulam as desigualdades de gênero à de raça. Esta confluência ocorre, mais profundamente, entre as mulheres em situação de pobreza. Esta é uma preocupação central do projeto. Não podemos pensar em alterar a situação das mulheres em relação ao poder preocupando-se apenas em mulheres de forma genérica. É importante perceber como se encontram neste quadro as mulheres negras e pobres.

As beneficiárias foram escutadas, antes da elaboração do projeto, a partir do trabalho realizado pelas organizações participantes. Este projeto destina-se principalmente a mulheres, mas de forma indireta, chega ao público misto, composto por homens e mulheres. Por exemplo: nas ações de incidência sobre os(as) parlamentares federais, como também sobre os diferentes órgãos do Poder Executivo, no sentido de influir nos rumos das novas proposições legislativas e políticas públicas, além de um público diverso como profissionais dos meios de comunicação e pessoas que acessam o portal da Universidade Livre Feminista.

Na ação direta com as mulheres, priorizamos ter como beneficiárias e aliadas informais, simultaneamente, àquelas que estão organizadas nos movimentos de mulheres, com os quais atuamos, para dar impulso à garantia de direitos, com incidência sobre o Estado, nos processos de conferências de políticas públicas, de planejamento e orçamento das políticas. Estes movimentos de mulheres, beneficiários do programa, tiveram a oportunidade de participar e construir juntas algumas ações do projeto.

Priorizamos as mulheres mais excluídas, em função das desigualdades econômicas e do racismo e por isso, o grupo de organizações trabalhou, de forma articulada e intensa, com três redes nacionais do movimento de mulheres que congregam estes sujeitos: a AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras -, a AMNB - Articulação de Mulheres Negras Brasileiras - e a FENATRAD - Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas. Pela capilaridade em vários Estados e a prioridade política dada aos temas do projeto, nossa ação esteve muito mais articulada com a AMB, favorecendo a sua incidência e a sua auto-organização.

16

### **O projeto: seus efeitos e suas ações**

Alterar, de alguma maneira positiva, a situação de desigualdades, na qual vivem as mulheres, com ênfase no campo do trabalho ou, mais amplamente, das possibilidades de autonomia econômica e no campo da participação política, este é o objetivo principal deste projeto. Pretendíamos influenciar estas alterações incidindo sobre o legislativo e o executivo, para a formulação de novas condições normativas, ou seja, legislação e medidas administrativas e novas políticas públicas, incluindo programas e ações, que promovam os direitos das mulheres, com prioridade para as que vivem sob o jugo da pobreza e do racismo. Do ponto de vista da relação entre sociedade e Estado, vale ressaltar que este objetivo estava em consonância com o Plano Nacional de Políticas para Mulheres, do governo federal.

Para atingir este objetivo o projeto foi organizado em três conjuntos de ação, cada um deles voltados para um efeito, ou seja, um grande resultado, os quais em conjunto deveriam realizar o objetivo esperado. O primeiro efeito, de cunho mais geral, versava sobre as Políticas Públicas para Mulheres; o segundo sobre Trabalho e o terceiro sobre Poder. Cada um deles comportava dois ou três sub-conjuntos de atividades, que correspondiam a um produto, segundo a nomenclatura usada no FIG.

O Efeito 1 previa o fortalecimento dos processos organizativos dos Movimentos de Mulheres em preparação à III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e a democratização dos espaços de decisão política governamental, para formulação e implementação das políticas públicas de promoção da igualdade de gênero, raça e etnia. Para a sua consecução foram previstos e realizados vários processos. A III Conferência é, simbolicamente, a síntese de um processo de participação social na definição das políticas para mulheres, que foi antecedido de vários encontros e publicações,



em preparação no movimento de mulheres e culminou com a reestruturação, posteriormente, do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, e seu monitoramento. Para este Efeito trabalhamos, também, com a incidência sobre orçamento público. Foram criados, aperfeiçoados e disseminados instrumentos que permitem monitorar o orçamento público na perspectiva da promoção da igualdade de gênero. Uma outra ação importante, vinculada a este campo das políticas governamentais para enfrentamento das desigualdades, foi a elaboração de indicadores de combate ao racismo institucional, com ênfase naquele que ocorre a partir do próprio Estado.

O Efeito 2 foi elaborado a partir da preocupação com a ausência de autonomia econômica das mulheres. Com ele queríamos ter incidência sobre as legislações e políticas no campo do trabalho, com ênfase naquelas que ajudam a enfrentar a dupla jornada, garantem a proteção social para quem está na informalidade e equiparam os direitos das trabalhadoras domésticas a outras categorias profissionais. Queríamos também influenciar no debate na sociedade sobre o trabalho produtivo e reprodutivo, a fim de contribuir para a alteração da responsabilização social das mulheres pelo trabalho doméstico não remunerado, feito em suas próprias casas, sem compartilhamento com os homens adultos das famílias. Fazer isso exigiu produção de conhecimento sobre a percepção da sociedade sobre o trabalho reprodutivo, para ter capacidade de instituir o debate público de forma qualificada. Exigiu também o fortalecimento e mobilização dos movimentos de mulheres, sobretudo os feministas, para incidência em momentos fortes de decisão junto ao governo federal e ao Congresso Nacional.

17

O Efeito 3 visava ampliar a participação das mulheres nos espaços de poder e de decisão, buscando a construção da paridade de gênero. A intenção era que fossem mais favorecidas as organizações de mulheres em contexto de pobreza e exclusão e de mulheres sujeitas a múltiplas formas de discriminação. Para garantir este Efeito buscamos gerar condições para a presença dos movimentos na incidência sobre o Estado, tanto no Congresso nacional como no poder executivo; trabalhamos para ampliar a base de apoio no Congresso, para a garantia e promoção dos direitos das mulheres, o que se mostrou uma tarefa bem difícil, apesar da articulação permanente com a Bancada Feminina, e impulsionamos a campanha pública pela reforma do Sistema Político.

A execução deste projeto e o trabalho coletivo para a consecução destes Efeitos, se deu em um cenário político bastante contraditório, que às vezes foi favorável e às vezes trouxe muitas dificuldades para a realização.

## Cenários do período

18 A sociedade brasileira, fortemente marcada pelo racismo, sexismo e desigualdades econômicas, está vivendo um momento contraditório, marcado pela eleição da primeira mulher presidenta da república. O principal risco previsto, quando se elaborou inicialmente o projeto, era considerando as eleições presidenciais de 2010, a quebra de continuidade política no governo federal em relação ao governo Lula, o que aumentaria as dificuldades para a implantação de políticas para mulheres. No entanto, não foi o que aconteceu. A presidenta eleita, Dilma Rousseff, se comprometeu, em seu discurso de posse, com o enfrentamento das desigualdades entre homens e mulheres, ampliou o número de mulheres Ministras em 100% e rejeitou as sugestões de extinção da SPM, ratificando a permanência da Secretaria com status de Ministério e o compromisso com as políticas para mulheres. Apesar desta posição ter sido muito positiva isso não significa que, nestes quatro anos de execução do projeto que coincidem com o mandato da presidenta Dilma, tenhamos logrado muitos êxitos no enfrentamento das desigualdades de gênero e raça. Concorreram para isso tanto a política econômica e a perspectiva familista das políticas sociais do governo com seu arco de alianças partidário, como o crescimento do conservadorismo e fundamentalismo religioso na sociedade.

Simultaneamente, quando cresce a presença organizada do fundamentalismo religioso cristão, dentro e fora do poder público, ocorrem mudanças no âmbito judicial e em alguns meios de comunicação com relação à apresentação da diversidade sexual. Observamos, ao mesmo tempo, que o Supremo Tribunal Federal brasileiro autorizou a união civil entre pessoas do mesmo sexo o Ministério da Educação, cedendo a pressões da bancada fundamentalista no Congresso Nacional, proibiu o lançamento e a utilização de um kit educativo para combater a homofobia.

Neste período, de execução do projeto, pensava-se em um cenário otimista, no campo da cultura, com uma tendência a aprofundar esta contradição com o fortalecimento da perspectiva democrática e o crescimento da aceitação de mulheres em cargos de poder. Já, com o foco em uma visão pessimista previa-se o ressurgimento do conservadorismo sobre questões morais, em espaços governamentais e entre grupos da população, que poderiam ocorrer tentativas para desacreditar a presidenta motivados, unicamente, por ser mulher.

Da tendência deste primeiro elemento de contexto depende, também, da força que o governo federal teria para impulsionar mudanças na direção do

aprofundamento das políticas de igualdade de gênero e raça. Mas também acrescenta-se, a este propósito, outro elemento de cenário: a vontade política do governo, entendido como uma composição de forças políticas e de sua relação com os partidos aliados no Parlamento. Em um cenário otimista, o governo federal, motivado por ser uma presidenta mulher e pelo seu compromisso com ações para a igualdade para as mulheres, teria uma tendência para aumentar a força política em programas para mulheres, a aumentar o orçamento público para estes programas e fortalecer a Secretaria de Políticas para Mulheres. Em um cenário pessimista, o governo federal consideraria que as mulheres já estão sub-representadas em ter uma mulher na presidência e com algumas leis que garantem direitos e pode, portanto, não haver um investimento maior na institucionalização das políticas para mulheres. Mesmo avaliando que este último cenário prevaleceu, o governo federal não deixou de investir no combate à pobreza e na miséria extrema e isso, por si só, atingiu um número significativo de mulheres negras, que são o segmento mais pobre da população brasileira.

19

O grau de apoio entre os(as) parlamentares, deputados(as) e senadores(as), para os projetos de lei relativos aos direitos das mulheres e das pessoas negras, depende também da correlação de forças que os movimentos sociais sejam capazes de produzir na sociedade brasileira. No entanto, nesta legislatura federal, apesar de ter parlamentares que expressivamente defendem a igualdade de gênero, houve uma estagnação no número de parlamentares mulheres e isto ocasionou momentos de riscos de retrocessos nos direitos. Numa perspectiva otimista, a força do movimento social, em aliança conjuntural, com o governo federal tenderiam a impor um rumo progressista ao Congresso Nacional. Vendo-o de outro ângulo, que em muitos momentos foi mais forte, ocorreu um aumento da pressão da direita parlamentar, até mesmo da base aliada, sobre o governo federal, que enfraquece as posições destes em prol da igualdade de gênero e raça e em outras reivindicações dos movimentos sociais.

Paralelamente, organizações e movimentos sociais estão vivendo neste momento, uma forte crise de sustentabilidade financeira, em função de mudanças dos rumos da ajuda para o desenvolvimento, por parte da cooperação não governamental, proveniente dos países centrais e pela má condução do governo federal, internamente, em relação ao fortalecimento da sociedade civil. Desta forma, o poder de mobilização e investimentos para auto-organização e formação dos seus integrantes é menor, o que afeta diretamente a capacidade de formulação propositiva e de *advocacy* junto ao Poder Executivo e Legislativo, o que é intensificado pela tentativa da mídia

de gerar desconfiança nas organizações sociais e a criminalização delas. Em um cenário otimista, esta conjuntura poderia dar impulso aos movimentos sociais, para que se rearticulem como um conjunto, integrando as suas agendas por direitos, garantindo a pressão sobre os poderes públicos, podendo construir alianças com partidos, setores do parlamento e setores do governo federal. Na perspectiva contrária, poderia gerar uma tendência a ter maior isolamento de cada agenda do movimento e um enfraquecimento do processo participativo e do ímpeto para construção da democracia no Brasil. Neste aspecto, prevaleceu o cenário otimista, nós encerramos o projeto em um momento de grande unidade dos movimentos sociais, em torno da proposta de realização de uma Contituinte exclusiva e soberana para reforma do sistema político, que seja capaz de enfrentar a crise de representatividade no Congresso Nacional e desbloquear a pauta de defesa de direitos apresentadas pelos movimentos sociais.

Entre estes cenários extremos - otimista e pessimista - há uma infinidade de possibilidades com as quais tivemos de lidar durante a execução do projeto, desenvolvendo as estratégias adequadas para atingir os objetivos propostos.

### **Avaliação dos resultados**

Na visão das organizações participantes e de outras organizações beneficiárias, demonstrado na avaliação de meio termo realizada ainda em 2013, os resultados do projeto superaram as expectativas e produziram alguns impactos importantes. Os resultados indicam avanços expressivos, na condução de processos políticos e produção de conhecimentos entre governo e sociedade civil, na direção da promoção de políticas públicas, para as mulheres com igualdade de gênero e raça, na promoção de direitos e na criação de mecanismos de gestão e monitoramento destas políticas.

Do ponto de vista da legitimidade da participação social, a ação do projeto tem sido fundamental para animar, reforçar e potencializar as ações das organizações feministas participantes e outras organizações e movimentos de mulheres envolvidos. As atividades formativas presenciais e virtuais, a produção e o intercâmbio de conhecimentos sobre as normas, leis, políticas e orçamento público para as mulheres, o reforço às estratégias de articulação nacional e mobilização social, têm contribuído, em grande medida, para a qualificação das entidades envolvidas.

Segundo o relatório da consultora para a avaliação externa Angela Tonini “no âmbito da participação política das mulheres em espaços de poder

e decisão, a ação qualificada e a incidência das organizações feministas e movimentos de mulheres no Executivo e no Legislativo, com propostas fundamentadas, dados e documentos de análises, influenciaram parlamentares, bancadas partidárias femininas e meios de comunicação nos processos que tramitavam no Congresso Nacional (PPA 2012-2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias, MP 557 sobre seguridade social, PEC das Domésticas...). Durante o processo eleitoral municipal de 2012 houve uma forte difusão das propostas feministas sobre os direitos das mulheres e o aumento do número de candidatas ao parlamento. Mesmo sem garantias de aprovação de algumas leis, o espaço de participação política dos movimentos das mulheres está se ampliando, em exercício e respeitado e poderá se fortalecer daqui para frente”. Isso aconteceu apesar do expressivo conservadorismo no parlamento, particularmente no campo dos direitos humanos, o que dificulta a aprovação de leis e políticas garantidoras de direitos.

21

No campo do debate sobre autonomia econômica das mulheres, salientou a avaliadora, “o maior impacto foi a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 66/2012 pelo Senado Federal, em 26 março de 2013. A aprovação da PEC 66/2012 é o resultado do esforço de mobilização, participação e incidência das organizações feministas e movimentos de mulheres nos debates políticos em torno da equiparação dos direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas a outras categorias de trabalhadores, fortalecidas pela ação do projeto”. Ao nosso juízo, teve peso substantivo para esta conquista, além das organizações citadas, a mobilização da categoria através da FENATRAD e o apoio da SPM. A ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas, se for garantida a efetivação, vai significar maior proteção no trabalho e melhor nível de renda, além de mais respeito à categoria das empregadas domésticas.

A sustentabilidade política do projeto, percebeu a avaliadora, “deverá ser garantida pela institucionalização dos seus resultados por parte da Secretaria de Políticas para as Mulheres pela execução do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) 2013-2015. As organizações da sociedade civil pretendem aprofundar a capacidade de mobilização e articulação potencializada pelo projeto e manter a articulação nacional com as duas importantes redes do movimento de mulheres do Brasil (a AMB e a AMNB), ainda que a restrição dos recursos após o término do projeto possa reduzir a potencialidade da ação. Finalmente, a experiência da gestão compartilhada é apontada unanimemente como a melhor lição aprendida com o projeto”.

## **Fortalecer o movimento na luta por políticas públicas**

A parte do projeto que trata de incidência para garantia de políticas que enfrentem as desigualdades de gênero e de raça voltou-se para: ações no campo da participação social, mais precisamente na mobilização dos movimentos de mulheres e na construção do processo de Conferências de Políticas para as Mulheres e do consequente Plano Nacional de Políticas para Mulheres; monitoramento e pressão política sobre a elaboração do Plano Plurianual do governo federal e todo o ciclo orçamentário; a formação de feministas, atuantes no movimento e na gestão pública, sobre as dimensões de gênero e raça nas políticas e nos orçamentos; e a construção de indicadores de enfrentamento ao racismo institucional.

22

As organizações do projeto apoiaram, em 2011, a atuação articulada de vários movimentos feministas no processo das Conferências de Políticas Públicas para Mulheres, garantindo a aprovação de propostas nas Conferências estaduais de 14 Estados da federação e na Conferência Nacional. Sem dúvida, as decisões da Conferência Nacional tem peso sobre as políticas para mulheres do governo federal, o que não dá garantias que estas políticas sejam efetivadas no plano municipal e cheguem, de fato, à vida das mulheres. A organização do processo das Conferências é uma responsabilidade da SPM e do CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

A mobilização, articulação e organização da atuação política dos movimentos de mulheres nas Conferências foi assumido, coletivamente, pelas organizações da sociedade civil participantes do projeto, em função de seus vínculos com as redes de movimentos e pela AMB. Um dos pilares, em que se baseia o projeto, é o fortalecimento das organizações de mulheres, o que se deu através do impulso, para facilitar a articulação nacional em cada movimento e entre eles, assim como na contribuição para a elaboração de propostas.

A III Conferência foi um momento crucial de debate político e uma manifestação clara da consolidação da Política Nacional de Direitos para as Mulheres no país. Foram realizadas 2 mil conferências municipais; 188 regionais; 27 estaduais e a conferência nacional, na qual participaram 2.800 mulheres, sendo 2.100 delegadas. Ao todo participaram 200 mil mulheres neste processo de conferências. As decisões da Conferência Nacional geraram o Plano Nacional de Políticas para Mulheres - PNPM - e deveriam incidir sobre os seus correlatos em nível estadual e municipal.

Para garantir políticas para as mulheres as organizações incidiram, também, no ciclo orçamentário federal. Em 2011 concentraram suas ações em

relação a redução de recursos no orçamento federal para a Secretaria de Política para as Mulheres - SPM - e para Secretaria de Políticas Públicas para a Promoção Racial - SEPPIR -, conseguindo que os(as) parlamentares das comissões técnicas da Câmara de Deputados apresentassem emendas para aumentar o orçamento das duas Secretarias.

O movimento feminista sugeriu 33 alterações ao Projeto de Lei do Plano Plurianual 2012-2015. A análise do PPA 2012-2015 foi sintetizada na publicação *Igualdade: para ter fundamento, é preciso garantir orçamento*. Considerando que foram efetivadas mudanças pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão na metodologia do PPA - Plano Plurianual - do governo federal, foi significativa a aprovação da inclusão da redução das desigualdades de gênero e raça como uma diretriz do PPA. Apesar das mudanças na metodologia foi possível para o Cfemea, organização do projeto que lidera este processo, dar continuidade à metodologia Orçamento Mulher, que é um instrumento de monitoramento e incidência política.

23

Em 2012 e 2013 foram realizadas, em parceria com os movimentos feministas e outros movimentos de mulheres, no marco do projeto, audiências públicas sobre o ciclo orçamentário no Congresso Nacional, reafirmando suas demandas junto com parlamentares aliadas, especificamente no que se refere ao compromisso do Estado com o enfrentamento à violência contra as mulheres e políticas de segurança pública. Foi realizado, também, um encontro de formação, agregando militantes de movimentos de mulheres, conselheiras e gestoras públicas feministas. Para o curso e para ação de incidência foram produzidos documentos de análises do PPA e documento de proposições, além de boletins informativos. A ação do projeto envolveu redes nacionais de organizações feministas e outras mais relacionadas ao movimento misto na incidência sobre o orçamento público.

O processo de elaboração de Indicadores de Racismo Institucional, envolvendo as organizações do projeto, organismos da ONU e agências do governo brasileiro, resultou na formulação de um acordo verbal de enfrentamento do Racismo Institucional que, ao ser implantado, possibilitará influenciar as ações do governo federal que afetam a toda a população negra brasileira. A elaboração foi feita em aliança com IPEA, UNFPA, ONU Mulheres, OIT e SEPPIR, com a consultoria de Jurema Werneck, da organização de mulheres negras Criola, e coordenada no âmbito do projeto pelo Gledés e Cfemea, resultando em um Guia para Enfrentamento ao Racismo Institucional, com fundamentação teórica, indicadores e metodologia de implantação nos organismos públicos.

Este período do projeto foi importante, também, para impulsionar o fortalecimento das ações educativas nos movimentos de mulheres que vão além da luta por políticas públicas e incidem nas mudanças culturais na sociedade. Esta referência diz respeito às atividades de formação presenciais desenvolvidas e ao fortalecimento da Universidade Livre Feminista, um portal de Educação a Distância, impulsionado pelas organizações do projeto. Nesta plataforma realizamos cursos a distância, a exemplo do curso *Reflexões Feministas sobre o Sistema Político*, e difundimos as realizações do projeto. Ele é bem mais do que isso, é um espaço de intercâmbio, reflexão, produção de conhecimento e difusão de ideias feministas para o mundo.

24

### **Igualdade no trabalho: mais direitos para mulheres**

Para reduzir a exclusão das mulheres, em função do racismo e da pobreza e lutar por políticas que impactem na relação entre trabalho produtivo e reprodutivo, o projeto construiu um conjunto de ações de formação dos movimentos de mulheres no tema Trabalho, publicou informativos e subsídios pedagógicos, produziu uma pesquisa de opinião sobre trabalho doméstico não remunerado e ainda incidiu no Congresso Nacional, para aprovação de legislações favoráveis aos direitos das mulheres.

Segundo dados da SPM, cresceu no governo Dilma o atendimento em creches e o programa de restaurantes populares, dois importantes equipamentos públicos voltados para o enfrentamento da dupla jornada de trabalho das mulheres, mas é muito pouco em relação ao déficit encontrado, o que demonstra a necessidade do projeto continuar a elaboração de dados e argumentos, que fortaleçam os movimentos de mulheres, na apresentação destas demandas frente ao poder Legislativo e Executivo federal.

Uma conquista deste período foi a ampliação, na sociedade e no governo brasileiro, da percepção da situação de dupla jornada de trabalho das mulheres, o que pode resultar, no futuro, em mudanças nas políticas que favoreçam a conciliação entre trabalho produtivo e reprodutivo, ou seja, políticas para o enfrentamento da dupla jornada. A divisão sexual do trabalho é uma questão central para o SOS CORPO, organização que tem várias pesquisas e muitas ações de formação realizadas nesta área.

Tudo começou com a ideia de fazermos, no âmbito do projeto, uma pesquisa que ajudasse a analisar a visão que as mulheres brasileiras têm de sua situação quanto à realização de tarefas domésticas. A pesquisa realizada pelo Instituto Data Popular, em parceria com SOS CORPO e Instituto



Patrícia Galvão, que coordenou a iniciativa. buscou conhecer como as mulheres brasileiras enfrentam as questões do trabalho produtivo e reprodutivo - as tensões, dificuldades, arranjos e demandas - tomando como base as percepções e descrições das mulheres sobre as dinâmicas do trabalho no cotidiano. Com base em metodologia de pesquisa qualitativa e quantitativa, foram realizados oito grupos de discussão com mulheres e homens, nas cidades de São Paulo e Recife e foram entrevistadas 800 mulheres de 18 a 64 anos, do Distrito Federal e das regiões metropolitanas de oito estados: Pernambuco, Ceará, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pará.

A divulgação dos achados da pesquisa teve como finalidade contribuir para subsidiar os movimentos de mulheres em suas lutas pela superação das desigualdades no mundo do trabalho, como também oferecer subsídios ao poder público na elaboração de políticas, que respondam a essas demandas. Também visava contribuir com o debate público sobre trabalho remunerado e trabalho doméstico e oferecer, ainda, uma contribuição ao desenvolvimento de estudos no campo do trabalho produtivo e reprodutivo.

A pesquisa, publicada com o título *Trabalho remunerado e trabalho doméstico: uma tensão permanente*, pelo SOS CORPO e IPG, foi distribuída, amplamente, para os meios de comunicação, formadores de opinião e pesquisadores da área. Foi apresentada a SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres - que a distribuiu no Encontro Nacional com os novos prefeitos eleitos em 2012. Os resultados da pesquisa foram apresentados e debatidos no *Seminário uso do tempo e políticas públicas de cuidado: reflexões para uma agenda de desenvolvimento sustentável*, realizado pela CEPAL e Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, em 2012. Este seminário contou com a exposição de estudos e pesquisas realizados na Guatemala, Colômbia, Uruguai e Brasil. A pesquisa foi apresentada, em um painel, para a mídia nacional com grande impacto sobre jornais, rádio e TV e também em internet. Foi produzido um caderno com a síntese do resultado da pesquisa em 2012 e um livro com análises sobre o resultado da pesquisa em 2013. Estes dados construídos foram trabalhados pelo IPG, para constituição de uma campanha viral na internet, para ampliar a difusão e promover o debate público sobre a divisão sexual do trabalho.

Para ampliar a formação sobre trabalho nos movimentos de mulheres, o SOS CORPO realizou o Curso *Menos Informalidade, Mais Direitos no Trabalho* no formato presencial e teve continuidade no formato virtual, com uma sala de debates virtuais na Universidade Livre Feminista. Foi elaborada

uma publicação didática sobre o tema, com o título *Nosso Trabalho Sustenta o Mundo*, com mil exemplares distribuídos para as organizações locais dos movimentos de mulheres.

26

No campo dos direitos do trabalho tivemos uma importante conquista. As trabalhadoras domésticas são a maior categoria de trabalhadoras do Brasil, somam 95% de mulheres e majoritariamente mulheres negras. Elas constituíam a única categoria de trabalhadoras que tem menos direitos trabalhistas legalmente garantidos frente às demais categorias de trabalhadores. Em função disso as organizações não mediram esforços, no sentido de colocar no debate público, a defesa da equiparação de direitos para as trabalhadoras domésticas. Em 2011, as organizações do projeto em articulação com a SPM e com a FENATRAD - Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas -, organizaram um plano, para a conquista da Convenção 189 e Recomendação 201, da OIT, sobre trabalho decente para as trabalhadoras domésticas, que indica a equiparação de direitos das domésticas com outras categorias profissionais. Imediatamente foi constituída uma comissão parlamentar - Câmara e Senado Federal - para elaboração de um projeto de lei a ser submetido ao Congresso Nacional, garantindo a equiparação de direitos. As organizações, em conjunto com a AMB e AMNB, atuaram fortemente no debate com a sociedade, na mídia, e na incidência no Congresso Nacional para que este projeto de lei fosse aprovado. Em 2013, graças à capacidade de mobilização e pressão da FENATRAD e do apoio dos movimentos feministas e das organizações do projeto, tivemos uma grande conquista para 7 milhões de trabalhadoras brasileiras que terão seus direitos reconhecidos na lei.

Em 2012, em paralelo a Rio+20, conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento, o projeto promoveu a participação de 280 mulheres dos fóruns estaduais da AMB e das organizações da AMNB e de 34 redes nacionais e de outros países para ação conjunta no *Território Global das Mulheres na Cúpula dos Povos* e incidência sobre a Cúpula dos Presidentes. A questão, que nos mobilizava nesta iniciativa, era a desproteção do trabalho das mulheres e sua exclusão ou subjugação, nos territórios fortemente impactados pelos projetos de desenvolvimento, que ampliam as situações de injustiça socioambiental,

## **Igualdade no poder: reforma do sistema político**

O terceiro bloco de ações, do projeto *Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras* trata, especificamente, da questão do poder e da participação

política das mulheres. Aqui concentramos as ações referentes à articulação com a Bancada Feminina no Congresso Nacional, em prol dos direitos das mulheres e o âmbito da articulação dos movimentos sociais e da sociedade civil com um todo, em defesa da reforma do sistema político, incluindo no debate, a paridade entre os sexos nas eleições. Para discutir os resultados deste trabalho é necessário situá-lo dentro da conjuntura do período.

Quando o projeto iniciou parte das organizações e as duas redes nacionais de movimentos de mulheres com as quais elas se articulam - AMB e AMNB - já participavam da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, que implementou esta luta no Brasil. Mas, nestes quatro anos, muitos fatos marcaram este debate: a eleição da primeira mulher para presidência da república, o advento da lei da Ficha Limpa que reduz as possibilidades de pessoas envolvidas em crimes concorrerem ao pleito, as eleições municipais em 2012, a aprovação de uma minirreforma no Congresso Nacional, as jornadas de mobilização de junho de 2013 e novas eleições em 2014, desta vez para a presidência da República, senado, câmara federal, governadores e deputados estaduais, tendo sido fortemente impactada pela fatalidade que levou à morte um dos candidatos - Eduardo Campos - o que contribuiu para mudanças vertiginosas no cenário eleitoral.

Em 2012 a análise de contexto considerou as eleições municipais, ocorridas em outubro, vendo que, de forma geral, os partidos políticos estão obedecendo à lei eleitoral, cuja última reforma - Lei 12.034/2009 - enfatizou a obrigatoriedade do preenchimento de ao menos 30% de candidaturas do sexo minoritário - no caso as mulheres - em eleições proporcionais, cargos de deputada(o) federal, deputada(o) estadual e vereador(a). Contudo, o percentual de candidatas ao Executivo municipal, cargo que não é beneficiado pela lei de cotas, continua bastante baixo e o próprio percentual de mulheres que concorrem a uma cadeira no Legislativo municipal não supera muito o mínimo exigido pela lei.

As medidas de ação afirmativa, para incrementar a participação feminina na política institucional brasileira, se restringe às eleições proporcionais - Poder Legislativo - e deixa de fora a escolha de cargos majoritários - Poder Executivo e Senado Federal -. Além disso, as cotas são para candidaturas e não há, portando, nenhuma garantia de eleição de mulheres. Outra alternativa seriam as cotas de vagas nas casas legislativas. O Brasil segue sendo um dos países com menor representação de mulheres na política institucional em todo o mundo. As mulheres ainda são sub-representadas na política institucional e mecanismos de ação afirmativa mais eficazes se fazem cada vez mais necessários.

As organizações do projeto desenvolveram um conjunto de atividades relacionado às eleições municipais de 2012, visando a fortalecer e ampliar as candidaturas de mulheres. Neste contexto, a *Campanha Quanto Vale Seu Voto* foi idealizada e iniciada em 2012, já com a proposta de ampliação e fortalecimento ao longo de 2013, de modo que ela repercuta nas eleições de 2014. Assim, foram produzidos 10 *spots* de rádio com os temas da Campanha: *quanto vale seu voto? meu voto vale muito! Em troca, exijo direitos!*, enviados para 530 rádios públicas, privadas e comunitárias; 10 vídeos *animações para internet*, a partir de desenhos de cartunistas, com os temas da campanha e ainda *indicadores e análises* das eleições 2012, que foram produzidas e disseminadas no site *quanto vale seu voto*.

Em conjunto com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM - e o Fórum de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, a SPM atualizou e distribuiu 60 mil exemplares da plataforma *Mais Mulheres no Poder – Eu Assumo Esse Compromisso*, para apoiar as propostas de candidatas e candidatos para as eleições de 2012. O folheto da Plataforma *Mais Mulheres no Poder* foi distribuído aos partidos políticos, 312 organismos municipais de políticas para as mulheres, 24 organismos de Estado de política para as mulheres, Conselho Nacional de Políticas para as Mulheres, Conselhos de Estados de Políticas para as Mulheres e para a bancada feminina no Congresso: 55 deputadas federais e senadoras.

Todavia analisamos que tudo isso é insuficiente para alterar a presença das mulheres nos espaços de poder, por isso a dedicação maior das organizações do projeto foi para a luta por mudanças radicais na forma como o sistema político brasileiro está estruturado, de maneira a por fim a sub-representação das mulheres e da população negra, homoafetiva e da juventude assim como garantir o financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais, para contribuir com o fim da corrupção.

No campo da construção da igualdade na participação política, o nosso principal resultado é a inclusão na Plataforma e fortalecimento da proposta de paridade entre homens e mulheres nos processos eleitorais. Inicialmente esta conquista está no âmbito da sociedade civil. As organizações do projeto, em articulação com AMB e AMNB, conseguiram a adesão de várias outras organizações e movimentos sociais da Plataforma, para a proposta de paridade entre homens e mulheres, nas listas partidárias que concorrem aos pleitos eleitorais em todos os níveis: municipal, estadual e federal. Ao longo do período de execução do projeto estivemos defendendo esta proposta e outras de reforma do sistema político, em ações de incidência no Congresso Nacional.

A proposta de paridade entre homens e mulheres, nas listas partidárias para os processos eleitorais e o financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais, compuseram uma iniciativa pública nacional da Plataforma que pretendia coletar um milhão de assinaturas - 2012 e 2013 - e com isso ter mais força de pressão sobre o Congresso Nacional. Entendemos que estas medidas são fundamentais para ampliar as condições de elegermos mulheres para os cargos no poder legislativo.

As jornadas de mobilização de junho foram o grande marco da conjuntura de 2013. Elas tiveram força suficiente para efetivarem alguns deslocamentos na conjuntura. Para responder às manifestações a presidente Dilma recebeu, no Palácio do Planalto, diversos setores de movimentos sociais e ouviu suas reivindicações. Ela fez um compromisso público no sentido do fortalecimento de uma resposta de seu governo às vozes das ruas e lançou a proposta de um plebiscito para definição sobre a realização de uma Constituinte para reforma política. Infelizmente a pressão do parlamento federal, da mídia e de vários juristas fez com que ela recuasse desta posição.

29

No âmbito da sociedade civil, entretanto, a mudança de conjuntura deu novo fôlego para a luta pela reforma do sistema político, que inclui também uma nova legislação para o setor de comunicações, com a proposta de projeto de lei de mídia democrática. Formou-se uma grande coalizão em torno de um projeto de lei, para uma reforma política mínima, incluindo organizações de bispos católicos e igrejas protestantes, organizações sindicais e estudantis, movimentos de luta pela terra e vários movimentos sociais, entre os quais os movimentos de mulheres. Por outro lado, a maioria deste movimentos articulou-se, também, em outra frente de luta, uma campanha pela realização de um plebiscito popular, em apoio à convocação de uma Assembléia Constituinte exclusiva e soberana, para reforma do sistema político. Esta campanha gerou uma nova onda de mobilização que eclodiu em agosto e setembro 2014, que somou-se aos protestos contra os gastos públicos com as obras para receber a Copa do Mundo da FIFA em junho e julho e ao crescimento do ciclo de greves de diversas categorias de trabalhadores.

Este contexto impacta, diretamente, no nosso projeto, pois atuamos em articulação com a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, que há dez anos vem acumulando proposições neste campo. Neste momento afinamos mais nossas posições e estamos entrando no debate público, defendendo a paridade entre homens e mulheres na política, proposição que tem ganho força em muitos países a partir das lutas feministas.

## Sustentabilidade das ações

30

Por fim, interessa salientar o problema de sustentabilidade das organizações feministas e do conjunto das organizações da sociedade civil no país. Um evento significativo, que merece destaque, foi o processo de investigação dos convênios firmados entre governo e organizações sociais, conduzido pelo governo federal no segundo semestre de 2011, devido a um caso de corrupção que foi divulgado. A ameaça de suspensão dos convênios, com as organizações sociais e o processo de criminalização de organizações sociais pelos meios de comunicação, ganhou espaço neste contexto e possibilitou intensificar a demanda da sociedade civil pela construção de um novo marco regulatório, para as relações entre Estado e organizações sociais. Foi iniciado, neste período, um processo, que envolveu inúmeras organizações e redes da sociedade civil, lideradas pela ABONG - Associação Brasileira de ONGs -, que constituiu uma Plataforma de Organizações da Sociedade Civil por um Novo Marco Regulatório. A elaboração advinda foi incorporada de forma negociada pela Secretaria Geral da Presidência da República, a partir de um grupo de trabalho constituído pelo governo, que conseguiu conduzir um processo interno para aprovação desta mudança.

Este processo durou todo o tempo de execução deste projeto. As organizações só tiveram um novo marco regulatório parcial aprovado em 2014. Esta normatização, ainda em fase de regulamentação, altera positivamente as formas de contratação e de fomento do Estado para as organizações da sociedade civil. É uma resposta insuficiente do atual governo, diante do quadro de redução drástica da cooperação internacional para as ações no país, mas é algo que pode impactar positivamente na continuidade desse tipo de ações desenvolvidas neste projeto.

Além da atuação neste processo construímos também outras interlocuções para o enfrentamento da crise de financiamento e incidimos de forma propositiva no plano nacional e regional em favor de um fundo para organizações de mulheres no sentido de favorecer as lutas pela construção da igualdade.

Apesar da incerteza, sempre presente, a respeito das possibilidades de financiamento para as organizações e movimentos feministas, encerramos este projeto com a convicção de que nossa luta continua firme e permanente em busca de mais direitos e mais poder para as mulheres brasileiras. Esta convicção é que nos leva a apresentar, nesta publicação, um pouco das nossas experiências nestes quatro anos, na forma de sistematização de metodologias, no intuito de que elas contribuam para a continuidade do fortalecimento dos diversos movimentos de mulheres e do feminismo, mais especialmente.



## ***A história de Judinilce***

Tem sempre uma primeira vez. Até para falar na televisão. Quem imaginaria que um dia eu contaria a minha história no microfone. História que é também da Sueli, da Nazinha e de muitas outras. Todas nascidas corajosas, mas sem oportunidade de mostrar a força. Nossa história começou a mudar quando criamos a *Associação Mulheres Querem Mais*. Essa união foi por causa de várias necessidades. No meu caso, era colocar o Rogério na creche e a Ludinilce na pré-escola. Minha mãe sempre falou para eu estudar. Ela é analfabeta. Saiu da roça com sete anos para trabalhar em casa de família. Toda vida sem carteira assinada.

Eu estudei o primeiro grau incompleto. O professor de matemática ia de vez em quando. Uma dia ele disse que negrinha só aprende a somar e diminuir, não aprende a multiplicar nem dividir. Doe como fogo. Aí parei a escola e fui vender DVD genérico no centro da cidade. Depois vieram os filhos. O pai da Lu, mataram ele. O do Rogério aparece e some. Sou eu quem trabalha tudo na casa e crio os dois. Mas a vida está melhorando.

As participantes da *Associação Mulheres Querem Mais* fizeram vários cursos dado por outras mulheres que tinham muita experiência de luta. Aprendemos muito umas com as outras. Aprendi que a mulherada do Brasil tem direitos. Que o Estado tem que garantir esses direitos. Hoje sei que pagamos imposto e que existem políticas públicas. Sei que existe a Lei Maria da Penha para defender as mulheres das agressões dos homens. Eu comecei a me informar. Informação é o vale-refeição dos direitos. Leio tudo que as feministas escrevem e me junto com elas sempre que possível. Acho até que sou um pouco feminista também. A *Associação* cresceu muito, não de altura, mas de organização. Nossa briga pela creche e pré-escola foi bonita. Convocamos uma audiência pública. Falamos com os vereadores,



com os deputados. Entramos no gabinete do prefeito. Tanto fizemos que conseguimos.

Com os meninos na escola, eu ganhei tempo para acelerar minha vida. Um dia, na *lan house* do bairro, eu vi no site de um sindicato um curso para pedreiro. Quando cheguei lá disseram que era só para homem. Armei um fuzuê danado. Eles pensam que mulher não pode progredir? Fiz o curso todo, aprendi assentar piso, azulejo. Já estou trabalhando registrada. E gostando. Agora estou de olho em novos cursos. Tem dois jeitos da gente ir para frente: dando topada ou se aperfeiçoando. Vou contar essa história para a moça da TV.

Também vou contar que participei da III Conferência de Políticas das Mulheres, tomei avião para Brasília e não senti medo nenhum. Na Conferência, descobri que a gente pode voar mesmo fora do avião. Existe até um Plano Nacional de Políticas de Mulheres. Entendi que, quando junta uma mulherada que quer uma vida melhor, nosso destino decola. Homem nenhum segura. O que precisa agora é aumentar cada vez mais o número de mulheres no poder, não qualquer mulher, mas aquelas que querem levar nossas necessidades e sonhos para a toda a sociedade. No futuro, acho que minha filha Ludinilce vai ser uma mulher com mais oportunidades. Também com tanta mulher de luta por perto. Tá na minha hora de falar para a câmera. Presta atenção!



# **Racismo Institucional: Como Definir, Identificar e Enfrentar**

*Nilza Iraci e Nina Madsen*



O racismo continua se constituindo como um dos principais entraves à realização plena da democracia e dos direitos humanos no Brasil. O reconhecimento da existência dessa dimensão da desigualdade, que tão profundamente estrutura nossa sociedade e nosso Estado, é essencial para enfrentá-la. E reconhecer que ela se manifesta e se expressa em diferentes níveis, a partir de diferentes mecanismos, também é fundamental para avançarmos em direção a uma sociedade mais justa e igualitária.

O caminho de combate ao racismo, iniciado há alguns anos pelo Estado brasileiro, está apenas começando a ser trilhado. Um passo importante deste processo foi estabelecer o enfrentamento do racismo institucional como um objetivo prioritário do Plano Plurianual 2012-2015. Além de aparecer como objetivo do Programa 2034, *Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial*, consta também como meta de diversos Programas Temáticos (2015<sup>1</sup>, 2070<sup>2</sup>, 2044<sup>3</sup>).

E é a expressão institucional do racismo que abordamos nesse trabalho. Como defini-lo e identificá-lo, como enfrentá-lo, são questões consideradas neste material, pensado como um instrumento para que instituições públicas, organizações e empresas se avaliem, construam seus diagnósticos, seus indicadores e suas estratégias de enfrentamento do racismo institucional.

Os dados demográficos sobre o Brasil evidenciam que não estamos falando de uma minoria:

1 Programa 2015, Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde. Define metas de enfrentamento do racismo institucional nos objetivos 0713, 0721, 0724.

2 Programa 2070: Segurança Pública com Cidadania.

3 Programa 2044: Autonomia e Emancipação da Juventude.

- População total: 191 de milhões de habitantes
- População Negra: 97 milhões - o equivalente a 51% do total
- Mulheres Negras: 47 milhões de pessoas, 25 % da população total
- O Brasil é o maior país do mundo em população afrodescendente, fora do continente africano.
- É o segundo país em população negra depois da Nigéria e o último país a abolir a escravidão negra. Foi também o país que mais importou africanos para serem escravizados.<sup>4</sup>

Enfrentar o racismo institucional requer um conjunto de ações que devem concorrer para o desenvolvimento de estratégias de curto, médio e longo prazos. Mas, certamente, um passo fundamental refere-se à tomada de decisão e liderança.

Apresentamos aqui uma síntese do *Guia de Enfrentamento ao Racismo Institucional* e o livro *Racismo Institucional: Uma abordagem conceitual*, documentos elaborados no âmbito do Projeto *Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras*<sup>5</sup>. A proposta visa a oferecer novos elementos para a construção de indicadores de racismo institucional que permitam a criação de um ambiente favorável à formulação e implementação de políticas públicas equitativas, buscando a efetiva transformação das relações de poder na sociedade.

O conceito de racismo institucional é relativamente recente no Brasil e esse trabalho aprofunda essa construção de uma maneira muito nova e muito importante. Saímos de uma concepção do racismo institucional como o fracasso institucional, ou seja, o Estado falhando em prestar o serviço para uma determinada população, para uma ideia de Estado que está, desde a sua origem, comprometido, no pior sentido da palavra, com uma estrutura racista.

O racismo institucional perpassa, portanto, desde a constituição do Estado e das suas instituições, passando pelo processo de formulação e implementação de políticas públicas, até chegar à prestação de serviços que deveriam garantir e efetivar direitos.

Jurema Werneck definiu o racismo institucional como “um modo de subordinar o direito e a democracia às necessidades do racismo, fazendo com

4 Dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e IPEA, 2010.

5 O projeto é integrado por um consórcio de sete organizações não-governamentais feministas: Cunhã, CFEMEA, Coletivo Leila Diniz, Geledés - Instituto da Mulher Negra, Redeh, Instituto Patrícia Galvão, SOS Corpo e a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR).

que os primeiros inexistam ou existam de forma precária, diante de barreiras interpostas na vivência dos grupos e indivíduos aprisionados pelos esquemas de subordinação desse último”<sup>6</sup>. Esse fenômeno limita o acesso da população negra no Brasil a direitos, produzindo efeitos objetivos e subjetivos na vida das pessoas.

Passar da ideia do fracasso institucional para a ideia de uma performance que produz o racismo é um salto conceitual importante de se dar, porque explicita e amplifica a perspectiva multidimensional do problema. Trata-se de como a construção do Estado, o processo de formulação e implementação de políticas públicas e a oferta de serviços, que efetivem e garantam direitos, se subordinam e se comprometem por causa do racismo institucional.

39

A elaboração do Plano de Ação é parte da metodologia de perguntas e respostas do *Guia de Enfrentamento ao Racismo Institucional*. Aos participantes este processo permite identificar, a partir do diagnóstico de situação feito, as possibilidades para agir. Tais possibilidades apoiam-se nas ferramentas já à disposição da instituição, devendo ser modificadas, adaptadas ou utilizadas de modo dirigido para responder aos objetivos postos.

## **Roteiro para Aplicação do Guia de Enfrentamento do Racismo Institucional**

### **1. O que é o Guia?**

O *Guia de Enfrentamento ao Racismo Institucional* resulta de um processo de construção coletiva que agregou organizações feministas e antirracistas brasileiras, o Governo Federal e o Sistema das Nações Unidas no país. Pretende contribuir para o enfrentamento do racismo institucional, somando-se aos compromissos e esforços empreendidos pelo Estado e expressos no Plano Plurianual 2012-2015.

Seu objetivo é o de oferecer novos elementos para a construção de diagnósticos, planos de ação e indicadores que permitam o enfrentamento do Racismo Institucional e de contribuir para a criação de um ambiente favorável à formulação e implementação de políticas públicas equitativas, buscando a efetiva transformação das relações de poder.

É neste contexto que se formula o *Guia de Enfrentamento do Racismo*

*Institucional* e que se propõe a metodologia apresentada a seguir, para a facilitação de sua aplicação junto a diversas instituições.

## **2. Como aplicá-lo?**

O Guia é um instrumento para aplicação prática. Portanto, adquire sentido quando trabalhado, coletivamente, nas instituições, organizações e empresas que desejem elaborar e implementar um plano de ação, para o enfrentamento do racismo institucional.

Pensando nisso, as organizações Geledés, Criola e CFEMEA desenvolveram uma metodologia de aplicação do Guia para apoiar e facilitar a sua utilização.

40

A condição primeira e essencial para a aplicação do Guia é o compromisso político e institucional com o enfrentamento do racismo institucional. Se este compromisso existe, então, faz sentido a condução da oficina e a aplicação do Guia, pois ele facilitará a concretização e a implementação do compromisso.

São objetivos da oficina de aplicação do Guia:

- Refletir sobre a reprodução do racismo nas e pelas instituições;
- Apresentar e debater a metodologia proposta pelo Guia para o enfrentamento do racismo institucional;

Aplicar o Guia com a instituição solicitante e facilitar a elaboração de um plano de ação para o enfrentamento do racismo institucional.

A metodologia completa compreende as seguintes etapas:

### ***Etapas de Preparação***

Nesta etapa, a instituição deverá:

Identificar o(a) responsável pela facilitação e organização da oficina, avaliando se existe ou não a necessidade de contratação de consultoria especializada. É importante lembrar que as pessoas responsáveis deverão acompanhar todas as etapas do processo.

Definir quem irá participar da oficina, considerando que:

- Todo o corpo de funcionários da instituição, de todos os níveis hierárquicos, deve participar pelo menos do seminário de aproximação ao tema, de modo a tomar conhecimento do compromisso e da decisão da instituição com o enfrentamento do racismo institucional e de forma a garantir um entendimento compartilhado sobre o que é o racismo institucional.



- Devem ser definidos critérios estratégicos para a designação de participantes, já que serão eles(as) a elaborar tanto o primeiro diagnóstico do racismo institucional naquela instituição quanto a primeira versão do Plano de Ação para seu enfrentamento. Assim, é muito importante que estejam representados, neste grupo de participantes, funcionários(as) de diferentes níveis hierárquicos e de distintos setores: técnico, recursos humanos, planejamento e outros componentes da instituição.
- É recomendável que a participação na oficina tenha caráter compulsório e que sua determinação parta do mais alto posto hierárquico da instituição, de modo a assegurar a possibilidade real de participação de todos os designados.

41

### **Seminário de aproximação ao tema**

A realização do seminário é recomendada para dar início e para ampliar o alcance do debate acerca do racismo institucional. O seminário é um evento aberto, que, ao mesmo tempo, comunica o compromisso daquela instituição com o enfrentamento do racismo institucional e apresenta ao conjunto de funcionários o problema a ser enfrentado.

A recomendação é que ele tenha de 4 a 8 horas de duração e que seja amplamente divulgado pela instituição. Neste momento, é interessante que a instituição desenvolva as seguintes ações:

- Comunique e apresente formal e publicamente seu compromisso com o enfrentamento do racismo institucional;
- Apresente as ações que, eventualmente, já desenvolva para enfrentar o racismo e promover a igualdade racial;
- Convide diferentes atores do campo da luta antirracista para o diálogo acerca do tema.

### **A Oficina**

A oficina é o momento de aplicação do Guia. Ela está pensada em quatro momentos:

- **Momento 1:** apresentações e exercício de auto identificação -2 a 4 horas de duração;

- **Momento 2:** aproximação ao tema do racismo institucional. Debate conceitual, apresentação de indicadores e de marcos políticos e normativos para o enfrentamento do racismo no Brasil - de 4 a 8 horas de duração;
- **Momento 3:** aplicação do Guia, propriamente dito, por meio de atividade de planejamento estratégico, durante a qual as questões do Guia são respondidas e o plano de ação, os indicadores e o cronograma de trabalho são formulados. O trabalho de respostas ao Guia deve ser desenvolvido em grupos, de no máximo 10 pessoas, sempre acompanhados por uma facilitadora. Etapa em que se definem também os sujeitos que se engajarão no processo como um todo e em que se encaminha a criação de uma instância, na instituição, para a gestão do plano de ação - de 8 a 16 horas de duração;
- **Momento 4:** monitoramento e avaliação - 4 horas de duração.

Seu tempo total de duração varia de 2 a 3 dias, dependendo dos objetivos específicos de cada instituição e do número total de participantes.

#### ***Sistematização dos resultados da oficina***

Nesta etapa as pessoas, designadas ou contratadas como responsáveis pela facilitação e organização da oficina, deverão trabalhar na sistematização dos resultados obtidos desta etapa, finalizando o Diagnóstico e o Plano de Ação elaborados e produzindo um relatório da experiência. Deverão também compartilhar, junto às instâncias diretivas da instituição, os encaminhamentos de curto, médio e longo prazo para a implementação do Plano de Ação.

#### ***Devolutiva dos resultados e início da implementação***

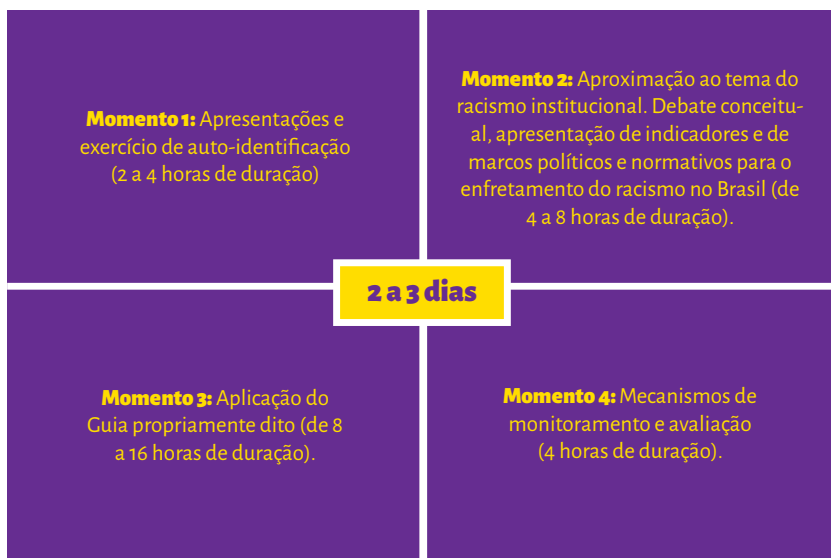
A etapa devolutiva pode assumir o formato de uma reunião de apresentação dos resultados da oficina, ou pode se traduzir na disseminação de um relatório contendo seus encaminhamentos e desdobramentos. O importante é que as(os) participantes da oficina recebam, da instituição, o retorno acerca do trabalho desenvolvido e que a implementação do Plano de Ação tenha início.

### ***3. Materiais de apoio à oficina***

#### ***Questionários***

Sugerimos a aplicação de um questionário antes do início da oficina, de caráter exploratório, que permitirá o melhor conhecimento acerca dos(as) participantes e de um questionário de avaliação depois da oficina.

Recomendamos que ambos sejam enviados por e-mail, a cada participante, de modo que seu preenchimento possa ser feito em privacidade e no momento que melhor convier ao participante.



Os questionários exploratórios serão úteis para o mapeamento do público alvo a quem está destinada a Oficina.

### ***Exercício de auto-identificação da(os) participantes***

Trata-se de um exercício para dar início à oficina. Ele consiste na auto identificação de cada um(a) dos(as) participantes, de acordo com critérios e categorias identitárias pré-estabelecidas pelo grupo de facilitação da oficina. O objetivo do exercício é construir um quadro ilustrativo da composição identitária do grupo de participantes da oficina, que possa ser de alguma maneira ampliado para a instituição como um todo.

Assim, podem ser definidos como critérios ou categorias de auto identificação:

- O sexo das(os) participantes;
- Sua cor/raça;
- Sua faixa etária;
- Sua identidade de gênero;

Sua classe social ou classe social de origem - defina faixas de renda familiar  
Definimos como classe social de origem a classe social da família da(o) participante quando ele(a) ainda era dependente desta família.

#### **4. Publicações**

**Racismo Institucional – Uma abordagem conceitual** *Visa oferecer novos elementos que ampliem a visão do marco conceitual sobre Racismo Institucional, que permitam incidir na formulação, monitoramento e a implementação de políticas públicas nas áreas de Seguridade Social e Trabalho, com especial enfoque para a mulher negra, promovendo o reconhecimento do racismo institucional como violação dos direitos da população negra.*

**Guia de Enfrentamento do Racismo Institucional** *Seu objetivo é o de oferecer novos elementos para a construção de diagnósticos, planos de ação e indicadores que permitam o enfrentamento do Racismo Institucional e de contribuir para a criação de um ambiente favorável à formulação e implementação de políticas públicas, buscando equalizar o acesso a seus benefícios.*

44

As publicações estão disponíveis para download gratuito em [www.geledes.org.br](http://www.geledes.org.br)

#### **Considerações finais**

A grande inovação, apresentada neste Guia, é dar visibilidade e sistematizar o racismo institucional de uma maneira que não só permita sua identificação, como também, que facilite o seu enfrentamento. O grande desafio para a efetividade do Guia é vencer uma cultura institucional de resistência, que, na maioria das vezes, não é explícita e que só pode ser vencida com a sensibilização de gestores e gestoras, com ações políticas concretas, incisivas e continuadas; e também com o compromisso político das instâncias superiores.

Esperamos que esse material produza maior consciência sobre o problema e que dê a dimensão da urgência das respostas e soluções necessárias. Acreditamos que se as instituições públicas, de preferência todas, tomarem um instrumento como esse, fizerem o esforço de responder a essas perguntas, elaborarem um plano de ação, um sistema de monitoramento, uma instância de governança, um orçamento, as coisas possam caminhar para uma mudança efetiva. Sabemos dos esforços e da dimensão do compromisso necessários para a implementação deste instrumento. Mas sabemos também que eles têm a exata dimensão da democracia que desejamos alcançar.

A Metodologia de Enfrentamento ao Racismo Institucional foi aplicada na Oficina de Mobilização sobre Racismo Institucional no Sistema das Nações Unidas no Brasil, em abril de 2014<sup>7</sup>.

7 <http://www.onu.org.br/enfrentamento-ao-racismo-institucional-vamos-fazer-afirma-coordenador-da-onu-n5#8230>; [...]





# **Metodologia de Incidência em Políticas Públicas**

*Nina Madsen*





**A** metodologia de incidência em políticas públicas assumiu, no *projeto Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras*, um lugar de centralidade, na medida em que contribuiu diretamente para o objetivo central de fortalecimento das instituições governamentais de políticas para as mulheres, nos níveis local e nacional, bem como o fortalecimento dos movimentos feminista e de mulheres no Brasil, de modo a garantir a continuidade da implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Apresentamos neste artigo a sistematização da metodologia de incidência em políticas públicas, desenvolvida pelo movimento feminista brasileiro, a partir do Centro Feminista de Estudos e Assessoria, o CFEMEA.

Com foco definido sobre o Executivo e o Legislativo federais, a metodologia envolve um conjunto de métodos e de instrumentos. São eles: o monitoramento de proposições legislativas no Congresso Nacional, por meio do Sistema de Informação do Congresso (SIC); o monitoramento do Orçamento Público, por meio do Orçamento Mulher; a formação política de ativistas feministas e gestoras de políticas para as mulheres, por meio de cursos presenciais e a distância e a mobilização para incidência associada à formação na ação, por meio das Comitivas Nacionais. Neste artigo abordaremos o monitoramento das proposições legislativas e a mobilização associada à formação na ação, por meio das Comitivas Nacionais.

## **Incidência política como estratégia**

A incidência em políticas públicas surge como um desdobramento estratégico da demanda histórica do movimento feminista por direitos. Se por um lado a garantia dos direitos se expressa nos marcos legislativos reguladores

da vida social, por outro sua implementação apenas se torna viável quando políticas públicas são formuladas e executadas com esse objetivo.

Para tanto, alguns elementos-chave são necessários: instâncias do Estado que assumam a responsabilidade pela formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas; instâncias de participação social que façam o controle social do trabalho governamental e permitam o diálogo permanente entre governos e sociedade civil; marcos programáticos e legais que orientem as políticas públicas e orçamento destinado às políticas para as mulheres.

50

No Brasil, a consolidação dessa estratégia, ocorre durante o período da Constituinte, em 1988, quando o movimento feminista, organizado a partir da estratégia de *advocacy* alcunhada de “lobby do batom”, alcançou conquistas de grande importância na nova Constituição Federal. O Centro Feminista de Estudos e Assessoria, o CFEMEA, organização integrante do consórcio implementador do projeto *Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras*, foi fundado no ano seguinte, em 1989, com a missão de “contribuir para o fortalecimento do feminismo e da democracia incidindo nos Poderes Públicos para a garantia de direitos das mulheres”.

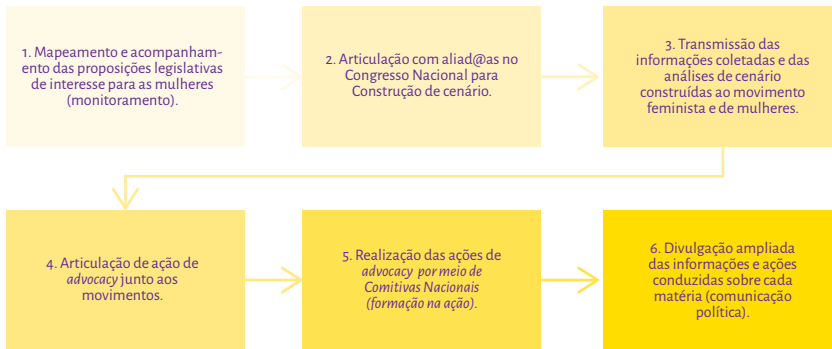
Essa estratégia do movimento feminista, fortemente desenvolvida a partir da atuação histórica do CFEMEA, definiu no monitoramento e no *advocacy* os principais instrumentos para seu desenvolvimento. De acordo com Dutra e Mori (2009: 32),

“O *advocacy* (...) pressupõe ação coletiva, pública e política com a finalidade de promover conquistas mais justas e democráticas que beneficiam a sociedade em geral. É a partir desse entendimento de *advocacy* que o CFEMEA desenvolve, desde suas origens, sistemas de acompanhamento e monitoramento das normas produzidas pelo Congresso Nacional que têm impacto nos direitos e na vida das mulheres, além da elaboração de propostas e encaminhamento de demandas”.

Para o projeto *Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras*, a aposta no monitoramento e na incidência política se traduziu tanto no âmbito do Legislativo federal, quanto no do Executivo federal – em suas instituições e em seus processos de participação. Apresentaremos, a seguir, o passo-a-passo da metodologia adotada para cada espaço e destacaremos os principais momentos das ações desenvolvidas durante o período do projeto.

## Monitoramento e Incidência no Legislativo

A atuação no Legislativo Federal tem por objetivo central a garantia e a ampliação do conjunto de direitos das mulheres no Brasil. No âmbito do projeto referido, teve seu foco orientado aos temas associados às áreas de autonomia econômica e autonomia política das mulheres. Sua condução, representada no diagrama a seguir, compreende as seguintes táticas:



Mapeamento e acompanhamento das proposições legislativas de interesse das mulheres, por meio do monitoramento sistemático. É selecionado um conjunto de proposições legislativas que representem avanços ou retrocessos para os direitos das mulheres e a partir do qual se faz o monitoramento da tramitação. É mapeada, também, a atuação de parlamentares-chave na tramitação de cada proposição destacada, de modo a definir *aliad@s* e *opositor@s* dos direitos das mulheres em cada projeto.

Articulação com *aliad@s* no Congresso Nacional para construção de cenários e desenho de estratégias de atuação no contexto de cada proposição.

Transmissão das informações e análises aos movimentos feminista e de mulheres, momento em que se informa ao movimento sobre as proposições e cenários de avanços ou de retrocessos no Congresso Nacional.

Articulação de ação de *advocacy* junto aos movimentos, momento de mobilização e organização da incidência política sobre um cenário ou projeto específico.

Realização das ações de *advocacy* por meio das Comitivas Nacionais, que trazem representantes dos movimentos para ações organizadas de incidência, sobre o cenário ou projeto em questão. As Comitivas Nacionais tendem a reunir um conjunto de, em média, 15 representantes de diferentes

movimentos e organizações em torno de uma ação de três dias de duração: dois dias de formação política e um dia de incidência política direta, junto às instituições envolvidas em cada processo.

Divulgação ampliada das informações e ações conduzidas, de modo a informar e mobilizar a sociedade de maneira mais ampla, e assim, conquistar mais apoio para a incidência.

## **Diagrama de monitoramento e incidência no Legislativo Federal<sup>1</sup>**

52

No Congresso Nacional, a Bancada Feminina representa, via de regra, uma importante aliada no que se refere à defesa dos direitos das mulheres. Assim, a relação com as parlamentares que a compõem é prioritária, nesse processo de monitoramento e *advocacy*. Essa relevância está traduzida no efeito 3 do projeto *Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras*, no qual estão contempladas as ações de diálogo e de articulação com a Bancada Feminina no Parlamento. Conforme destacado por Dultra e Mori (2009: 36) a respeito do trabalho desenvolvido pelo CFEMEA,

“... procura fornecer às parlamentares subsídios com o intuito de fundamentar suas posições, orientando a Bancada na apresentação ou apoio de emendas e proposições na linha das demandas concretas e legítimas das organizações de mulheres. Além disso, como canal para a comunicação entre a Bancada e o movimento de mulheres, o CFEMEA atua com o objetivo de estreitar este diálogo e fazer com que as pautas das mulheres possam ser levadas às parlamentares e à deliberação”.

## **Incidência no Executivo**

A metodologia de incidência em políticas públicas, junto ao Executivo federal, pôde ser aperfeiçoada durante o projeto em debate, graças à participação ativa na 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, processo disparado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres em 2011 e desdobrado em conferências municipais, estaduais e na Conferência Nacional, em Brasília.

A atuação nos processos de Conferência, como já mencionado anteriormente, foi definido pelos movimentos feminista e de mulheres como

1 Fonte: CFEMEA, 2014.

estratégico por articular: o diálogo entre os mecanismos de políticas para as mulheres nos três níveis (municipal, estadual e nacional) e as organizações e movimentos de mulheres e feministas de todo o país; a participação social no desenho e no planejamento das políticas para as mulheres nos três níveis; a avaliação e o monitoramento da gestão governamental e da implementação em curso de políticas para as mulheres no país.

A metodologia adotada compreendeu as seguintes etapas:

1. Mobilização dos movimentos de mulheres e feministas, para a construção de um amplo processo de debate, de elaboração de documento político orientador das ações de incidência dos movimentos junto ao Estado.
2. Acompanhamento da implementação das políticas para as mulheres, por meio da representação em instâncias locais e nacionais de participação política, com ênfase nos conselhos da mulher.
3. Acompanhamento e participação dos processos de construção e organização dos processos de Conferência.
4. Participação organizada em todas as etapas do processo de Conferência.
5. Acompanhamento da posterior sistematização dos resultados dos processos de Conferência e, em particular, da elaboração dos planos de políticas para as mulheres .
6. Controle social da implementação dos planos de políticas para as mulheres por meio das instâncias de participação sociais.

As conquistas alcançadas na 3ª Conferência de Políticas para as Mulheres foram traduzidas no 3º Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM -, o qual orienta a atuação de todos os órgãos do governo federal, no que se refere à implementação das políticas para as mulheres. Mais recentemente e em resposta à incidência política do movimento, conduzida no âmbito do projeto *Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras*, o PNPM foi definido pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão do governo federal como a Agenda Transversal de gênero para todo o governo, decisão de importante impacto em termos de institucionalização das políticas para as mulheres, além de se traduzir em mecanismo de monitoramento contínuo por parte do Ministério de Planejamento.



# **Reflexões Feministas sobre o Sistema Político**

*Anadilza Ferreira, Beth Ferreira, Carmen Silva,  
Guacira Oliveira, Joana D'Arc da Silva, Priscilla  
Brito, Rivane Arantes.*





**D**urante os anos de 2012 e 2013 uma equipe interinstitucional, constituída por integrantes de quatro organizações feministas brasileiras (CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, Coletivo Leila Diniz, Cunha – Coletivo Feminista e SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia), aceitou o desafio de criar e desenvolver coletivamente um curso a distância, para refletir sobre o poder e discutir a participação política das mulheres. Esta iniciativa fez parte de um projeto comum com outras organizações feministas: *Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras*. A ideia de fazer um curso como este parte do reconhecimento de que a formação política é necessária para o fortalecimento do movimento feminista e de que a crítica ao sistema político brasileiro é um dos temas centrais para os movimentos feministas, atualmente, no Brasil.

Para delimitar os conteúdos a serem abordados tivemos que fazer escolhas entre diversas questões muito caras ao debate feminista sobre o poder e participação política. Tínhamos que eleger algo que pudéssemos executar em meio eletrônico e no período de três meses. A resposta só veio depois de uma série de debates, entre a própria equipe envolvida na preparação do curso e também em oficinas, para as quais convidamos algumas ativistas. Assim, criamos um curso que pudesse alimentar o debate e aprofundar as *Reflexões Feministas sobre o Sistema Político*, de modo a encarar o conjunto do problema e suas interdições, tanto à participação política das mulheres quanto à consolidação da agenda feminista na sociedade brasileira.

A decisão por realizar um processo virtual, que alcançasse mulheres em várias partes do Brasil, com ou sem engajamento em movimentos sociais, partiu da vontade de fortalecer a *Universidade Livre Feminista* como um espaço de formação e debate para os movimentos de mulheres e feministas. Apesar das dificuldades em adaptar a pedagogia feminista à educação a

distância, acreditamos que este formato pode nos ajudar a abrir possibilidades de inovação e acessibilidade, diante da ampliação do acesso à internet no Brasil.

Partimos da premissa de que as feministas, em especial no movimento de mulheres, que iriam se engajar nas campanhas eleitorais, seja como candidatas, integrantes de comitês eleitorais, parte do movimento de mulheres ou simplesmente como pessoas no exercício ativo da cidadania, encontrariam nesse espaço do curso uma fonte rica e rara para alimentar a sua participação política no contexto eleitoral, desde a perspectiva feminista.

58

Almejamos favorecer a reflexão crítica, feminista e antirracista sobre os limites do atual sistema político, da cultura política que o envolve e sustenta como também sobre as dificuldades que enfrentamos para participar da vida política, uma vez que vivemos assoladas pela dominação patriarcal, pelo racismo e exploração capitalista. Também foi nosso intuito dar a conhecer as alternativas feministas, construídas e debatidas na Plataforma dos Movimentos Sociais, para a Reforma do Sistema Político.

Deste modo, possibilitamos que o curso desse oportunidade às militantes feministas no movimento e em diferentes partidos, assim como às estudantes, professoras e pesquisadoras, um espaço coletivo para refletir sobre o sistema político, em especial no que se refere ao processo eleitoral. Favorecemos, assim, a elaboração coletiva e crítica ao caráter excludente e elitista deste sistema; o diálogo sobre as experiências das feministas e do feminismo nestes espaços e a discussão sobre estratégias para avançar com a plataforma feminista e antirracista no debate público sobre a Reforma Política.

A partir da crítica feminista ao sistema político buscamos incitar e complexificar a discussão sobre a demanda de “mais mulheres no poder”. Provocamos as participantes do curso a abandonarem a defesa rasa dessa luta, que se amparava comodamente no sucesso da eleição da primeira mulher à Presidência da República e aprofundarem a crítica à proposta de empoderamento individual das mulheres. Para tanto, oferecemos subsídios e suscitamos questionamentos sobre as bases patriarcais, racistas e capitalistas, que sustentam o sistema político, estruturado na exclusão das mulheres e outras minorias políticas.

Por outro lado, estimulamos a discussão sobre as alternativas que o movimento de mulheres e feminista colocou para o debate público da reforma política, em especial sobre a paridade entre homens e mulheres nos espaços

de poder e decisão, instigando o desvelamento da multiplicidade de fatores que inviabilizam, interditam e(ou) obstaculizam esta participação paritária.

### **Questões teórico-políticas centrais**

O curso *Reflexões Feministas sobre o Sistema Político* foi um grande desafio e uma experiência preciosa para a equipe de educadoras, haja vista que, para a maioria de nós, era a primeira vez que lidávamos com educação a distância. Tivemos que explorar, conhecer e dominar os recursos disponíveis na *Plataforma Virtual do Moodle* e outras possibilidades que as tecnologias da informação oferecem para a interação entre as educadoras, as participantes e a secretaria de curso.

59

Há que se considerar também o fato de que foi a primeira vez que essa equipe trabalhou em conjunto e a distância, para o desenvolvimento de uma ação pedagógica. Portanto em que pese tantas novidades e os desafios que ela nos colocou, foi possível construir um ambiente estimulante de debate na equipe, com criatividade e companheirismo, fazer as adaptações tecnológicas e pedagógicas que se mostraram necessárias ao longo do curso, construindo alternativas ao que havia sido previamente planejado.

Para muitas das participantes do curso essa também era a primeira experiência com educação a distância e na *Plataforma Moodle*. Para enfrentar a sensação de separação e outras incertezas decorrentes do distanciamento físico das participantes, as educadoras e a secretaria de curso dedicaram-se, especialmente, à comunicação e a interação calorosa e acolhedora com as educandas, para gerar vínculos, confiança e ambiente de boa convivência neste espaço virtual. Nesse sentido, a primeira atividade consistia em uma apresentação das participantes e durante o curso a maior parte das educadoras criaram outras estratégias para manter este laço, como o envio de e-mails pessoais para as integrantes das turmas.

Cada um dos módulos esteve dedicado a um tema central, para o qual elaboramos um subsídio específico de leitura obrigatória, além de outros materiais complementares (artigos, vídeos, áudios) que alimentavam a discussão com todas as participantes. Ademais, algumas participantes também ofereceram material para subsidiar o debate. Para cada turma as educadoras apresentaram questões, visando alimentar a discussão. Estimulou-se, deste modo, a formulação de vários pontos de vista, assim como de outros questionamentos pelas próprias participantes do curso.

Em termos de conteúdo o insumo mais importante para a reflexão, proposta pelo curso, foi a experiência política das próprias participantes, muitas das quais eram também ativistas e militantes. Apesar de não termos a pretensão de adensar os seus conhecimentos, em teoria política e feminista, alguns conceitos fundamentais para refletirmos sobre o sistema político foram trabalhados desde o início. Por um lado, abordamos a dominação: compreensão do conceito de patriarcado, as interdições à participação política das mulheres, suas imbricações com o racismo e a exploração capitalista. Por outro lado discutimos a emancipação: a auto-organização das mulheres, como sujeitos da luta feminista para transformar o mundo e a “agenda feminista” para a reforma do sistema político.

Por fim, como não poderia faltar, lidamos com os conceitos de democracia, considerando a importância da luta democrática para promover a justiça social; de hegemonia e cultura política hegemônica, para ensejar uma postura crítica frente as estruturas de poder e as relações de dominação.

Dentre os temas mais polêmicos, entre as participantes, destacamos a relação entre os movimentos sociais e Estado; divergências entre as avaliações dos governos Lula-Dilma e a crítica à visão da democracia como única forma de governo viável. No final desta sistematização é possível ver a descrição detalhada da estrutura dos módulos do curso nas duas edições.

### **Dificuldades encontradas para a abordagem aprofundada do tema**

Enfrentamos algumas dificuldades para desenvolver uma abordagem mais aprofundada e crítica do sistema político. A baixa frequência das participantes nos fóruns de discussão da primeira edição do curso, em cada turma, a princípio, foi preocupante. A primeira hipótese levantada para a baixa frequência, confirmada pelas justificativas da maior parte das participantes, era a de que as mulheres vivem cotidianamente com uma grande sobrecarga de trabalho, geralmente tendo que lidar com trabalho, estudos, cuidado com a casa e militância. Outra hipótese levantada foi a falta de acesso constante ao computador e com disponibilidade para a realização de um curso como o que foi proposto.

A partir de então as educadoras tomaram a iniciativa de contatar cada participante, individual e pessoalmente, para entender suas dificuldades e buscar formas de compatibilizar a dinâmica do curso com as suas

necessidades. Em muitos casos a iniciativa das educadoras foi fundamental para evitar a evasão, todavia, não conseguimos evitar que algumas abandonassem o curso. Faltou-nos tempo para analisar melhor o perfil dessas participantes, ou mesmo das que permaneceram no curso mas registraram poucas entradas na plataforma.

Em certa medida, fomos surpreendidas pelo alto grau de desconhecimento das participantes sobre as estruturas e regras básicas que organizam o sistema político brasileiro. Faltava muita informação a esse respeito, além das nossas expectativas, demandando mais tempo que o planejado para elucidar essas questões ao longo do curso.

O elenco de participantes do curso foi bastante diverso e estava alicerçado em patamares distintos, bem desiguais, de reflexão sobre feminismo, luta contra o racismo e a democratização do sistema político. Uma riqueza e, ao mesmo tempo, um desafio para as educadoras foi facilitar o debate sobre questões polêmicas, como: as divergências partidárias, avaliações conflitantes sobre o governo e discussões intensas sobre a agenda de luta feminista, notadamente no que se refere a questão do aborto. Em alguns momentos o ritmo da discussão teve que ser reduzido, para que todas pudessem acompanhar o debate. O desafio, neste caso, era encontrar o compasso certo para incluir as que estavam começando esta reflexão, sem desmotivar as que já vinham, há mais tempo, pensando, estudando e atuando sobre isso.

61

### **Diferenciais da pedagogia feminista na educação a distância.**

A iniciativa, que se situa entre as pioneiras da pedagogia feminista na educação a distância, teve vários diferenciais. A singularidade do curso *Reflexões Feministas sobre o Sistema Político* reside no caráter coletivo do projeto, formulado e desenvolvido por uma equipe interinstitucional.

Na construção de processos educativos, o empenho das educadoras para dialogar com a realidade cotidiana das participantes, estimulá-las a estabelecerem relações e nexos entre as questões debatidas no curso e os desafios enfrentados por elas no dia-a-dia possibilitou dar sentido aos conteúdos apresentados e otimizar a sua apropriação. A relevância dada ao acolhimento das participantes que enfrentaram maiores dificuldades de se expressar por escrito, ou mesmo às que eram novas neste debate, foi outro elemento que estimulou e enriqueceu a participação coletiva. Destaque-se

também a feição de facilitadora, desenvolvida pelas educadoras, sempre que os conflitos de posição teórica ou política emergiram. Com essa habilidade, foi possível enfrentar e refletir sobre as controvérsias apresentadas, de modo tranquilo e sem impasses.

Destacamos como diferencial a prioridade da própria temática, aprofundando a reflexão crítica do feminismo, à forma como se pensa e se faz política no cotidiano das organizações e instituições políticas do país. Ao fazer isso se evidenciou a agenda do feminismo, o desafio de seguir enfrentando as desigualdades e difundindo a paridade em conjunto com os movimentos sociais.

62

Em que pese a educação a distância ser uma novidade para a pedagogia feminista, a experiência do curso confirma ser esta uma alternativa para suprir a lacuna na formação política feminista, que há muito identificamos nos nossos movimentos. Por isso mesmo, a Educação a Distância – EAD – nos coloca frente a grandes desafios, que vão desde a melhor apropriação de suas concepções teóricas e metodológicas, pelas educadoras, até o domínio de suas ferramentas, pela equipe envolvida no desenvolvimento do curso e também pelas participantes.

Frente a novidade da EAD, foi de grande valia contar com o material de apoio produzido especificamente para este curso e seus processos educativos. Contar com textos e audiovisuais construídos especificamente para o curso, inclusive porque foram pensados para as ativistas, elaborados a partir da vivência política das mulheres e fundamentados numa perspectiva feminista e antirracista crítica ao sistema político, foi um diferencial importante.

Para a Universidade Livre Feminista foi uma experiência ímpar, que nos permitiu aprender mais e aprofundar a reflexão sobre o papel das educadoras feministas na educação a distância e o seu lugar diferenciado no processo de aprendizagem. Um lugar distinto daquele ocupado pelas participantes, mas também longe daquele tradicional ocupado por parte significativa de professores e tutores. Apesar da relação entre educadoras e educandas não ser horizontal, posto que as educadoras foram remuneradas, tinham horários fixos para entrada no fórum ao longo dos meses de duração do curso, participaram do processo de elaboração dos materiais e outras atividades, também não se situou em nível de superioridade, possibilitando assim um diálogo profícuo com as participantes.

## **Desafios pedagógicos para as organizações feministas:**

Explorar as ferramentas virtuais, de modo a entender de que maneira elas podem suprir a nossa carência de formação e circulação de informações.

O desafio da criatividade com as ferramentas virtuais é grande, precisando dominá-las para poder construir possibilidades.

Aprofundar o debate no sentido de formular e orientar uma concepção pedagógica para a Universidade Livre Feminista, voltada à educação popular feminista.

Estimular a reflexão entre educadoras feministas sobre as diferentes exigências pedagógicas na educação presencial e a distância, por exemplo, qual a diferença que o elemento ‘ouvir as mulheres’ exige na formação presencial e virtual? Como discutimos o contexto e a experiência local em ambas as situações? Como tratamos a questão da corporeidade na educação a distância?

Aprimorar e fortalecer a capacidade das educadoras para facilitar processos de elaboração coletiva, sintetização de debates e elucidação de controvérsias, de modo a contribuir para que, além da apropriação individual dos conteúdos, o processo pedagógico também favoreça a elaboração e produção coletiva de pensamentos.

Maior e melhor apropriação das concepções teóricas e metodológicas da EAD e de suas ferramentas tecnológicas pelas equipes que desenvolvem os cursos.

Articular melhor a relação entre o perfil das participantes, o conteúdo a ser abordado e a metodologia a ser desenvolvida.

Aprofundar o debate e a produção de conteúdos que tratem da relação entre EAD e feminismo, sobretudo, sobre como fazer uma EAD feminista, com base no que há de acúmulo de uma pedagogia feminista ou da prática educativa feminista, de modo a enriquecer o diferencial da *Universidade Livre Feminista* em relação a outras propostas de EAD feminista que existem.

Construir alternativas para enfrentar o problema da ausência de mulheres, ou evasão, dos cursos em decorrência da exclusão digital.

## **Anotações para os cursos futuros**

Os cursos precisam de uma divulgação mais dirigida aos grupos de mulheres que queremos atingir. Não basta estar disponível na internet. Por

exemplo, no caso de uma reflexão sobre o sistema político, vale a pena investir no contato com setoriais de mulheres de partidos e organizações sindicais que estão integradas ou próximas ao nosso movimento.

É preciso investir no aperfeiçoamento do ambiente *moodle*, de modo a torná-lo mais acessível e amigável para as pessoas.

Buscar fortalecer e(ou) estabelecer vínculos orgânicos com os grupos de mulheres e movimentos aos quais os cursos estejam dirigidos.

Desenvolver cursos sobre questões pontuais, que exijam menos textos-base, e provoquem mais discussão.

64

Desenvolver e(ou) fortalecer as capacidades de facilitação das educadoras, para a devolução dos achados, das sínteses e das controvérsias, enfim de todos os conteúdos valiosos impulsionados a partir do debate coletivo.

Desenvolver cursos bem organizados e orientados, que dispensem tutoria direta, dada a exiguidade de recursos

Desenvolver instrumentos apropriados para trabalhar a subjetividade e a corporeidade na EAD: desenhos, imagens, entre outros;

Desenvolver metodologias para a EAD que contribuam para evitar a sobreposição dos saberes acadêmicos em relação aos populares, das elaborações teóricas sobre as experiências vivenciais.

Preparar um tutorial sobre como utilizar a *Plataforma Moodle*.

## **Estrutura dos cursos e materiais utilizados**

Nosso curso foi desenvolvido em duas edições: a primeira com três módulos e a segunda com dois. Nossa equipe contou com 12 educadoras, uma coordenação e secretaria de curso, um assistente e um técnico em informática. Tivemos 392 participantes inscritas nas duas edições. A primeira edição foi ao ar de maio a julho de 2013, desenvolvida em 3 módulos, cada um com duração de 4 semanas. O curso teve início com um fórum de debates de apresentação das participantes e das educadoras; na sequência cada módulo foi baseado em uma ementa, objetivos, questões orientadoras, participação requerida e disponibilização de subsídios. Descrevemos os módulos sinteticamente a seguir.



## **Módulo 1: Participação política das mulheres e a agenda feminista**

### **Objetivos**

1. Provocar a reflexão crítica sobre a democracia liberal e suas limitações à participação política das mulheres, considerando a vigência das estruturas de dominação patriarcal e racista e de exploração capitalista, bem como outros elementos conjunturais e históricos restritivos e excludentes;
2. Trazer à luz as formas de participação construídas e experimentadas pelas mulheres, em contextos marcados pelas desigualdades de gênero, raça e classe social;

65

### **Subsídios**

Vídeo de apresentação do módulo I - <http://vimeo.com/63348556>

*Leitura obrigatória:* Participação política das mulheres e agenda feminista, de Luana Natiele e Maria Lúcia de Oliveira, 2013

*Leitura complementar:* Mulheres pela Reinvenção da Política - Boletim Articulação de Mulheres Brasileiras - Beth Ferreira, Kelly Kotlinski e Patrícia Rangel; 2009. O Feminismo e a situação das mulheres na política - Silvia Camurça, 2008. Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência - Sueli Carneiro, 2012. *Vídeo:* A Política: Artigo Feminino - <http://vimeo.com/6486193>, Direito ao aborto e liberdade de escolha das mulheres - <http://vimeo.com/15594016>. Desafios do(s) feminismo(s) na perspectiva da transformação social - Guacira César de Oliveira, s/d.

*Para reinventar a política:* a AMB e as estratégias de ampliação da participação política das mulheres - Beth Ferreira, s/d.

## **Módulo 2: Crítica feminista ao sistema político**

### **Objetivos**

1. Analisar como os elementos do sistema político estão intrinsecamente influenciados pelo racismo, patriarcado e capitalismo e como a ideia de democracia está restrita às práticas de representação, uma experiência quase exclusivamente masculina, que nega a diversidade de formas de participação que as mulheres vêm exercitando ao longo de sua história de resistência.
2. Contribuir para que mulheres, conectadas com o movimento feminista

e envolvidas com processos eleitorais, aprofundem e fortaleçam sua capacidade de crítica ao sistema político brasileiro, a partir da experiência de exclusão e(ou) inclusão subordinada das mulheres.

### **Subsídios**

Vídeo de apresentação do módulo - <http://vimeo.com/65502168>)

*Leitura obrigatória:* Crítica feminista ao sistema político brasileiro - Rivane Arantes, 2013

*Leitura complementar:* Iniciativa Popular pela Reforma Política - Cartilha, (opcional) Ponto de vista feminista sobre a reforma política - CFEMEA, s/d, O que os parlamentares pensam sobre as mulheres na política? - CFEMEA - Patrícia Rangel, 2001 e A participação das mulheres e a reforma política - Betânia Ávila, 2007.

66

## **Módulo 3: Mulheres, feminismo e campanhas eleitorais**

### **Objetivos**

1. Discutir as experiências de mulheres nas campanhas eleitorais, com ênfase em mulheres ativistas de movimentos sociais e(ou) feministas;
2. Indicar ideias e possibilidades para realização de campanhas feministas nas eleições 2014 e nas próximas que virão.
3. Impulsionar a participação na campanha pela reforma do sistema político.

### **Subsídios**

Vídeo de apresentação do módulo 3 - <http://vimeo.com/66561964>

*Leitura obrigatória:* Mulheres, feminismo e campanhas eleitorais - Carmen Silva, 2013

*Leitura complementar:* Vídeo complementar - Carmen Silva, O que defende a AMB e os movimentos sociais - <http://www.reformapolitica.org.br/reforma-politica-em-tv/325-reforma-politica-o-que-defende-a-amb-e-outros-movimentos-sociais-entrevista-carmen-silva-.html>), Reforma do Sistema Político - Projeto de Lei de Iniciativa Popular (<http://www.reformapolitica.org.br/reforma-politica-em-tv/279-reforma-do-sistema-politico-projeto-de-lei-de-iniciativa-popular.html>), Spots de Rádio do CFEMEA - [http://cfemea.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2885:campanha-de-radio-mobiliza-mulheres-para-as-eleicoes-deste-ano-&catid=213:noticias-e-eventos&Itemid=148](http://cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2885:campanha-de-radio-mobiliza-mulheres-para-as-eleicoes-deste-ano-&catid=213:noticias-e-eventos&Itemid=148)

A partir da avaliação da primeira edição constatamos que os três meses de curso foram muito cansativos para as mulheres; era preciso reduzir sua duração. Reorganizamos os módulos, pois a dispersão do assunto em três módulos diferentes deixou as participantes confusas. Parte das educadoras colocou a impossibilidade de dar continuidade ao processo, em função de demandas de trabalho; a equipe foi reduzida para três educadoras, uma coordenadora e a secretaria de curso, dando o suporte técnico. Desta forma, a segunda edição, com duração de apenas um mês e meio - agosto a setembro de 2013 - foi organizada contando com a maioria dos mesmos subsídios, porém com os seguintes objetivos.

67

## **Módulo 1: Participação política das mulheres e a agenda feminista antirracista**

### **Objetivos**

1. Tecer uma crítica feminista à democracia liberal e à concepção de democracia brasileira e a partir desta refletir sobre as interdições patriarcais, racistas e capitalistas à participação das mulheres nos diversos espaços de participação e representação política;
2. Refletir sobre a importância de nossa auto-organização (como sujeitos coletivos) e nosso poder individual para reinventar a política;
3. Debater as dificuldades de incorporação das lutas e agenda feminista antipatriarcal, antirracista e anticapitalista nos espaços institucionais e na sociedade em geral.

## **Módulo 2: Crítica feminista ao sistema político**

### **Objetivos**

1. Analisar como os elementos do sistema político estão intrinsecamente influenciados pelo racismo, patriarcado e capitalismo e como a ideia de democracia está restrita às práticas de representação, uma experiência quase exclusivamente masculina, que nega a diversidade de formas de participação que as mulheres vêm exercitando ao longo de sua história de resistência.
2. Contribuir para que mulheres, conectadas com o movimento feminista e envolvidas com processos eleitorais aprofundem e fortaleçam sua capacidade de crítica ao sistema político brasileiro, a partir da experiência de exclusão e/ou inclusão subordinada das mulheres.



# **Orçamento Mulher: Monitoramento e Incidência no Orçamento Público**

*Celia Vieira, Gilda Cabral,  
Guacira Oliveira e Nina Madsen*



**N**os últimos quatro anos, o trabalho de monitoramento e incidência do Orçamento Público, desenvolvido pelo CFEMEA, foi impulsionado pelo projeto *Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras*, financiado pelo Fundo para a Igualdade de Gênero da ONU Mulheres. A ação adquire relevância, no contexto mais amplo do projeto, na medida em que contribui para o alcance de seu objetivo central: *o fortalecimento das instituições governamentais de políticas para as mulheres nos níveis local e nacional, bem como o fortalecimento dos movimentos feminista e de mulheres no Brasil, de modo a garantir a continuidade da implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.*

Além disso, trata-se de uma metodologia que dialoga com o projeto e contribui diretamente para os seus três efeitos. Subsidiária, qualifica e fortalece a atuação de incidência sobre as políticas públicas dos movimentos feminista e de mulheres, tendo contribuído de maneira significativa na participação em todo o processo da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres; permite a avaliação e o monitoramento da implementação de políticas públicas, de diferentes setores, inclusive daquelas responsáveis pela promoção e garantia da autonomia econômica e da participação política das mulheres.

A metodologia de monitoramento e incidência traduziu-se, no âmbito do projeto *Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras*, em três importantes instrumentos: Orçamento Mulher, formação de gestoras de políticas para as mulheres e de militantes dos movimentos feminista e de mulheres em orçamento e políticas públicas e ações de incidência política, junto ao Executivo e ao Legislativo federais, durante os ciclos orçamentários anuais e processo de elaboração do PPA - Plano Plurianual - 2012-2015.

## O Orçamento Mulher

O Orçamento Mulher - OM - é um instrumento para o monitoramento sistemático do Orçamento Público sob a perspectiva da igualdade de direitos para as mulheres. Criado em 2002, ao longo dos anos, incorporou diversas mudanças e ainda favoreceu mudanças importantes, no ciclo orçamentário do governo federal, voltadas à promoção da igualdade e à democratização do processo orçamentário.

Sua metodologia possibilita a avaliação das políticas públicas, numa perspectiva orçamentária, ainda na fase de elaboração do orçamento. Visa ainda a aferir, com maior precisão, a execução dos gastos públicos no que diz respeito aos programas e ações orçamentárias destinadas às mulheres e (ou) à garantia de seus direitos e melhoria de condições de vida.

Parte-se da premissa que o orçamento público não é uma peça neutra e nem um instrumento meramente técnico, é fundamentalmente político, que pode estar a serviço de manter e reproduzir as desigualdades, ou, pelo contrário, de revertê-las, dependendo da correlação de forças em disputa. Por isso mesmo a democratização do poder de decisão sobre o orçamento público é condição indispensável à promoção de justiça e igualdade com os recursos públicos.

Nesse sentido, o Orçamento Mulher é um instrumento da incidência política feminista e antirracista, que ajuda a qualificar a participação das mulheres nas disputas da arena política relacionadas às finanças públicas, contribuindo, assim, para a democratização do processo orçamentário.

É importante destacar que a participação social dos movimentos de mulheres e feministas tem dado sustentação indispensável à efetivação das políticas para igualdade. O Orçamento Mulher tem se mostrado um instrumento importante, tanto para a formulação de propostas e reivindicações como para evidenciar as coerências e incoerências entre o discurso e a prática das prioridades e ações governamentais.

O Orçamento Mulher tem, ademais, subsidiado a ação política da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, bem como de *outras* parlamentares aliados às causas das mulheres. Vale ressaltar, ainda, o papel do OM como instrumento de educação política dos próprios *gestores públicos* nos municípios, estados e no âmbito federal, além de prestar inegáveis serviços às entidades, especialistas e pessoas que acompanham e avaliam as políticas do governo federal.



O Orçamento Mulher é definido como o conjunto das despesas previstas na Lei Orçamentária Anual que atende, direta ou indiretamente, às necessidades específicas das mulheres e que impacta às relações de gênero e de raça.

Como o planejamento governamental não é elaborado a partir da perspectiva de gênero, nem tampouco da igualdade racial, conhecer o montante real das despesas que se adequam a esse conceito tem sido um desafio constante.

Para a construção do Orçamento Mulher foram utilizados, principalmente, os instrumentos de planejamento e orçamento definidos na Constituição Federal, especificamente o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual.

Os programas e ações que compõem o Orçamento Mulher foram selecionados a partir de critérios pré-estabelecidos - Critérios de Seleção - e incluem programas de caráter universal, programas focalizados e programas específicos para as mulheres. Em 2012 foram atualizados e apresentados no formato de blocos, abordando, em todos eles, o conjunto de programas, objetivos, iniciativas e ações

73

O Bloco A ou PNPM dá cumprimento às ações previstas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. No Bloco B estão contidas as Despesas carimbadas no PPA - LOA, Programas/Objetivos/Iniciativas/Ações que não cumprem o requisito anterior, mas que evidenciam a orientação estratégica para a promoção dos direitos das mulheres e(ou) das igualdades de gênero, étnicorracial, orientação sexual explicitada nos seus indicadores, objetivos, metas, iniciativas ações orçamentárias;

Despesas carimbadas em normas legais, em orientações para execução ou nas quais as mulheres são maioria dos beneficiários são tratadas no Bloco C, abordando Programas/Objetivos/Iniciativas/Ações que não cumprem os requisitos anteriores, mas que evidenciam a orientação estratégica para a promoção dos direitos das mulheres, igualdades de gênero, étnicorracial, orientação sexual explicitada em sua normatização e(ou) processo de execução, legislação infraconstitucional, normativos específicos, manuais, e outras publicações, ou que tem as mulheres como maioria dos beneficiários, considerando informações estatísticas;

Compondo o Bloco D estão as Despesas gerais com potencialidade de impacto na vida das mulheres: Programas/Objetivos/Iniciativas/Ações que não cumpram os requisitos anteriores, mas que possam ser estratégicos para as mulheres do ponto de vista do seu empoderamento, autonomia econômica, autodeterminação reprodutiva e transformação de seu cotidiano.

Também, em 2012, foram propostas novas Categorias de Análise - CA<sup>-1</sup>, em substituição ao agrupamento temático adotado até então, constituídas por:

1. Responsabilidade do Estado com a reprodução social: políticas públicas relacionadas à economia do cuidado. Aborda ações diretamente relacionadas à reprodução da força de trabalho e cuidado da família. São processos que envolvem a criação *d@s filh@s*, a guarda das crianças, a atenção com a família e com a comunidade, em especial com os parentes *idos@s*, enfermos, pessoas com deficiência ou outras necessidades, além das tarefas domésticas.
  - a. Saúde Programas estruturantes da saúde e ações específicas: idoso, criança e adolescente, pessoa com deficiência, indígenas, quilombolas.
  - b. Proteção Social: Assistência Social, Proteção Social Básica, Proteção Social de Média e Alta Complexidade e ações vinculadas às transferências diretas - ações relacionadas ao BPC - Benefício de Prestação Continuada e RMV - Bolsa Família, inclusão previdenciária e benefícios previdenciários, e seguro-desemprego. Apenas os benefícios do Programa Bolsa Família estão incluídos, de forma a preservar a série histórica do OM.
  - c. Educação: ações vinculadas à educação básica, com destaque para a educação Infantil e creches<sup>2</sup>.
  - d. Segurança Alimentar e Nutricional: ações vinculadas aos equipamentos públicos, como restaurantes e cozinhas populares, distribuição de alimentos a grupos específicos, educação alimentar.
  - e. Infraestrutura social vinculada ao direito à moradia, ações que promovem o acesso à moradia digna e algumas ações pontuais relativas ao acesso a água, luz, saneamento, tratamento de resíduos sólidos.
  - f. Ações transversais vinculadas à prevenção ao uso do crack e outras drogas incluindo assistência aos usuários.

1 Em sua primeira versão (2012), as Categorias de Análise eram: 1) Infraestrutura e serviços para a economia do cuidado; 2) Políticas públicas que reforçam o papel tradicional da mulher na economia do cuidado; 3) Autonomia econômica das mulheres; 4) Direito das mulheres à saúde e a uma vida livre de violências; 5) Cultura da igualdade e promoção de direitos e cidadania; 6) Direito das mulheres à moradia digna, mobilidade, cultura e lazer; 7) Democratização do poder com participação das mulheres.

2 No que se refere ao orçamento para construção de creches, foram incorporadas nesta categoria as ações previstas no orçamento do Ministério da Educação e no orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

2. Autonomia econômica das mulheres e igualdade no mundo do trabalho no campo e na cidade: ações orçamentárias que podem favorecer as lutas das mulheres contra a dependência econômica e pelo reconhecimento e valorização do trabalho realizado nas esferas produtiva e reprodutiva. São ações vinculadas à autonomia econômica e à igualdade no mundo do trabalho; políticas para o desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, relativas à ampliação das habilidades e capacidades das mulheres, além daqueles meios que permitam a plena realização desses atributos - Castro, 2011.
3. Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos: ações orientadas a garantir o direito das mulheres a viver com saúde, garantindo seu direito à saúde integral, inclusive reprodutiva e sexual; evitando mortes prematuras e sofrimentos evitáveis. A análise deve evidenciar a concepção governamental predominante, se orientada por uma perspectiva materno-infantil ou se norteadada pela concepção da saúde integral das mulheres, inclusive saúde reprodutiva e sexual.
4. Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres: ações vinculadas às dimensões da prevenção, assistência, proteção às vítimas, punição dos agressores e promoção do direito das mulheres a uma vida sem violência, com foco nas situações de violência doméstica, exploração sexual e tráfico de mulheres.
5. Cultura da igualdade e promoção de direitos e cidadania: ações orientadas à promoção da igualdade e ao combate à discriminação: sexismo, racismo, homofobia, lesbofobia e transfobia. Esse conjunto compõem-se das políticas de ação afirmativa, de promoção dos direitos humanos, de promoção dos direitos das mulheres negras e das mulheres indígenas, de lésbicas, mulheres bissexuais, transexuais e transgêneros.
6. Direito ao acesso à cultura, esporte, e lazer: ações que promovam o acesso à cultura, esporte, e lazer.
7. Democratização do Poder: participação das mulheres nos espaços de poder e decisão. São ações vinculadas à institucionalização; capacitação de servidores e agentes públicos; fortalecimento dos organismos de mulheres nos estados, Distrito Federal e municípios: conselhos, secretarias, coordenadorias das mulheres; democratização do processo de planejamento, execução e avaliação das políticas públicas; política externa - agenda da promoção da igualdade de gênero, raça etnia, orientação sexual e de classe.

## Formação política em Orçamento Público

As ações de incidência, no ciclo orçamentário, demandam a mobilização e a formação dos movimentos feminista e de mulheres e de gestoras públicas de políticas para as mulheres. É importante que gestoras e militantes entendam o orçamento público como uma peça essencial para o controle social e para a demanda por mais e melhores políticas públicas para as mulheres.

Os cursos *Mais Recursos, Mais Políticas* foram pensados para atender a essa demanda de formação. Ao longo do projeto *Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras*, foram realizadas três edições do curso, construído a partir da *metodologia da formação na ação*. Assim, realizavam-se dois dias de formação, durante os quais eram apresentados: os conceitos e instrumentos-chave para a compreensão e a apropriação das peças orçamentárias; as análises e as informações das peças orçamentárias nas quais se incidia e a proposta para a ação de incidência junto ao Legislativo e ao Executivo federais.

76

## Incidência no ciclo orçamentário

A incidência nos ciclos orçamentários é definida em torno dos três momentos do ciclo: a elaboração do Plano Plurianual – PPA-, da Lei de Diretrizes Orçamentárias –LDO- e da Lei Orçamentária Anual -LOA. Nesse processo, adquirem fundamental relevância dois pontos básicos: a relação entre Executivo e Legislativo e as orientações internas do Executivo, para a elaboração das peças orçamentárias, pelos órgãos responsáveis.

No âmbito do projeto *Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras* essa incidência foi realizada de duas formas: por meio da mobilização e da formação na ação dos movimentos feminista e de mulheres e por meio da ação continuada das organizações feministas, junto às instâncias do Poder Público correspondentes.

Merece destaque os três momentos centrais do ciclo orçamentário e os principais elementos da estratégia de incidência em cada um deles: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

## Plano Plurianual – PPA

O PPA expressa o planejamento governamental de médio prazo do Executivo federal e se refere ao período que vai do 2º ano de um governo ao

1º ano do governo seguinte. A Constituição define que nesta lei devem ser estabelecidos os objetivos e metas da administração pública federal. É neste Plano que os governantes apresentam a estratégia de desenvolvimento, suas diretrizes e concepções, expressando o norte político que pretendem adotar na formulação e implementação das políticas públicas, nos quatro anos de mandato. Sua análise permite uma compreensão global do ambiente em que estarão inseridas as políticas públicas relativas aos direitos das mulheres e à igualdade de gênero e as implicações das políticas de desenvolvimento e diretrizes macroeconômicas sobre elas. É nele, portanto, que ocorre a materialização do programa de governo e, por isso mesmo, a incidência feminista neste momento do ciclo orçamentário é fundamental.

77

A análise dos programas e ações que compõem o Orçamento Mulher está referenciada na agenda política do movimento de mulheres, fornecendo elementos para elucidar as incoerências das estratégias de desenvolvimento e diretrizes macroeconômicas, em relação aos desafios inseridos no PPA.

Trata-se de uma lei de iniciativa do Poder Executivo. A participação social na fase de construção do projeto de lei do PPA é, portanto, delimitada por este Poder.

A incidência no Poder Legislativo ocorre inicialmente no âmbito da Comissão Mista de Orçamento, onde o projeto de lei do Plano Plurianual é preliminarmente apreciado a partir da realização de audiência pública. Assim, após análise detalhada do projeto, promove-se a disseminação de subsídios para a discussão junto aos movimentos de mulheres, o debate coletivo para o aprofundamento da análise e apropriação dos conteúdos, incluindo a definição de estratégias compartilhadas de incidência. A partir desse momento, a incidência feminista realiza-se no sentido de:

- Apresentar para a Bancada Feminina análises do projeto de lei direcionadas para a questão de gênero e raça, contextualizadas em uma avaliação mais abrangente do papel do Estado, do ponto de vista da dimensão econômica e social, a fim de que as parlamentares tenham subsídios para sua atuação na audiência pública de discussão do projeto no âmbito da Comissão Mista de Orçamento, com representantes do Poder Executivo e, eventualmente, nas comissões temáticas;

- Articular com organizações do movimento de mulheres, órgãos de controle social, como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM- e Conselho Nacional de Saúde - CNS - órgãos do Poder Executivo, especialmente a Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM - e a Secretaria de Políticas

de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR-, outras organizações do campo dos direitos humanos e sociais, se necessário, no sentido de sensibilizar os(as) parlamentares comprometidos(as) com o enfrentamento das desigualdades de gênero, raça e etnia, em especial a Bancada Feminina, para apresentação de emendas individuais e de comissões temáticas visando a:

- Incorporação da perspectiva de gênero, raça e etnia na dimensão estratégica do Plano;
- Adição de “carimbos” nos atributos dos programas propostos, como público alvo, metas e indicadores;
- 78 • Inclusão de novos programas, ações, metas e indicadores;
- Ampliação dos valores e metas dos programas, ações ou objetivos estratégicos;
- Introdução de emendas ao texto do projeto de lei relativas à transparência e à participação social.

Sensibilizar os relatores(as), geral e parciais, do projeto para aprovação das referidas emendas.

### **Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO**

Outro instrumento do processo orçamentário, definido na Constituição Federal, é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, lei anual que deveria antecipar o debate orçamentário, definindo as prioridades de gasto público para o próximo exercício. Segundo art.165, § 2º da Constituição Federal, a LDO “(...) compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Federal (...)”.

Na União a LDO é encaminhada até 15 de abril, devendo ser aprovada até 30 de junho. A lei deve, ainda, orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA -, dispor sobre as alterações na legislação tributária, estabelecer a política de aplicação das agências financeiras de fomento e fixar as metas de resultado primário. Na LDO também se apresentam os parâmetros do cenário macroeconômico, que deverão embasar a estimativa de receitas e despesas públicas. A lei estabelece a meta de superávit primário, tetos para despesas, receitas e critérios para contingenciamento, além de definir critérios de transparência e participação.

Ciente de que todas as dimensões da LDO podem contribuir ou prejudicar

o processo de implementação de políticas públicas de enfrentamento das desigualdades de gênero, raça e etnia e seu monitoramento, a incidência feminista considera , 5 perspectivas<sup>3</sup>:

- O cenário macroeconômico e suas implicações sobre os gastos sociais, como o debate sobre o superávit primário que reduz o montante de recursos a serem aplicados na efetivação dos direitos das(os) cidadãs(os);
- A defesa e garantia da aplicação dos recursos públicos, inclusive os das agências de fomento, nas políticas sociais e de enfrentamento às desigualdades de gênero, raça e etnia, inclusive de prestação de contas;
- A incorporação da perspectiva da igualdade de gênero e raça nas políticas públicas e a prioridade dos gastos públicos dirigidos às mulheres, inclusive protegendo-os do contingenciamento;
- A transparência dos processos de elaboração do orçamento, garantindo que sejam democráticos e participativos;
- Condições para a efetivação do controle social na fase da implementação e avaliação das políticas públicas, propondo, inclusive, “carimbar” as ações orçamentárias vinculadas ao PNPM.

79

Um importante limite para a incidência é a temporalidade da LDO, que exige um esforço de alteração a cada ano. Nesse sentido, destacamos a necessidade de se avançar na construção da Lei de Finanças Públicas e na Lei de Responsabilidade Social, fazendo-as incorporar critérios de transparência e participação social.

## **Lei Orçamentária Anual – LOA**

A Constituição Federal, no âmbito do ciclo orçamentário, prevê ainda a Lei Orçamentária Anual - LOA -, que estima as receitas que a União deverá arrecadar e fixa as despesas públicas para cada ano. Ela deveria trazer todo o detalhamento da programação dos gastos públicos. A LOA deve ser compatível com o PPA e seguir as orientações e diretrizes definidas na LDO. O Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA - é enviado pelo Executivo até 31 de agosto de cada exercício para apreciação pelo Legislativo Federal.

3 VIEIRA, Célia. Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 e suas repercussões no enfrentamento das desigualdades. Brasília: CFEMEA, abril/2014.

A incidência sobre esta lei ocorre em três momentos distintos: durante a fase de elaboração da peça orçamentária no âmbito do Poder Executivo, junto a espaços democráticos de participação social, como as audiências regionais/nacionais e, mais recentemente, também junto ao Fórum Interconselhos.

Posteriormente no âmbito do Poder Legislativo, durante o processo de apreciação do projeto de lei orçamentária e consiste em:

- Elaborar análises do projeto de lei, a partir da seleção de programas do Orçamento Mulher para o movimento de mulheres e feminista, para fortalecer a participação das mulheres em audiências públicas regionais e nacionais e articular a incidência coletiva no Congresso Nacional;
- Subsidiar a atuação da Bancada Feminina, na audiência pública de discussão do projeto no âmbito da Comissão Mista de Orçamento, com representante do Poder Executivo e nas comissões temáticas, eventualmente;
- Apresentar sugestões de emendas visando à ampliação das dotações orçamentárias estratégicas, a inclusão de novas ações que promovam a igualdade de gênero, raça e etnia, e emendas ao texto do projeto de lei;
- Sensibilizar os(as) parlamentares para apresentação e aprovação de emendas coletivas, apresentadas pelas comissões temáticas, comissão de seguridade social, comissão de direitos humanos, comissão legislação participativa e as emendas individuais;
- Sensibilizar os relatores(as), geral e parciais, do projeto para aprovação das referidas emendas individuais.

O terceiro momento ocorre após a aprovação da LOA, quando o CFEMEA promove o monitoramento da execução orçamentária do Orçamento Mulher por meio de:

- acompanhamento das mudanças orçamentárias na dotação inicial - cancelamentos e suplementações;
- identificação dos problemas na execução dos programas e ações, especialmente devido ao contingenciamento;
- atuação junto às(aos) gestores(as) dos programas, na busca de ampliar o conhecimento dos programas e das formas de sua execução e incidência junto à área econômica e à Presidência da República para reverter os efeitos danosos do contingenciamento sobre dotações estratégicas



para as mulheres, de forma articulada com o movimento de mulheres, CNDM, SPM, SEPPIR e Bancada Feminina do Congresso Nacional.

## **Conquistas e desafios**

Tudo isso ocorre porque o monitoramento e a incidência no orçamento público compõem a estratégia dos movimentos feminista e de mulheres no Brasil, de incidência no Estado e nas políticas públicas. O que apresentamos até aqui são mecanismos desenvolvidos pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA - junto aos movimentos para impulsionar, fortalecer e ampliar sua capacidade de intervenção junto às instituições públicas. Sua relevância assenta-se no entendimento de que não há políticas para as mulheres se não há orçamento. Portanto, torna-se central monitorar o orçamento público e garantir recursos para as políticas para as mulheres.

81

Essas ações começaram a ser desenvolvidas ainda em 2002 e foram adquirindo força e relevância ao longo dos últimos dez anos. Entre 2011 e 2014, período abarcado pelo projeto *Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras*, a metodologia de monitoramento e incidência assumiu novos contornos, tendo alcançado novos marcos e enfrentado importantes desafios.

Por um lado, alcançou um nível inédito de articulação, diálogo e incidência junto aos órgãos do Executivo Federal, responsáveis pelo planejamento e pelo orçamento federais. O Orçamento Mulher foi a base de todo o processo de incidência desde o momento do planejamento do Plano Plurianual - PPA -, passando pela definição das diretrizes anuais da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - até chegar aos programas e ações com os seus recursos alocados anualmente junto a Lei Orçamentária Anual - LOA. O resultado mais significativo dessas ações foi a apropriação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres como Agenda Transversal do Plano Plurianual do governo federal, decisão que estabelece a obrigatoriedade do monitoramento e da prestação de contas permanentes por parte do governo federal.

Na medida em que, durante o desenvolvimento de suas ações, o CFEMEA divulga, discute e se articula com os movimentos de mulheres e feminista e com outros movimentos sociais, amplia-se a compreensão do Orçamento Público como uma importante ferramenta na luta por direitos, ao mesmo tempo em que vão sendo aprimorados e difundidos conceitos e metodologias feministas para o monitoramento e análise desses instrumentos. Tudo

isso possibilita o fortalecimento das mulheres como sujeitos políticos e sua participação qualificada nos mecanismos de controle social.

A articulação entre a trajetória do movimento de mulheres e as alterações mais abrangentes na relação Estado-Sociedade, ocorridas no país nas últimas décadas, fortaleceu-se significativamente nos últimos dez anos. As lutas e conquistas pela transparência pública, pela ampliação e qualificação dos espaços participativos e pela defesa da democratização do processo orçamentário foram, seguramente, adensadas pela atuação das organizações feministas nesse sentido.

82

A desconstrução da suposta neutralidade do orçamento público e das políticas públicas por meio de estudos técnicos, análises sobre as peças orçamentárias e de processos de formação política sobre o tema também se traduzem em resultados significativos, uma vez que fornecem subsídios para as organizações de mulheres e feministas atuarem no controle social dos gastos públicos. As edições do curso *Mais recursos, Mais políticas* foram fundamentais nesse processo.

Por outro lado, no entanto, desafios importantes foram enfrentados em 2012 e em 2013, com mudanças na metodologia de planejamento e nas orientações governamentais, para a organização do orçamento público federal. O novo Plano Plurianual - PPA 2012-2015 -, com sua metodologia inovadora, exigiu a reformulação da metodologia de monitoramento do orçamento para as políticas para as mulheres. O novo Orçamento Mulher foi lançado em 2012 e trouxe alterações conceituais e metodológicas importantes.

Em 2013, no entanto, fez-se necessário um novo esforço de reformulação, depois de uma importante mudança nas orientações para a elaboração do orçamento público federal por cada órgão gestor: a instrução passou a ser a de agregar ao máximo as ações orçamentárias, com a justificativa de que a ação facilitaria a gestão do orçamento. Do ponto de vista do controle social e da transparência dos gastos públicos, no entanto, a nova medida representa um enorme retrocesso e exigiu do movimento e das organizações envolvidas no projeto *Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras* um esforço renovado de articulação e incidência políticas. Assim, os avanços e as conquistas são acompanhados por importantes desafios e por uma preocupante tendência ao retrocesso, expressa na diminuição do nível de detalhamento das informações orçamentárias e na concentração de poder sobre o Orçamento Público nas mãos do Executivo.

# Organização Temática do Planejamento

Elaboração das Políticas  
Bancas Organizadas em Temáticas





**Nossas Vozes e Nossas  
Lutas por Direitos e  
Justiça Socioambiental**

*Schuma Schumaker*



**M**ovimentos sociais e populares, sindicatos, povos, organizações da sociedade civil e ambientalistas de todo o mundo presentes na Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental, vivenciaram nos acampamentos, nas mobilizações massivas, nos debates, a construção das convergências e alternativas, conscientes de que somos sujeitos de uma outra relação entre humanos e humanas e entre a humanidade e a natureza, assumindo o desafio urgente de frear a nova fase de recomposição do capitalismo e de construir, através de nossas lutas, novos paradigmas de sociedade.

Assim começa a *Declaração final da Cúpula dos Povos*, fruto do trabalho político de convergência da sociedade civil organizada, no qual a AMB, AMNB e AFM estiveram envolvidas nos últimos dois anos.

A estratégia de participação nas conferências globais da ONU, inaugurada na Rio-92, seguiu-se nos fóruns mundiais promovidos pela Nações Unidas, na década de 90, representando para as mulheres um importante espaço de articulação política. Vinte anos depois não poderia ser diferente. As organizações integrantes do projeto *Mais Direito e mais Poder para as Mulheres Brasileiras* - FIG/ONU Mulheres avaliaram a importância de articular, apoiar e investir na participação do movimento de mulheres na Cúpula dos Povos - Rio+20.

A mobilização nacional foi construída em parceria com a Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB - e a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras - AMNB -; no plano internacional com a AFM - Articulación Feminista Marcosul - que se uniram para pensar uma estratégia de envolver mulheres de diferentes territórios e vivências para incidir no processo da Rio+20 e participar, ativamente, da Cúpula dos Povos. No plano local contamos com o apoio do Instituto Equit, Redeh, Grupo Criola e da AMB Rio.

A Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental, contra a mercantilização da vida, em defesa dos bens comuns, no Aterro do Flamengo, aconteceu entre os dias 15 a 23 de junho de 2012, em paralelo a Conferência Oficial da ONU - Rio+20. Expressão de um longo processo e fruto de acúmulos históricos das lutas territoriais locais, regionais e globais. Integramos o Comitê Facilitador da Sociedade Civil na organização da Cúpula dos Povos e juntas organizamos a Caravana das Mulheres, construímos o Território Global das Mulheres - com o apoio de mais 30 redes nacionais e internacionais -, a Casa Feminista, o programa diário de rádio Planeta Lilás, além de várias intervenções públicas, como a Passeata Unificada das Mulheres.

88

O Território Global das Mulheres por Direitos e Justiça Socioambiental, ambiente frequentado por centenas de pessoas de vários países e matizes, foi palco de um amplo debate e denúncias. Este espaço visibilizou o debate sobre os diversos contextos de injustiças relativas aos territórios, acesso aos bens comuns, mecanismos de economia verde e as questões do trabalho das mulheres nessa nova conjuntura, bem como os temas relativos aos direitos sexuais e reprodutivos, as violações de direitos e o cerceamento da liberdade das mulheres sobre seus corpos, no contexto do avanço do conservadorismo.

### **No caminho, muitos desafios**

Estávamos, no final de 2010, em pleno contexto de crise global que revelava aos poucos a dimensão dramática de alguns países, com saídas econômicas privatistas, de fortalecimento das instituições financeiras internacionais e de recomposição de uma governança global em âmbitos menos transparentes e democráticos. Neste cenário difícil foi surgindo a necessidade premente de participação dos movimentos sociais no processo político organizativo da Rio+20 para enfrentar uma pauta do desenvolvimento alavancada no mercado, como já vinha acontecendo nos últimos 20 anos de política neoliberal.

Para entender a importância deste processo é preciso destacar, inicialmente, que esta Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - se insere no ciclo de Conferências dos anos 1990, portanto, um de seus propósitos era o de avaliar a ECO 92, ou Rio 92. Rapidamente esse objetivo foi sendo abandonado e novos temas foram definidos pela premissa da agenda global. O processo preparatório oficial foi se mostrando muito limitado e lento e os temas escolhidos na agenda oficial foram explicitando os diferentes interesses no processo, como a forte influência das



grandes empresas e corporações internacionais nesse espaço. Com isso a agenda foi sendo marcada pelos conflitos, criados por essa crise do sistema financeiro global, explicitando uma série de demandas para a recuperação do crescimento econômico dos países mais afetados pela recessão. Assim, se passou da necessidade de incluir a avaliação dos compromissos assumidos internacionalmente no Ciclo de Conferências dos anos 1990 à definição de novos eixos e temas, tais como a Economia Verde e o arcabouço institucional para o desenvolvimento sustentável - a chamada “governança internacional” do desenvolvimento.

Preocupados com os rumos que o processo seguia, a Rio +20, transformou-se, muito rapidamente, em objetivo importante para os movimentos sociais, não só ambientalistas mas todos aqueles ligados aos processos de desenvolvimento nacional e internacional, além de ser uma oportunidade de mobilização global da sociedade civil para produzir um choque sistêmico e de paradigma nas políticas desenvolvimentistas que visam apenas o lucro.

89

### **As mulheres meteram a colher**

Como parte das organizações sociais interessadas nessa agenda, as entidades integrantes de duas grandes redes nacionais: a AMB e AMNB e componentes do Projeto *Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras*, que há quase uma década aprofundam o debate sobre o modelo de desenvolvimento e incorporam nesse processo a dimensão da justiça socioambiental, ampliando o próprio conceito de justiça e sua relação com as questões econômicas, resolveram apostar na criação de um espaço de diálogo entre diversos movimentos e redes temáticas que expressasse as convergências e agendas comuns na pluralidade-diversidade de atores e interesses sociais.

Foi nesse contexto que definimos como uma das ações prioritárias, em 2012, nossa participação na Cúpula dos Povos durante a Rio+20. Assim integramos o Comitê Facilitador da Sociedade Civil e tomamos parte de todos os debates e iniciativas, formulando, em conjunto com os demais movimentos sociais e organizações da sociedade, as propostas, eixos de debates e metodologia que norteariam a Cúpula dos Povos. As mulheres estiveram presentes nas Plenárias e Assembleias de Convergências contribuindo, com o nosso olhar feminista e nossas visões de mundo, para os debates e para a construção da Declaração final da Cúpula dos Povos.

Assumimos a construção de atividades das mulheres dentro desse âmbito e depois de diversas articulações, com redes e organizações de mulheres,

definimos apostar na mobilização das mulheres do campo, das florestas e das cidades através das Caravanas, das Oficinas de Formação e da criação do Território Global das Mulheres. Através de uma grande articulação nacional e internacional, entre as redes de mulheres e feministas, foi realizado o Ato Unificado das Mulheres nas ruas do Rio de Janeiro, numa ação com desdobramentos em diversas partes do planeta onde grupos, simultaneamente conectados, gritaram **não** ao capitalismo, contra a mercantilização da vida e **sim** a economia solidária, a justiça e aos direitos das mulheres.

## Os caminhos percorridos

Os territórios vêm sofrendo, em diferentes contextos geográficos e históricos, fortes pressões determinadas pelos interesses de mercado e, particularmente, das grandes empresas transnacionais, que desenham o modelo de desenvolvimento baseado nas especulações financeiras e no lucro. A trágica realidade nos oferece elementos para compreender, de que forma hoje, no contexto de mercantilização brutal da natureza, são as mulheres, povos indígenas e quilombolas os atores sociais mais vulneráveis. Através de uma metodologia participativa contamos com lideranças de mulheres de diferentes segmentos e regiões, além daquelas diretamente atingidas e envolvidas nos conflitos socioambientais.

Os Fóruns e Agrupamentos Estaduais da AMB, a AMNB e outras redes foram estimulados a incorporar, para além da estratégia de preservação da natureza, a luta pela manutenção da vida nos diferentes territórios, com igualdade de acesso a direitos e justiça, através de muitas iniciativas de participação, formação e mobilização pré Cúpula dos Povos, que podemos resumir em três eixos:

Atividades preparatórias tais como: oficinas temáticas, encontros, debates, intervenções artísticas em Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Amapá, Amazonas, Roraima, Maranhão, Tocantins, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Brasília. As contribuições resultantes das oficinas foram incorporadas num documento de posição das mulheres contra o predomínio de uma falsa agenda democrática, que reproduz o machismo, o racismo e que nega às mulheres o direito sobre seus corpos e à população o direito de decidir sobre os rumos do seu território, do país e do mundo. O documento denuncia o poderio das elites, que acabam impondo padrões econômicos, sociais e culturais; se posiciona contra as políticas e projetos que privatizam as cidades, marginalizam populações, exploram e transformam mulheres

e meninas em mercadoria; contra os incentivos ao agronegócio e o trabalho explorado e privatização dos territórios; contra a mentira da “economia verde”, construída pelos governos e iniciativa privada como saída para a crise social e ambiental; contra as formas de fazer economia e política que impactam gravemente a vida das mulheres empobrecidas, excluídas do acesso à saúde, à educação, ao saneamento, à segurança pública e outras demandas fundamentais para a dignidade das pessoas, entre outras questões.

Participação da AMB na Comissão Nacional do Governo Brasileiro. Essa estrutura formada pela Comissão Nacional e pelo Comitê Nacional Organizador, co-presidida pelo Ministro das Relações Exteriores e pela Ministra do Meio Ambiente, contou com representantes da sociedade civil, das comunidades tradicionais, dos movimentos sociais e do setor empresarial. Teve como missão promover o diálogo entre as esferas do governo e da sociedade civil, a fim de debater e fazer pública a estratégia do Brasil na Conferência, além também da tarefa de preparar um documento para o governo federal com propostas para a Conferência Rio+20.

Caravanas das Mulheres por Direitos e Justiça Socioambiental. A ideia das Caravanas foi criar um processo de mobilização que pudesse juntar lideranças de diferentes regiões e cenários, com o objetivo de aproveitar a viagem para denunciar e mobilizar as ativistas por onde passavam os ônibus com destino a Cúpula dos Povos, no Rio de Janeiro. Nesta perspectiva, as Caravanas das Mulheres por Direitos e Justiça Socioambiental contaram com 244 mulheres: indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pescadoras, quebradeiras de coco, trabalhadoras rurais, estudantes e trabalhadoras da cidade, em 5 ônibus, compartilhados entre 9 Estados do país: Pará; Ceará e Paraíba; Rio Grande do Norte e Pernambuco; Goiás e Brasília; Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. A partir dos roteiros propostos, a cada parada acontecia um Ato Político visibilizando os diversos contextos de injustiças relativas ao território, acesso aos bens comuns, a desmistificação da economia verde e falsas soluções, entre outros. Durante os dois dias de viagem preencheram o tempo com rodas de diálogos, intervenções políticas nas regiões de conflitos, criação de *palavras de desordem*<sup>1</sup> e maior conhecimento da agenda e das nossas propostas para incidir nas atividades da Cúpula dos Povos.

1 Palavras de desordem é um termo usado na metodologia de ação de rua da AMB que significa que os nossos cantos ou gritos nas manifestações são contra a ordem patriarcal, capitalista e racista e, portanto, não podem ser ‘palavras de ordem’, termo usual em mobilizações de outros movimentos sociais.

## Depois de muitas rotas... aterrissamos na Cúpula dos Povos

No Rio de Janeiro as mulheres que para cá vieram foram acolhidas na Casa Feminista, uma iniciativa metodológica de convívio criada pela AMB, vivenciada anteriormente em duas experiências exitosas - na Casa feminista de Belém, por ocasião do Fórum Social Mundial, em 2009, e na Casa Feminista de Santarém, durante o Fórum Pan-amazônico, em 2010 -, desta vez replicada no Rio de Janeiro durante a Cúpula dos Povos em parceria com a AMNB.

92

O CIEP Tancredo Neves, escola sediada no bairro do Catete, foi transformado em alojamento para acolher as mulheres indígenas, brancas e negras, urbanas e rurais, que vieram de 13 estados brasileiros e de outros continentes. Nela estiveram hospedadas aproximadamente 330 mulheres: 270 brasileiras, 40 africanas, 3 colombianas, 1 peruana e 20 paraguaias, que durante 7 dias compartilharam esse espaço. A Casa, além de local de descanso, foi palco de muitas atividades: oficinas de confecção de material, construção coletiva de *palavras de desordem* e músicas para as passeatas e incidências, reuniões preparatórias para atuação nas plenárias da Cúpula dos Povos, ensaios de teatro e shows.

Buscando ampliar a participação das mulheres e também aprofundar o debate sobre o futuro do planeta desde uma perspectiva feminista, impulsionadas pela AMB, AMNB e AFM construímos coletivamente o Território Global das Mulheres, espaço que marcou uma presença forte na Cúpula dos Povos ao mesmo tempo em que consolidou propostas para incidir nas deliberações dos governos na Conferência da Rio+20, através da Declaração aprovada e entregue na Conferência Oficial.

Contamos com o entusiasmo e a parceria de 35 redes nacionais e internacionais, representadas por mulheres do movimento feminista de América Latina, do Caribe e de diversas regiões do mundo, que se fizeram presentes no Território Global das Mulheres. A rica diversidade permitiu reunir mulheres do campo e da cidade, quilombolas, ribeirinhas, indígenas do altiplano e da selva, negras e brancas, lésbicas, bissexuais e heterossexuais, artesãs e pescadoras, jovens e nem tanto... enfim, uma pluralidade que desenhou um mosaico multicolorido de presenças e vozes. Foi também uma oportunidade para chegar à população em geral, que se aproximou da tenda do Território e acompanhou os debates; visibilizar as problemáticas e as lutas que muitas mulheres estão levando a frente, em diversos lugares do planeta, para garantir a sustentabilidade da vida e da natureza.

Também estivemos envolvidas na preparação de duas grandes manifestações pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro. Uma organizada pelos movimentos de mulheres e feministas para afirmar os direitos e a autonomia das mulheres, a soberania dos povos e os direitos da natureza contra a mercantilização da vida, da natureza e dos corpos da mulher e em defesa dos bens comuns. Outra chamada de Dia de Ação Global, que reuniu mais de 80 mil mulheres e homens, num dos momentos de maior expressão da força dos movimentos que caminharam juntos denunciando as verdadeiras causas da múltipla crise do sistema capitalista: explorador dos recursos naturais e do trabalho humano, que na Rio+20 se resumiam na proposta da Economia Verde e do Capitalismo Verde no geral. As mulheres presentes contribuíram com a mensagem feminista, antipatriarcal, antirracista, anti-homofóbica e anticapitalista.

93

### **Debates, embates e desafios**

Os temas em pauta na Conferência oficial ocuparam grande parte das intervenções e propostas. A chamada economia verde e a possível adoção das Metas de Desenvolvimento Sustentável - SDGs - junto com a retirada das menções aos Direitos Humanos do texto oficial e em particular dos Direitos Sexuais e Reprodutivos - o que de fato representou um brutal retrocesso nas conquistas das mulheres - foram aspectos muito criticados. Ao mesmo tempo, a perigosa perspectiva de ampliação da “privatização” de direitos, tais como o direito de acesso à água potável, o direito a alimentação e o direito a dispor de energia, entre outros, que não foram mencionados no texto oficial tornaram-se objeto de profunda preocupação, tanto quanto a falta de compromisso com o cumprimento das metas e mais ainda com o financiamento da sustentabilidade do planeta.

Importantes lideranças sociais apontaram que, especialmente em nosso continente, a última década tem sido de extrema importância para o avanço democrático da região e para reverter as tendências ao aprofundamento das desigualdades de décadas passadas. Ênfase especial foi dada, também, ao debate sobre a importância crucial das políticas públicas no enfrentamento da pobreza e as desigualdades, em particular as desigualdades de gênero. As mulheres camponesas, pescadoras, quilombolas e ribeirinhas reafirmaram que este modelo de desenvolvimento precisa de mudanças urgentes que superem as injustiças sociais e ambientais, presentes no mundo inteiro.

Embora não possamos comemorar o resultado da Conferência Rio+20, uma vez que o frágil documento aprovado pelos governos está longe de ser um compromisso com a sustentabilidade do planeta, pouco audacioso no enfrentamento da crise global e não aponta nenhum progresso em relação aos direitos das mulheres, nós mulheres marcamos presença forte e capilar conseguindo dar visibilidade à perversa combinação dos sistemas que nos oprimem: o capitalismo, o patriarcado e o racismo. Os desafios lançados pelas 35 redes de mulheres e feministas, impulsionadoras do Território Global das Mulheres, serão agora o combustível das próximas ações e com certeza servirão para guiar parte importante das estratégias do movimento de mulheres nos próximos anos.

### **Levamos na bagagem**

A certeza que a Cúpula dos Povos transformou o Aterro do Flamengo e as ruas de Rio de Janeiro num verdadeiro território da cidadania global. Uma ciranda de raças, cores, línguas, expressões políticas e culturais numa grande onda de diversidade e de inclusão. Inclusão das propostas dos povos para a proteção dos bens comuns e para a promoção de formas de produção e consumo, que superam a ética consumista e individualista do sistema capitalista.

A convicção que a presença de nós mulheres na Cúpula, nas Plenárias de Convergência tanto como nas Assembleias dos Povos, com nossas propostas e nossos olhares, foi fundamental para assegurar nossa agenda e ampliar a participação política das mulheres. Para marchamos juntas nas ruas de Rio de Janeiro, para afirmar nossas lutas específicas por justiça social e ambiental, contra o avanço da mercantilização da natureza e da vida e pela plena soberania sobre os nossos corpos e nossos territórios. E também, para levar o nosso grito até a Conferência Oficial, expressando a nossa decepção pelo retrocesso no documento final da Conferência na área dos direitos reprodutivos.

A compreensão de que se ainda não fomos capazes de virar o jogo global - apesar do grande barulho que fizemos, mostrando nossa indignação, nossa capacidade de mobilização -, saímos desse processo mais fortalecidas. Mostramos um novo jeito de fazer política com nossas propostas e ativismo, busca de convergências, com nossa estética transgressora e criativa nas ações de rua, com nossas alianças e posicionamentos nas plenárias, com a declaração final produzida na Cúpula e também com nossa incidência na Conferência Oficial.

A avaliação de que o engajamento nesse processo valeu a pena é demonstrado pelo resultado das nossas ações, pois mobilizamos centenas de mulheres de diferentes realidades que responderam com garra e determinação a esse desafio, produzimos vários instrumentos de apoio às atividades de formação, mostramos para a sociedade que o futuro do planeta com justiça socioambiental será construído a partir das nossas lutas e propostas.



## TRABALHO REMUNERADO E TRABALHO DOMÉSTICO - UMA TENSÃO PERMANENTE

Instituto Patrícia Galvão, SOS Ceare e Jana Pires apresentam com as pesquisadoras responsáveis pela primeira pesquisa brasileira para compreender a situação laboral do trabalho remunerado e do trabalho doméstico.

Trabalho doméstico remunerado e trabalho doméstico não remunerado

### Brasil de verdade, mulher de verdade

Com o Brasil de verdade e a mulher de verdade, o trabalho doméstico remunerado e o trabalho doméstico não remunerado são temas que precisam ser discutidos e debatidos. O trabalho doméstico remunerado e o trabalho doméstico não remunerado são temas que precisam ser discutidos e debatidos.

Trabalho



# **Estratégias de comunicação digital para divulgação de pesquisa**

*Beatriz Ribas, Débora Prado  
e Graciela Natansohn*



A pesquisa *Trabalho remunerado e trabalho doméstico – uma tensão permanente* buscou examinar a rotina das mulheres brasileiras, para compreender as tensões que existem em relação à forma como lidam com a jornada de trabalho remunerado e o trabalho doméstico e às representações sobre os papéis da mulher e do homem<sup>1</sup>.

Fruto de uma parceria entre o SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia, Instituto Patrícia Galvão e o Data Popular, a pesquisa de referência foi desenvolvida por iniciativa do consórcio de entidades de mulheres reunidas sob o projeto *Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras*<sup>2</sup>, com apoio da ONU Mulheres, por meio de seu Fundo de Igualdade de Gênero (FIG).

O objetivo do estudo foi conhecer como as mulheres brasileiras enfrentam as demandas do trabalho produtivo e reprodutivo – tensões, dificuldades, arranjos e demandas – tomando como base as percepções e descrições das mulheres sobre suas dinâmicas de trabalho no cotidiano.

Os dados da pesquisa revelam aspectos menosprezados da vida cotidiana das mulheres brasileiras, como as rotinas de trabalho em casa, os usos do tempo, as preocupações cotidianas – todos trazem à tona as profundas desigualdades dentro do lar, tanto de gênero como de geração. Expõem assim que a divisão sexual do trabalho continua profundamente desigual. Como diz a pesquisadora Maria Betânia Ávila, “as mulheres estão no mercado de trabalho, mas os homens não estão no trabalho doméstico”.

1 Texto elaborado a partir de relatório resultante da consultoria externa realizada pelas especialistas em gênero e comunicação Graciela Natansohn e Beatriz Ribas: NATANSOHN, Graciela; RIBAS, Beatriz. Estratégias de comunicação digital para a pesquisa “Trabalho remunerado e trabalho doméstico – uma tensão permanente”, do Instituto Patrícia Galvão. Análise e sistematização. São Paulo: 2014; <http://agenciapatriciagalvao.org.br/pesquisa/?page=sobre-a-pesquisa>.

2 Participam do projeto Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras: Coletivo Leila Diniz; Cfemea – Centro Feminista de Estudos e Assessoria; Cunha Coletivo Feminista; Celedés – Instituto da Mulher Negra; Instituto Patrícia Galvão - Mídia e Direitos; Redeh – Rede de Desenvolvimento Humano; e SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia.

## Instrumentos para incidência social e política

Desde sua criação, o Instituto Patrícia Galvão vem realizando pesquisas de opinião pública em nível nacional, produzindo campanhas sociais publicitárias contra a violência doméstica e realizando *media training* para lideranças sociais e especialistas – além da realização de oito edições do Seminário Nacional A Mulher e a Mídia – por considerar que a comunicação é um espaço estratégico de incidência social e política, para qualificar os debates sobre políticas públicas voltadas à promoção da igualdade e equidade de gênero.

100

Para isso, a organização constrói parcerias estratégicas com especialistas em todas as áreas, para agregar valor à informação circulante sobre a promoção da igualdade e equidade de gênero. No intuito de continuar a construir canais de diálogo, com o jornalismo e outros interlocutores da área da comunicação, o Instituto Patrícia Galvão produz conteúdo multimídia diversificado, preciso, confiável e atualizado na forma de sugestões de pauta, notícias selecionadas, indicação de fontes qualificadas, dados, pesquisas, indicadores e artigos de opinião, disponibilizado no portal da Agência de Notícia Patrícia Galvão<sup>3</sup> e difundido pelos sítios de redes sociais, tais como *Facebook* e *Twitter*.

No campo dessas ações, em dezembro de 2012, o Instituto Patrícia Galvão realizou a divulgação da pesquisa de opinião *Trabalho remunerado e trabalho doméstico – uma tensão permanente*, para a imprensa e publicou um caderno impresso com os principais achados e resultados do trabalho<sup>4</sup>, conquistando repercussão na imprensa nacional<sup>5</sup>.

Contudo, após a divulgação da pesquisa no portal da Agência e outras mídias, uma nova questão veio à tona: os achados da pesquisa excedem, em muito, os interesses dos interlocutores tradicionais das organizações que integram o projeto *Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras*. Avaliou-se que esses dados poderiam ser usados para interpelar segmentos da população envolvidos na dinâmica do trabalho doméstico não remunerado, seja por ação ou omissão, isto é, homens e mulheres, jovens, mulheres

3 A Agência Patrícia Galvão é uma iniciativa do Instituto Patrícia Galvão, criada em 2009 para atuar na produção de notícias e conteúdos sobre os direitos das mulheres brasileiras.

4 [http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2013/01/pesquisa\\_trabalho\\_portal.pdf](http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2013/01/pesquisa_trabalho_portal.pdf).

5 [http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2012/12/folhasp13122012\\_monica\\_bergamo\\_dupla\\_jornada.pdf](http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2012/12/folhasp13122012_monica_bergamo_dupla_jornada.pdf), [http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2012/12/MetroSaoPaulo14122012\\_Homens\\_ajudam\\_pouco\\_em\\_casa.pdf](http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2012/12/MetroSaoPaulo14122012_Homens_ajudam_pouco_em_casa.pdf), [http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2012/12/EBC13122012\\_Maioria\\_das\\_mulheres\\_que\\_conciliam\\_trabalho\\_e\\_afazeres.pdf](http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2012/12/EBC13122012_Maioria_das_mulheres_que_conciliam_trabalho_e_afazeres.pdf).

que estão no mercado de trabalho, mulheres responsáveis pela casa e cuidados de todo tipo que não costumam discutir estes temas, apesar de serem vividos por todas e todos. Em se tratando de atingir públicos amplos - em particular, os mais jovens -, o tema em questão precisava um tipo de divulgação diferente e de certa forma mais abrangente.

Nesse contexto, fortaleceu-se a avaliação de que, além das ações de divulgação da pesquisa quando do seu lançamento, também era necessário realizar uma tarefa pedagógica e de sensibilização.

## **Campanha de marketing viral da pesquisa**

101

Em 2014, olhando para o cenário de trocas multidirecionais ampliadas pelas redes digitais e diante dos achados inéditos da pesquisa *Trabalho remunerado e trabalho doméstico - uma tensão permanente*, o Instituto Patrícia Galvão percebeu a oportunidade de realizar um trabalho diferente do que vinha sendo realizado e lançar-se na arena da interatividade viral. Delineou, assim, uma estratégia de comunicação em internet que tinha como ponto de partida o desenvolvimento de uma campanha de *marketing viral*.

*Marketing viral* é o nome que se costuma dar à comunicação entre consumidores, usuários ou leitores sobre determinado produto e conteúdo, potencializada pelo poder multiplicador da internet. De acordo com especialistas<sup>6</sup>, o *marketing viral* é uma estratégia que encoraja indivíduos da sociedade a repassar uma mensagem para outros, criando potencial para o crescimento exponencial, tanto na exposição como na influência da mensagem, utilizando redes de contatos preexistentes<sup>7</sup>.

A “viralização” a que se refere o nome está vinculada tanto à capacidade de disseminação e ampliação de alcance da mensagem como a forma pela qual esta propagação acontece: com a cumplicidade da(o) internauta que, utilizando a interatividade ampliada dos sítios de redes sociais, funciona como multiplicador(a) e ainda agrega-lhe valor - fazendo comentários, críticas ou, ainda, transformando a mensagem. Numa rede a(o) internauta passa a ser um nó, que pode difundir essa mensagem a cada um dos seus contatos, isto é, ele ou ela passa a realizar a tarefa de divulgação no lugar do produtor de origem.

6 Wilson (2000, apud Borges et alii, 2012).

7 Borges et alii (2012).

## Desenvolvendo uma campanha viral

### **PASSO 1: Definição de objetivos e caminhos, identificação de necessidades**

O primeiro passo para a “viralização” da pesquisa *Trabalho remunerado e trabalho doméstico – uma tensão permanente* foi a elaboração de um documento de referência pelo Instituto Patrícia Galvão, ou seja, uma proposta de realização de uma campanha de *marketing viral* na qual foram reunidos os principais achados da pesquisa, definidas as estratégias e estabelecidos os objetivos da ação.

Na elaboração desse documento ficou clara a necessidade de contratação de uma consultoria especializada para produzir ferramentas que exigem conhecimentos que vão além do escopo de atuação das organizações da sociedade civil, como programação de *web* e *design* gráfico.

Uma vez decidido este passo, foi elaborado um *briefing* com os objetivos, caminhos e preocupações, as tarefas, o público-alvo e, fundamentalmente, os dados e informações a serem divulgados, assim como as redes de organizações afins, que poderiam colaborar na difusão e materiais similares de referência. Além disso, nesse documento, foram listadas algumas recomendações, especialmente os cuidados necessários e os caminhos a serem evitados, em termos de linguagem e imagens, para excluir os riscos do apelo ao sexismo e do recurso aos estereótipos.

Para realizar a divulgação digital em conjunto com a equipe de jornalistas do próprio Instituto Patrícia Galvão, foi contratada uma empresa de *marketing* e publicidade especializada em redes sociais<sup>8</sup>, para a qual foi apresentado o *briefing* elaborado.

### **PASSO 2: Diálogo e parceria no processo produtivo**

Organizações de *marketing* e publicidade têm como clientes, em geral, empresas comerciais, cujas formas de expressão de conceitos diferem bastante das usadas pelos movimentos sociais e ONGs, mais preocupados com a linguagem e seus aspectos ideológicos, mais sensíveis e reflexivos com o uso dos conceitos linguísticos e imagens, mais engajados e enquadrados política ou ideologicamente. Ainda mais neste caso, em que as organizações envolvidas atuam no campo dos direitos humanos das mulheres, deveriam ser

8 <http://www.almabeta.com/>

tomados maiores cuidados para evitar, na divulgação das suas ideias, a linguagem sexista e racista, que muitas vezes opera sutilmente e passa despercebida a um olhar não atento, dada sua infeliz naturalização na linguagem corrente. Por isso, ficou evidente desde a decisão de buscar uma consultoria especializada para desenvolver a ação que o processo produtivo seria realizado, sempre, em parceria com a equipe do Patrícia Galvão.

A partir do *briefing* entregue, a empresa de publicidade especializada, enviou uma proposta de estratégia que, em uma reunião para discussão, foi readequada de forma tranquila a partir de uma escuta atenta das preocupações apresentadas pela equipe do Patrícia Galvão. A partir dessa construção conjunta a consultoria especializada propôs a seguinte estratégia para viralização da pesquisa:

103

1. Propor um ‘gancho’ que atraia a atenção não apenas de ativistas e de movimentos sociais de mulheres mas também de outras pessoas que talvez não possuam grande interesse pelo assunto, mas que podem se interessar pelos dados da pesquisa;
2. Utilizar os dados para criar peças de fácil compartilhamento pelas redes sociais - infográficos;
3. Dar à pesquisa uma leitura otimizada para a Internet, de modo a facilitar a leitura pela tela de computadores, *tablets* e *smartphones*.

Em geral, nas questões de gênero, a linguagem sexista infiltra-se por muitos interstícios. Vale a pena citar alguns impasses e armadilhas linguísticas durante o processo de criação das peças para a campanha viral, que foram resolvidos de formas direta e sem conflito a partir de sugestões elaboradas pelas jornalistas do Patrícia Galvão, a modo de exemplo ilustrativo:

*Mensagem que acompanharia um infográfico no Facebook*

*Original da empresa contratada:* Sabe qual é uma atitude moderna e jovem? Ajudar no trabalho de casa; 98% das mulheres são responsáveis pelo trabalho doméstico, muitas vezes sem ajuda dos homens. Entre os jovens, no entanto, esta disparidade começou a diminuir.

*Alteração proposta:* Você faz sua parte no trabalho de casa e de cuidado com crianças ou idosos? Este tipo de atividade representa uma sobrecarga para quase todas as brasileiras: 98% das mulheres são responsáveis pelo trabalho doméstico, muitas vezes sem a participação dos homens.

*Mensagem que acompanharia um infográfico no Facebook*

*Original:* Hoje em dia, pega bem para um homem dizer que ajuda nas tarefas domésticas. Mas será que eles estão ajudando mesmo? Ou atrapalhando mais?

*Alteração proposta:* Hoje em dia, pega bem para um homem dizer que “ajuda” nas tarefas domésticas. Mas será que eles estão realmente fazendo a sua parte? Veja a pesquisa completa em [\[link\]](#) PESQUISA. Descubra quanto você realmente trabalha em [\[link\]](#) ENQUETE.

*Nos balões que surgem no decorrer da enquete*

*Original:* O trabalho doméstico não é uma obrigação apenas das mulheres, mas 98% delas é que cuidam da casa e dos filhos, muitas vezes sem a colaboração dos homens.

*Alteração proposta:* O trabalho doméstico não é uma obrigação das mulheres, mas 98% delas é que cuidam da casa e dos filhos, muitas vezes sem a participação dos homens.

Em linha gerais, apareceu com frequência, nos primeiros materiais enviados pela empresa parceira, a ideia de que o homem deve “ajudar” ou “colaborar” com a mulher nas atividades domésticas, uma vez que os profissionais da consultoria apropriaram-se das falas textuais de mulheres que responderam à pesquisa. Nas plataformas da campanha viral, porém, era preciso ter o máximo cuidado com essa apropriação para não parecer que, institucionalmente, o Patrícia Galvão chancelava a ideia de que a responsabilidade pelos cuidados com a casa e família é das mulheres.

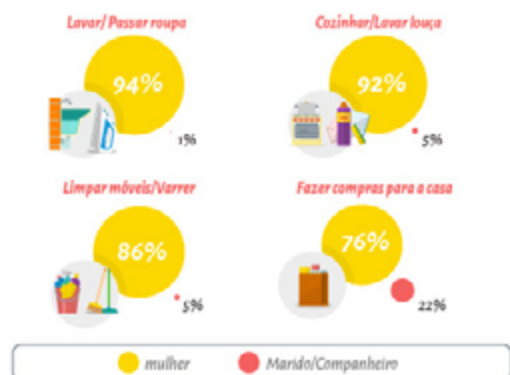
Diante das preocupações expostas, em termos de imagens e linguagem, foi aprovada a opção proposta pela empresa parceira de trabalhar com ícones imagéticos simples que representam objetos relacionados com as tarefas domésticas - tanquinho, vassoura, lixeira e outros - e cores, em vez de figuras humanas, para evitar a criação de estereótipos vinculados a esses papéis, conforme pode ser observado no exemplo abaixo de infográfico, criado para ser compartilhado no *Facebook* da Agência Patrícia Galvão:

## **Produtos**

Como resultados desse processo conjunto de construção foram criados, então, três produtos:



## Quem é o principal responsável pelas tarefas domésticas:



"Pesquisa SOS Corpo e Data Popular "Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres"

105

1. um *website* divulgando dados da pesquisa -<http://agenciapatriciagalvao.org.br/pesquisa>
2. um *website*, subordinado ao anterior, com uma enquete interativa, buscando relacionar os achados da pesquisa com a realidade individual dos usuários da internet (<http://agenciapatriciagalvao.org.br/pesquisa/enquete/>)
3. um conjunto de infográficos para serem compartilhados na plataforma *Facebook* do Instituto Patrícia Galvão por cerca de um mês, com os principais achados da pesquisa, que remetem aos dois *websites* citados. [<https://www.facebook.com/agenciapatriciagalvao?fref=ts>]

As ferramentas buscavam usar as potencialidades da interatividade viral para atender aos seguintes objetivos:

- divulgar os achados da pesquisa;
- estimular a reflexão sobre divisão desigual do trabalho doméstico entre homens e mulheres e o peso dessa desigualdade no dia a dia das brasileiras;
- propor a reflexão sobre o peso da sobrecarga imposta às mulheres no seu dia a dia;
- contribuir para a desnaturalização da divisão sexual do trabalho doméstico;
- pautar a necessidade de políticas públicas que respondam a essas demandas.

### **PASSO 3: Pré-testes e testes da campanha viral**

Uma vez criados os produtos, o próximo passo foi seguir a recomendação já consagrada na metodologia de comunicação digital, de que toda peça deve passar por testes, devendo ser cuidadosamente planejados, contemplando os públicos interlocutores imaginados e desejados, ainda antes da publicação. Denomina-se pré-teste à avaliação que se realiza de uma campanha de comunicação social antes da sua difusão nos meios, com a finalidade de conhecer a compreensão, o impacto e o grau de aceitação que tem no seu público. Na internet os pré-testes podem chamar-se de “avaliação heurística”, metodologia de pesquisa e avaliação da usabilidade de um determinado projeto, indicada por Jakob Nielsen<sup>9</sup> desde o início dos anos 1990, para verificar a facilidade que o *software* ou *website* possui de ser claramente compreendido e manipulado pelo(a) internauta.

Os 10 princípios heurísticos de arquitetura da informação para produtos digitais<sup>10</sup> determinam ser: encontrável; acessível; claro; comunicativo; útil; confiável; controlável; valioso; fácil de aprender e encantador.

Uma das principais recomendações dos especialistas<sup>11</sup> é a de que os testes de usuárias(os) não podem limitar-se aos *designers*, presidentes, diretores e *webmasters* das instituições desenvolvedoras dos produtos<sup>12</sup>.

Testes, prévios ou posteriores, geralmente, são caros, com altos custos em tempo e esforço. Contudo, se corretamente planejados, são viáveis e factíveis de serem realizados por organizações com recursos menores. Existem várias técnicas, todas de índole qualitativa. A prova empírica ‘*in situ*’ - dar a usar o *website* ou produto em questão enquanto um analista observa e registra os problemas e comentários - pode ser bastante útil. Deve ser realizada com uma amostra representativa de cada um dos perfis de público que se quer atingir em termos de: idade, sexo, nível de instrução, perfil profissional e outros delineamentos desejados. Destaca-se que a representatividade aludida não se refere à quantidade de pessoas senão à diversidade de perfis.

9 Conceitos da heurística de Nielsen bem sistematizados: [http://www.estig.ipbeja.pt/€inmsi/msi\\_pnovo\\_0304/avaliacao\\_heuristica.pdf](http://www.estig.ipbeja.pt/€inmsi/msi_pnovo_0304/avaliacao_heuristica.pdf).

10 Baseado em COVERT, Abby. “Make the unclear be clear”. 2014. Disponível em <http://abbytheia.com/>.

11 NIELSEN, J. Usability Engineering. Boston - USA: Academic Press, 362 p., 1993. NIELSEN, J. The Use and Misuse of Focus Groups. 1997. Disponível em <http://www.useit.com/papers/focusgroups.html>. NIELSEN, J. The Top Ten New Mistakes of Web Design. 1999. Disponível em <http://www.useit.com/alertbox/990530.html>. NIELSEN, J.; LORANGER, H. Usabilidade na Web: projetando websites com qualidade. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

12 Modelo de check list para análise heurística. Disponível em <https://docs.google.com/document/d/1zVKqhuOVM-tpczHCtilbU13zsoKpK8l-IFx79wMQ7Sog/edit#heading=h.skr6t7qx6t9n>.

Outra forma rápida - porém mais complicada de gerir - é a observação coletiva, em grupo, ao estilo dos grupos focais, com computadores, ou outro dispositivo que seja pertinente, como *smartphones* e *tablets*, em que as pessoas testam o produto, comentam e discutem entre elas.

Em qualquer das opções escolhidas, o pré-teste deve estar incluído no planejamento, cronograma e orçamento. Embora os materiais de internet costumem ser divulgados em versões *beta* - em constante transformação a partir do uso dos internautas - é necessário garantir a usabilidade mínima indispensável para que o *website* funcione.

No caso específico da campanha realizada pelo Patrícia Galvão, a simplicidade do *website* desenvolvido, no que se refere a *design*, não demandou altos investimentos e pode ser melhorado *online* de forma rápida. Antes da publicação dos *sites* foram realizados testes de usabilidade por duas vias - pelos membros do Instituto Patrícia Galvão e apresentando-os a pessoas de fora de diferentes perfis. Também fizeram observações de pessoas respondendo à enquete pela primeira vez, para analisar possíveis problemas ou dificuldades.

107

#### **PASSO 4: Divulgação dos produtos criados**

Uma vez testados os *sites* da pesquisa e enquete e feitos os ajustes necessários, as plataformas foram publicadas no portal da Agência Patrícia Galvão<sup>13</sup> e lançados publicamente. A partir do lançamento a empresa de publicidade contratada passou a publicar, também, os infográficos pré elaborados em conjunto com a equipe do Instituto Patrícia Galvão no *facebook* da Agência, sendo 1 por dia, durante o mês de março, fazendo um *link* entre as imagens na rede social com os *sites* da pesquisa e da enquete.

Foi preparado, também, um *release*<sup>14</sup> sobre as novidades, que foi enviado por *email* para a lista de contatos de jornalistas, comunicadores, especialistas e organizações sociais do Patrícia Galvão. A empresa parceira dessa atividade também divulgou o *release* para seus contatos.

13 <http://agenciapatriciagalvao.org.br/pesquisa/> e <http://agenciapatriciagalvao.org.br/pesquisa/enquete/>.

14 Disponível em [http://agenciapatriciagalvao.org.br/trabalho\\_/no-mes-da-mulher-vamos-usar-a-internet-para-exigir-igualdade-no-trabalho-domestico/](http://agenciapatriciagalvao.org.br/trabalho_/no-mes-da-mulher-vamos-usar-a-internet-para-exigir-igualdade-no-trabalho-domestico/).

## Resultados de impacto e sistematização

Como produto da iniciativa os seguintes resultados foram registrados, entre 20 de março a 28 de abril de 2014<sup>15</sup>:

- 31.600 *pageviews* - visualizações de alguma das duas páginas;
- 4.973 sessões - visitas;
- tempo gasto médio: 4m26s - tempo que uma pessoa permaneceu no *site* depois do primeiro acesso; em média 4 minutos é um tempo alto para internet;
- 1.217 respostas à enquete - gancho;
- os *posts* criados para o *Facebook* superaram em alcance orgânico, sem investimento em publicidade paga, as 30.000 visualizações;
- com as 19 postagens criadas para o *Facebook*, os usuários interagiram 1.892 vezes, entre *linkes*, comentários e compartilhamentos;
- Repercussão e divulgação da campanha espontaneamente por outras mídias, como exemplo:
  - <http://www.brainstorm9.com.br/46835/social-media/>
  - <http://mairakubik.cartacapital.com.br/2014/04/25/voce-sabe-como-anda-a-divisao-das-tarefas-domesticas-na-sua-casa/>
  - <http://lilianeferrari.com/2014/03/24/pela-igualdade-no-trabalho-domestico/>

Os resultados superaram as expectativas, sendo avaliados de forma bastante positiva pelo Instituto Patrícia Galvão e pela empresa contratada. Buscando, entretanto, potencializar os resultados dessa experiência de uso da comunicação digital para ampliar os canais de incidência de organizações, que atuam em ações de *advocacy* pelos direitos das mulheres, ao final do processo o Instituto Patrícia Galvão contratou uma nova consultoria externa, a cargo das especialistas em comunicação, novas tecnologias e questões de gênero Graciela Natansohn e Beatriz Ribas, para que fosse realizada uma sistematização sobre os acertos da experiência e os pontos que poderiam ser melhorados ou acrescentados para ampliar sua eficácia.

## Sistematização da campanha viral e indicadores de qualidade

Para a sistematização dessa experiência de campanha viral um conjunto

15 Período em que foram divulgados o conjunto de infográficos no Facebook da Agência Patrícia Galvão.

de variáveis e indicadores de qualidade<sup>16</sup> na *web* foram observados pelas especialistas, com a finalidade de realizar uma apreciação ampla, crítica e compreensiva dos produtos desenvolvidos - tendo em conta o contexto de produção analisado antes e não um contexto ideal.

De acordo com as consultoras, tendo em perspectiva aproveitar a experiência e poder replicá-la de modo melhorado no futuro, o seguinte quadro de variáveis foi apontado como orientador:

- hipertextualidade e *design* da informação ou capacidade de estruturação e apresentação da narrativa em *links*, em texto e imagens;
- multimidialidade ou capacidade de composição da narrativa reunindo informações em diferentes formatos;
- interatividade ou capacidade de diálogo ou ação entre sistema e internauta, internauta e outros internautas, internauta e produtor de conteúdo;
- memória ou capacidade de busca, indexação e recuperação de informações anteriores;
- compartilhamento ou capacidade de disseminação e viralização de informações;
- acessibilidade ou capacidade de programação para dar acesso a pessoas com necessidades especiais e
- abertura ou capacidade de informação sobre licenças de uso e políticas de privacidade, termos de uso dentre outros.

109

## Hipertextualidade

No quesito hipertextualidade e *design* da informação - capacidade de estruturação da narrativa em *links*, em texto e imagens - no geral, tanto *website* como *enquete* e *gancho* produzidos na experiência aqui sistematizada apresentam estruturação simples, que dá conta do conteúdo de maneira objetiva,

16 Referências: CODINA, Luis et alii. "Indicadores para la evaluación de la calidad en cibermedios: análisis de la interacción y de la adopción de la Web 2.0". In Revista Española de Documentación Científica, 35, 1, enero-marzo, 61-93, 2014. Disponível em <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:OkFmalNoboEJ:redc.revistas.csic.es/index.php/redc/article/download/724/804+&cd=1&hl=es-419&ct=clnk&gl=br>; DRULA, Georgeta. "Social and online media research - data, metrics and methods". In Review of Applied Socio- Economic Research. Volume 3, Issue , 2012. Disponível em [http://www.reaser.eu/scripts/form/upload/10\\_Rev3\\_Drula\\_DigitalMedia.pdf](http://www.reaser.eu/scripts/form/upload/10_Rev3_Drula_DigitalMedia.pdf); ETLINGER, Susan. "A Framework for Social Analytics". Disponível em <http://pt.slideshare.net/setlinger/altimeter-social-analytics081011final>; MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor; CUKIER, Kenneth. Big Data. Como extrair volume, variedade, velocidade e valor da avalanche de informação cotidiana. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013; PALACIOS, Marcos. Ferramentas para análise de qualidade no ciberjornalismo. Vol 1. Modelos. Livros Labcom., 2011. Disponível em [http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20111202-201110\\_marcos\\_palacios.pdf](http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20111202-201110_marcos_palacios.pdf).

o que ajuda a aprimorar a usabilidade, uma vez que “menos é mais”<sup>17</sup>. Foi acertado o *design* da interface verticalizada, seguindo tendências atuais que consideram a diversidade de plataformas e dispositivos de acesso a informações, incluindo os que requerem ações tácteis - *touch screen* em *tablets*, *smartphones* e *ultrabooks*. Os *links* são organizativos, isto é, auxiliam na estruturação dos conteúdos relacionando as páginas através de *links* internos.

## Multimídia

110

No item multimídia - capacidade de composição da narrativa reunindo informações em diferentes formatos- observou-se a opção por não colocar fotografias e ilustrações, vinculadas com a necessidade de não atrelar uma imagem de mulher ou homem única, estereotipada, em termos de raça, etnia, idade, aparência ou gênero.

De modo geral, os formatos possíveis para a apresentação de informações são ilustrações, fotografias, animações com ilustrações ou fotos, vídeos, áudios, textos, gráficos, infográficos animados ou estáticos. Muitos deles são baratos e fáceis de criar.

Tendo em conta um perfil de público-alvo amplo e diversificado, cujas habilidades tecnológicas podem ser bem básicas, o uso da tecnologia de ponta pode ser mais limitado, oferecendo informação da forma mais objetiva possível, facilitando a navegação, diminuindo o número de cliques para que a(o) internauta encontre facilmente o que for mais importante para ela(e). Por tecnologia de ponta entendem-se os recursos e ferramentas mais atuais para gerar *buzz*, promover conteúdos e aparecer nos principais buscadores, mídias sociais e no jornalismo em geral.

É ideal se alcançar um grande número de pessoas engajadas em mídias sociais, usuárias(os) ou não de *smartphones* e *tablets*.

Quanto mais adequada a linguagem e sua forma de apresentação maior o engajamento melhor e mais interesse no tema. Vídeos e fotografias de qualidade e criatividade tendem a ser mais compartilhados. Na realidade, as potencialidades vivem em interseção, todas acabam criando novas formas de comunicação, baseando-se umas das outras.

17 NIELSEN, J. *Usability Engineering*. Boston - USA: Academic Press, 362 p., 1993.

## Interatividade

No quesito interatividade - capacidade de diálogo ou ação entre sistema e usuária(o) e outros usuárias(os) e produtor(a) de conteúdo -, uma questão a considerar é se privilegiar a atitude positiva de curtir algum conteúdo por afinidade pode transformar a forma de abordagem da mensagem.

Saturados pelo volume de mensagens e estímulos a que somos expostos, somos forçados a lidar, permanentemente, com a escolha entre quais mensagens ignorar ou não. Passamos a “premiar” os agentes que melhor atendam ao nosso contexto - momento, necessidades e expectativas -, por mais efêmero e imperceptível que este seja<sup>18</sup>.

Um *link* para ‘Ajuda’ sempre é útil para assessorar a(o) internauta em sua navegação pelo sistema. É também uma forma de passar confiança e poder resolver o problema dele(a) sem que necessite um atendimento. Pode ser em forma de perguntas e respostas ou oferecer *links* com dúvidas mais frequentes, com campo de busca que considere palavras-chaves. Ajuda através de vídeo, do tipo de um tutorial que mostre como se preenche a enquete no caso da ação do Patrícia Galvão, por exemplo, também é válido pois, ao passo que abre um outro canal de divulgação - no *YouTube*, *Vimeo* e outros -, oferece explicações para se ter uma boa experiência através dos conteúdos. Estas ações aproximam e favorecem o engajamento.

Um sistema de busca simples também pode ser indicado, pois serve para que a(o) internauta encontre alguma informação específica do conjunto informativo. Algumas palavras-chaves clicáveis podem servir como indexadores em destaque próximos a gráficos, por exemplo. Em sentido semelhante, nos *links* para as mídias sociais aparecem *hashtags*. Rótulos, marcação, etiquetas ou ainda conhecidos pelos nomes estrangeiros *hashtags*<sup>19</sup>,

18 RMA Trends. “Como a economia da atenção afeta o seu planejamento de comunicação”. 2014 Disponível em <http://trends.rmacomunicacao.com.br/bid/340696/Como-a-economia-da-atencao-afeta-o-seu-planejamento-de-comunicacao>.

19 As *hashtags* surgem com o Twitter, em 2007, representadas pelo símbolo ‘#’ colado a palavras para reunir o que se publicava sobre diversos assuntos, de maneira a acompanhar quanto mais pessoas publicassem. Não tinha *link*. Chegava-se aos assuntos, colocando a *hashtag* no campo ‘Busca’. Em 2009, a *hashtag* ganhou um sistema automatizado de indexação através de *links* e o símbolo ‘#’ precedendo a palavra ou palavras encadeadas serve para indexar assuntos relacionados, considerados as principais tendências do momento. Cada palavra com este símbolo é a porta de entrada para o que as pessoas estão falando sobre tudo. Diversas outras redes e mídias sociais hoje usam *hashtags* para marcar seus conteúdos e ser encontrável, em um conjunto de publicações relacionadas. A proliferação do uso das *hashtags* automáticas estimulou o uso de palavras *linkadas* para concentrar conteúdos de interesse, o que pode ser visto em *sites* de notícias e em praticamente todos os *sites* com grandes quantidades de conteúdos. Tornou-se também uma boa ferramenta para atrair o/a internauta traduzindo a estrutura.

*tags* e *labels*, são *links* em palavras-chaves que reúnem informações ao clicar e oferecem em destaque as relações primordiais entre os conteúdos, dando à(o) internauta a opção de, não só, escolher o que quer ver primeiro ou posteriormente, mas de entender como está organizado o conjunto de assuntos aferidos pela pesquisa ou conteúdo a ser divulgado. Repetir essa estruturação aparente em todas as páginas é mais um ponto positivo para manter a(o) internauta engajado no sistema. Outro ponto importante nesse sentido é apresentar o mapa do *website*, que é um resumo com dupla função: mostrar o todo e dar acesso às partes.

112

## **Compartilhamento**

O quesito compartilhamento ou viralização, propriamente dito, é a capacidade de disseminar, transformar e dar valor agregado às informações. O *website* e a enquete analisados deixam o(a) internauta livre, isto é, não exigem cadastro ou *login* para navegar pelo *website* ou interagir com a enquete e gancho. Isto é positivo, pois não afasta o(a) internauta que não aceita compartilhar seus dados pessoais e não dificulta o acesso ao conteúdo.

Para Jonah Berger<sup>20</sup>, os seis fatores de sucesso de vídeos e conteúdos virais são: moeda social, estímulos, emoção, publicidade, valor prático e histórias. “Mesmo em um ambiente cada vez mais conectado, a publicidade ‘boca a boca’ ainda é a melhor maneira para que um produto se torne um sucesso”. Viral não é apenas muita circulação, mas envolve atividade, interação, engajamento, valor agregado e diferencial.

## **Acessibilidade**

Acessibilidade é a capacidade de acesso a pessoas com necessidades especiais. O código dos produtos, assim, deve permitir ser lido por *software* específico para surdos, deve contar com audiodescrição e também levar em conta as cores, para daltonismo. Isso é muito positivo, pois amplia as possibilidades de alcance da mensagem para públicos em toda sua diversidade.



## Abertura

Por último, no quesito abertura, observa-se a informação sobre tipo de licenças de uso e políticas de privacidade, termos de uso e outros atributos. No Brasil, cada dia estão mais vigentes os princípios da cultura e do *software* livre, mais afinados com os fundamentos dos direitos humanos de homens e mulheres e com a democratização da cultura<sup>21</sup>.

Levando em conta a diversidade de plataformas e dispositivos de acesso a informações, é recomendável que, quando possível, as campanhas tornem-se também aplicativos. *Software* aplicativo - ou aplicação - é um programa de computador que tem por objetivo ajudar o(a) internauta a desempenhar uma tarefa específica, em geral ligada a processamento de dados. Podem ser utilizados como “isca” para engajar a(o) internauta; podem oferecer serviços específicos relacionados à temática, trazendo dados e informações da pesquisa a cada tela ou de forma mais articulada, com as ações das(os) internautas.

113

## Potencialidades

Observa-se que usar os recursos mais avançados, em termos de cultura tecnológica, continua a ser um desafio para as organizações de mulheres. Neste contexto, além de observar em detalhe a rica experiência do Instituto Patrícia Galvão, no âmbito do projeto *Mais Direito e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras*, ao se lançar na comunicação digital, as especialistas em comunicação, novas tecnologias e questões de gênero Graciela Natansohn e Beatriz Ribas buscaram fazer uma sistematização crítica em conjunto com a equipe do Patrícia Galvão. A partir do relatório resultante dessa parceria foi elaborado, também, um guia, apontando estratégias e cuidados para experiências futuras, que será disponibilizado no site da Agência Patrícia Galvão<sup>22</sup> e amplamente socializado entre organizações sociais que possam utilizar essa ferramenta.

Espera-se propor linhas de ação aprimoradas para futuros empreendimentos na comunicação digital interativa, proveitosas para as organizações feministas que venham a realizar investimentos similares.

21 A licença em todas as páginas da Agência Patrícia Galvão, inclusive na pesquisa e enquete produzidas na campanha viral, é a Creative Commons 3.0: <http://creativecommons.org/licenses/by/3.0/br/legalcode>.

22 Disponível em <http://agenciapatriciagalvao.org.br/mulher-e-midia/guia-campanha-viral>.

Universidade Livre Feminista

feminismo.org.br

Google Chrome - Inexplorado - Casa



Universidade  
Livre Feminista

Sobre

Feminismo

Artismo



**Universidade  
Livre Feminista**



Os debates para a criação de um espaço para formação e atividades educativas dos movimentos feministas começaram em 2009, a partir do CFEMEA e depois foi incorporado no debate das organizações feministas articuladas no projeto *Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras*, de 2011 a 2014. Em 2010, a Universidade Livre lançou seu primeiro curso, voltado para ativistas feministas, participantes de conselhos de direito das mulheres e gestoras públicas inaugurando a plataforma de educação à distância, o *Trilhas Feministas na Gestão Pública*. Vimos nessa experiência que nossas expectativas em relação à vontade das mulheres em participar deste tipo de formação estavam certas, o que nos animou mais ainda! Em 2012, a Universidade Livre Feminista foi lançada oficialmente e vimos crescer a expectativa de que ela possa apoiar estratégias formativas e pedagógicas dos movimentos de mulheres e feministas em todo o país, enfrentando inclusive as dificuldades financeiras e políticas que hoje afligem várias organizações. Em 2013 realizamos duas edições do curso *Reflexões Feministas Sobre o Sistema Político*, já no âmbito do projeto coletivo. Atualmente, a Universidade Livre conta com o ânimo das suas mais de 3 mil participantes e de ativistas feministas de diferentes movimentos. Diariamente, o nosso portal [www.feminismo.org.br](http://www.feminismo.org.br) recebe mais de 5.000 visitas.

A Universidade Livre Feminista atualmente está hospedada no CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, que a desenvolve como um projeto em colaboração com outras organizações (SOS CORPO e CUNHÃ) e com uma rede de feministas que compartilham este desejo e também em articulação com movimentos de mulheres e feministas do Brasil e da América Latina, que tem reunido esforços políticos, competências profissionais e recursos fundamentais para dar lastro à proposta e garantir a sua instalação.

## A que será que se destina?

A Universidade Livre é um projeto feminista, construído de forma colaborativa por mulheres de diferentes identidades e campos de atuação. É um espaço para a reflexão e a troca de ideias e de experiências baseadas em práticas políticas e pedagógicas libertárias, transformadoras das e para as mulheres.

Entre os nossos principais objetivos estão: gerar e impulsionar os processos de produção de conhecimento, aprendizagem e formação livres; facilitar a conexão entre pessoas, promovendo o intercâmbio de experiências e a sua expressão em diversas linguagens; fortalecer e colaborar para expandir a criação libertária artística, cultural e política das mulheres que estão na luta por transformação; e ampliar processos de construção política dos movimentos de mulheres e feministas, de seus pensamentos e de suas lutas.

A Universidade Livre Feminista está em constante construção e movimento. Por isso a ideia é de que suas práticas e experiências sejam aquelas que formos desenvolvendo e compartilhando colaborativamente, mas sempre com uma base comum: a práxis educativa feminista e a pedagogia de Paulo Freire. Isso significa que para nós as relações sociais de gênero, raça, classe e a dimensão da sexualidade tem um lugar central na vida das mulheres. Ao mesmo tempo entendemos que o diálogo e a experiência são geradores de processos reflexivos e de autoconscientização que possibilitam a auto-organização das mulheres para uma ação transformadora da realidade. Para nós, isto faz valer a máxima *o pessoal é político*.

Realizamos diversas atividades educativas. A partir de 2014, pretendemos aprimorar os formatos e também aplicar e desenvolver outros métodos de formação, ação e intervenção política, tais como:

**Diálogos Feministas:** Encontros entre ativistas, com um sentido comum de luta, que se reúnem para analisar situações específicas, trocar experiências, mapear situações problemáticas e discutir estratégias políticas coletivas, a partir dos distintos lugares em que se situam.

**Ações em ativismo libertário feminista:** Atividades que reúnem mulheres artistas para a reflexão coletiva, a troca de experiências, o intercâmbio de conhecimento, a construção e realização de ações contraculturais feministas, a partir de diferentes estratégias artísticas, estéticas ou simbólicas e variadas linguagens - o teatro, a música, o vídeo, a fotografia, a poesia, a performance, o grafite e outras intervenções artísticas.

Para dar suporte a essas atividades, mantemos em nosso portal:

A **Biblioteca Feminista** - com o intuito de conservar e colocar à disposição de quem visita o sítio e(ou) participa dos processos de formação textos, documentos, teses acadêmicas, livros, cartilhas, artigos, relatórios (<http://www.bibliotecafeminista.org.br/>).

A **TV Feminista** - uma videoteca que dá suporte e estimula debates e programas educativos. A TV Feminista reúne produções brasileiras e do exterior em português, inglês, espanhol, francês e italiano. Atualmente são mais de 4.000 vídeos, consultados mais de dez mil vezes ao dia e assistidos, na íntegra, por pelos menos metade de quem consulta. (<http://vimeo.com/channels/tvfeminista>)

119

O projeto da Universidade Livre Feminista está voltado à construção de um espaço político organizativo de novo tipo, incluyente, aberto à participação de tod@s. Para fazer parte, basta se dispor a ajudar a criar este espaço de trocas solidárias, fundadas na perspectiva libertária, feminista, antirracista e anticapitalista para a transformação social.

No momento (já que um projeto em construção pode sempre mudar), há duas formas de participação:

1. *De modo pontual:*

- Visitando o portal [www.feminismo.org.br](http://www.feminismo.org.br) e fazendo uso dos materiais disponibilizados;
- Fazendo sua inscrição no Portal de Comunicação para os cursos e formações ofertados;
- Participando de processos presenciais em sua cidade, divulgados no sítio.

2. *Integrando a rede de colaboradoras como:*

- Educadora nos processos de formação;
- Consultora para a elaboração de textos e formatos de cursos;
- Artivista e arte-educadora, oferecendo outras linguagens – como as da fotografia, do vídeo, da música, da poesia, do cordel, da crônica literária, da música, da dança etc. – que estimulem e valorizem a imaginação, a criatividade e os lugares da arte nos nossos processos de autoformação, formulação e reflexão.
- Produtora de vídeos para a TV Feminista;

- Autora de artigos, matérias, crônicas e outros textos;
- Criadora de processos educativos e/ou político-culturais que possam ser vinculados e potencializados pela Universidade Livre Feminista.

Ou seja, é só chegar! Se inscreva no nosso sítio eletrônico ou entre em contato com a Secretaria pelo e-mail: [contato@feminismo.org.br](mailto:contato@feminismo.org.br).

120

Para fomentar esse projeto, é importante que mais mulheres - do Brasil, da América Latina e, quem sabe, de outros continentes - participem. Queremos construir, coletivamente, uma universidade libertária e feminista, que colabore para a construção diversificada de conhecimentos e a mobilização de processos contra-hegemônicos e contraculturais ao patriarcado, ao racismo, ao etnocentrismo, à lesbo-homofobia e contra todas as formas de opressão e exploração.

E é para essa construção coletiva, ousada, libertária, que convidamos você!





A Universidade Livre Feminista é projeto colaborativo para reflexões pedagógicas libertárias e transformadoras para as mulheres. Quer

**CAMPANHA**

O que você aprendeu com o feminismo?  
feminismofrejo.tumblr.com

**CURSO**

Curso de



# ***Somando se multiplica: gestão compartilhada e colaborativa***

*Analba Brazão, Carmen Silva,  
Eleny Xavier.*



O desafio de coordenar esforços entre diferentes organizações no âmbito da sociedade civil e entre estas e organismos estatais está dado em todos os processos organizativos do movimento feminista, em suas lutas pelos direitos das mulheres e mais fortemente depois de instituídos no Brasil os mecanismos governamentais de políticas para as mulheres. Aí está o cerne das reflexões sobre gestão que realizamos no âmbito do projeto *Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras*, financiado pelo FIG - Fundo para Igualdade de Gênero - de ONU Mulheres e realizado de 2011 a 2014 por sete organizações feministas, coordenadas pelo SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia e pela SPM - Secretaria de Políticas para Mulheres - da Presidência da República.

As organizações que lideraram este processo, SPM e SOS CORPO, têm em comum a defesa dos direitos das mulheres e a sua inclusão nas diretrizes e programas de políticas públicas. Como a primeira é órgão do governo federal e a segunda é organização da sociedade civil, portanto não governamental, este objetivo comum, independentemente do projeto, facilita a relação. Porém não é suficiente. SOS CORPO, assim como as outras seis organizações<sup>1</sup>, integrantes do projeto, estão inseridas nos movimentos sociais de mulheres e(ou) guardam estreita relação e nesta perspectiva, em diversas circunstâncias, podem estar em situação de confronto com o governo federal.

Para enfrentar este problema a relação construída, desde a elaboração do projeto, se baseou na perspectiva da autonomia entre as partes, tanto do ponto de vista político como financeiro, tendo em comum o apoio

1 CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria; REDEH – Rede de Desenvolvimento Humano; Coletivo Leila Diniz Estudos e Pesquisas; Cunchã Coletivo Feminista; Geledés Instituto da Mulher Negra e Instituto Patrícia Galvão Mídia e Direitos.

necessário de parte a parte para a boa realização das atividades previstas no projeto. A SPM operou com a consciência de que ela, por sua missão, é a porta de entrada para o diálogo com as demais instâncias do poder executivo. Isso tem permitido que outros órgãos públicos se envolvam, informalmente, para a realização de algumas das ações previstas no projeto, como por exemplo o estudo para a compilação de indicadores do racismo institucional ou a incidência sobre o orçamento público.

O trabalho conjunto com os organismos governamentais, e por meio da SPM, ocorreu devido a natureza das atividades do Programa. Em função disso se tem construído relações com outros organismos de governo, como por exemplo com o IPEA - Instituto de Estudo Econômico Aplicado - e a SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Em alguns momentos a ação articulada com a SPM foi muito importante para alguns resultados deste projeto, a exemplo das articulações feitas em parceria com a Federação das Trabalhadoras Domésticas para a incidência sobre a OIT - Organização Internacional do Trabalho - que levou à realização da primeira Convenção da OIT sobre Trabalho Doméstico, na qual apoiamos e assessoramos a participação de uma delegação de trabalhadoras domésticas do Brasil. E em 2013 a aprovação no Congresso Nacional da Emenda Constitucional que garantiu às trabalhadoras domésticas o avanço na equiparação dos direitos trabalhistas já conquistados por outras categorias profissionais. Foram também centrais para os resultados conquistados as relações de aliança com algumas agências do Sistema ONU no Brasil, como ONU Mulheres e o Programa Interagencial de Gênero, Raça e Etnia, o qual reúne seis agências das Nações Unidas.

Na elaboração do projeto, antes da concorrência ao edital do Fundo para Igualdade de Gênero, e posteriormente, durante a sua execução, as organizações da sociedade civil e a SPM buscaram conduzir o processo de forma compartilhada e colaborativa. A relação com todas as organizações integrantes se deu com base nos princípios de autonomia, transparência, coresponsabilidade e inter-relação entre as atividades, o que exige uma capacidade de coordenação e de ajustes muito ampla. Por isso construímos a metodologia de gestão em rede, para dentro do conjunto de organizações participantes, e de incidência em rede, articulando a atuação pública com redes do movimento feminista, que foram fundamentais para a consecução dos resultados: a AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras -, a AMNB - Articulação de Mulheres Negras Brasileiras - e a FENATRAD - Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas.

Os problemas de gestão no âmbito deste projeto são de distintas naturezas: a relação entre organizações da sociedade civil e órgão governamental com suas especificidades jurídicas e administrativas; as diferenças de localização geopolítica das organizações e suas distintas metodologias de atuação e o próprio desenho do projeto incluindo os resultados que se propôs a alcançar.

O fato do projeto ter sido construído de forma colaborativa, por todas as instituições envolvidas, minimizou o problema da metodologia de elaboração proposta pelo FIG. A partir do formulário proposto devíamos ter um objetivo geral, composto por efeitos a atingir, sendo cada um destes efeitos composto por produtos e estes por atividades. Para cada produto (espécie de mini efeito) deveríamos ter indicadores correspondentes às atividades, metas a alcançar em cada um deles, e determinar as fontes e meios de verificação da realização destas metas. O fato de termos limitado o projeto a três âmbitos de atuação e portanto três efeitos, fez com que o escopo do projeto se tornasse governável e fosse capaz de abrir espaços para as diferentes formas e prioridades de atuação das organizações envolvidas. Entretanto a forma colaborativa não foi capaz de reduzir o grande número de indicadores e suas metas correspondentes, que chegou a 53, o que, sem sombra de dúvida, gerou problemas para o monitoramento dos resultados a atingir.

127

Uma outra dificuldade enfrentada para a coordenação de ações conjuntas se refere ao fato de que as sete organizações tenham seus escritórios (sedes) em cidades diferentes do território nacional: Recife, Natal, João Pessoa, Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, o que gerou dificuldades adicionais para a realização de encontros presenciais da equipe do projeto. Isso foi enfrentado por meio de criação de listas eletrônicas de acompanhamento e discussão das ações do projeto; com a realização de reuniões gerais, de coordenação e das equipes de trabalho, sempre dentro das possibilidades; e com o aproveitamento de outras oportunidades de encontros da equipe do projeto, a partir das ações organizadas por cada uma das organizações integrantes.

O fato das organizações da sociedade civil serem todas feministas, mas atuarem na cena pública a partir de diferentes perspectivas e especialidades, foi um elemento enriquecedor do projeto. Os resultados que obtivemos devem-se, sobretudo, a sinergia construída entre estas organizações com suas diferentes expertises e a capacidade desenvolvida de ação em rede e de gestão compartilhada.

SOS CORPO, além de responsável pela gestão do projeto, tem uma vasta experiência em formação e pesquisa feminista e uma de suas integrantes

atua também como coordenadora da AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras - rede feminista profundamente vinculada a ação antirracista e anticapitalista, com a qual o projeto teve forte articulação para garantir suas atividades e resultados.

Cfemea, também tem uma integrante na coordenação da AMB, possui uma expertise consolidada no monitoramento do orçamento público e na incidência sobre o Congresso Nacional. Para fazer isso suas ações tem grande capilaridade nos movimentos de mulheres no plano nacional.

Coletivo Leila Diniz assim como as outras duas instituições, tem uma coordenadora da AMB que atua prioritariamente na ação de articulação e organização do movimento no plano nacional.

Cunhã Coletivo Feminista marca sua presença neste coletivo pela atuação na formação local de grupos e mulheres, em especial no acompanhamento às organizações de trabalhadoras domésticas, o que também é compartilhado pelo SOS e Cfemea, pois juntas contribuem com a FENATRAD - Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas.

Redeh também tem uma integrante que participa da coordenação da AMB e é fortemente vinculada à produção cultural, com trabalhos sobre memória e com incidência na mídia e na sociedade em geral.

Geledés é uma das organizações coordenadoras da AMNB - Articulação de Mulheres Negras Brasileiras - outra rede com a qual a equipe do projeto trabalha para viabilizar suas ações nacionais, em especial no campo do enfrentamento ao racismo.

*Instituto Patrícia Galvão* é especialista em comunicação, possui uma agência de notícias e tem grande experiência na mídia comercial.

Esta rápida descrição do tipo de expertise, com a qual cada organização aportou a realização do projeto, visa demonstrar como os resultados conquistados se devem à capacidade de articulação de todas elas para ação compartilhada. Se houvéssemos optado por descrever os temas nos quais cada uma das organizações tem mais experiência o mesmo efeito não seria constatado, isto é, só foi possível fazer o que fizemos até aqui, considerando as dimensões continentais do Brasil, porque o fizemos juntas.

Para enfrentar as dificuldades relativas às diferenças jurídico-administrativas na gestão do projeto foi necessária a independência entre as partes governamentais e não governamentais. Seus recursos e gestão foram



realizados de forma separada pela SPM e pelo SOS CORPO. A primeira com as atividades de sua, responsabilidade e a segunda para as atividades que as organizações da sociedade civil ficaram responsáveis. Esta medida, tomada de forma preventiva, mostrou-se uma condição de possibilidade para a execução, uma vez que a SPM só veio receber os recursos que lhes eram destinados no ano de 2013, em função dos trâmites do Estado brasileiro.

Este problema deveu-se ao conjunto de procedimentos burocráticos, no interior dos diversos órgãos do governo brasileiro, que foram cumpridos até a internação dos recursos. Adotamos duas estratégias para mitigação: a primeira refere-se a atuação da SPM realizando gestões junto aos outros órgãos responsáveis para regularizar a entrada de recursos e a segunda ao prosseguimento das ações comprometidas com o projeto pela SPM, que também estavam previstas em seu plano de trabalho, antecipando-se à recepção do recurso. Ou seja, apesar de não haver recebido os recursos relativos às suas ações do programa durante os anos de 2011 e 2012 a SPM participou ativamente do projeto realizando as ações previstas, com recursos advindos do seu orçamento, a título de contrapartida, o que contribuiu para o êxito dos resultados obtidos. Para viabilizar o trâmite de assinatura do acordo e internação dos recursos, em 2012, o Observatório de Gênero da SPM realizou, em parceria com o Departamento de Administração Interna, a pactuação dentro do Governo com a Casa Civil, Secretaria do Tesouro Nacional-MF e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional-MF, bem como uma pactuação com o FIG e ONU Mulheres para garantir assinatura do Acordo e a disponibilidade dos recursos para o ano de 2013.

O projeto *Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras* foi concebido e se desenvolveu em uma aliança entre estas sete organizações feministas não governamentais, as quais tem realizado, historicamente, muitas ações em comum. Isto facilitou muito o trabalho coletivo. Uma medida adotada para ampliar as condições de trabalho em conjunto foi a distribuição das responsabilidades de coordenação. A coordenação do projeto ficou composta por duas coordenadoras gerais (SOS CORPO e SPM), por uma coordenação administrativa (SOS CORPO) e por três coordenadoras dos efeitos, uma para cada efeito esperado, formando um grupo de coordenação de 6 pessoas. O Efeito 1, referente à atuação frente às políticas públicas, foi coordenado pelo Cfemea; o Efeito 2, que diz respeito às ações no campo do trabalho das mulheres, foi coordenado pela Cunhã e o Efeito 3, sobre a participação política, coordenado pela Redeh. Esta medida permitiu que compartilhássemos a responsabilidade pela a execução do programa da forma mais igualitária possível.

No plano de trabalho buscamos distribuir as responsabilidades por atividades. Dessa forma, para cada atividade tivemos uma organização responsável, que conta com a colaboração e envolvimento ativo de outras. No início pensamos que as coordenações por efeitos responderiam pelo monitoramento geral das atividades correspondentes e estabeleceriam uma comunicação mais recorrente com a coordenação geral do projeto. Assim estava garantido um monitoramento permanente e uma divisão de responsabilidades equilibrada entre todas as organizações envolvidas no projeto. Esse sistema de coordenação e monitoramento foi pensado para três anos de projeto, que inicialmente se encerraria em 2013. Antes de concluir o primeiro ano realizamos uma avaliação sobre seu funcionamento, revisamos responsabilidades por atividades e mantivemos as coordenações por efeitos, a coordenação administrativa e a coordenação geral. Entretanto, vimos que não era necessária uma mediação das coordenações de efeito na comunicação entre as pessoas envolvidas no trabalho, uma vez que ela ocorria na lista eletrônica, com o conjunto da equipe de representantes das organizações participantes. Ali percebemos que a metodologia de gestão que estávamos construindo, na prática, tinha o caráter de rede.

Portanto, o processo de monitoramento e avaliação se levou a cabo de forma coletiva, através das reuniões e da comunicação em lista eletrônica, com três focos: dar seguimento a realização das atividades, dar seguimento às metas previstas relativas aos indicadores, dar seguimento às questões relativas ao administrativo e a execução financeira do projeto. A cada ano foram realizadas duas reuniões gerais, com as representantes das organizações no projeto, para planejar e uma reunião de coordenação para o monitoramento da execução das atividades e do administrativo e financeiro. Também realizamos reuniões para planejamento de atividades específicas, contando apenas com as responsáveis por aquela atividade. Isso tem sido realizado levando em conta a análise de risco e de mudanças do contexto, com a finalidade de replanejar as ações sempre que foram necessárias. Tomamos como ponto de partida o quadro lógico do projeto, no qual estão formulados os indicadores, as metas, as fontes de informações a serem compiladas, o período da coleta dessas informações, a análise dos riscos e a estratégia de mitigação.

No primeiro semestre de execução do projeto foi elaborado um manual de normas e procedimentos administrativos, visando garantir o cumprimento das normas estabelecidas no contrato de cooperação, firmado entre o SOS CORPO e o FIG-ONU MULHERES, pelas sete organizações não

governamentais e estabelecer uma dinâmica de trabalho ágil e transparente, considerando as exigências do órgão apoiador às exigências da legislação brasileira e às condições administrativas de cada organização. Para construí-lo e implantá-lo, realizamos duas reuniões com a equipe responsável pelo trabalho administrativo em cada organização participante, onde foram discutidos e aprovados os procedimentos para: pagamento da equipe do projeto, solicitação e efetivação de pagamentos, prestação de contas dos adiantamentos, aquisição de passagens, logística das ações educativas e outros eventos inclusive contratações de serviços de terceiros. Alguns procedimentos administrativos foram ajustados ao longo da execução do projeto, em função das necessidades administrativas do SOS CORPO e das outras organizações envolvidas, a necessidade de melhorar a dinâmica do trabalho e em função de mudanças nos procedimentos de prestações de contas estabelecidos pelo FIG.

Para facilitar o monitoramento criamos alguns instrumentos que foram utilizados pelas responsáveis: guia de informe por atividades e guia de informe por efeito. Outro instrumento adotado foi uma planilha com informações sobre a execução de atividades, que vem sendo alimentada pela coordenação para facilitar as análises de graus de execução e a produção de informes. A execução financeira foi planejada e acompanhada através de instrumento de monitoramento orçamentário por produto. O planejamento orçamentário das atividades foi elaborado, anualmente, pela equipe responsável pela execução das ações, em cada organização integrante. A coordenação foi responsável pela compatibilização de todos os orçamentos em um único instrumento para o monitoramento financeiro, realizando os ajustes necessários, conforme a disponibilidade de recursos. O monitoramento das atividades foi realizado, conjuntamente, com o monitoramento financeiro. Esta forma de monitoramento permitiu maior facilidade na elaboração dos relatórios financeiros trimestrais e nos relatórios narrativos semestrais e anuais.

A experiência organizacional iniciada com a implementação do projeto *Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras* resultou em uma mudança profunda das dinâmicas de cada organização envolvida. A construção do trabalho coletivo, que viemos realizando desde o início deste projeto, tem produzido uma nova forma de funcionar e atuar entre as organizações participantes.

Um exemplo disso foi a mobilização dos movimentos feministas para incidência na Cúpula dos Povos, paralela à *Conferência de Meio Ambiente das*

*Nações Unidas Rio+20*. O processo de incidência na Rio+20, na Cúpula dos Povos, é resultado dessa mudança, aprofundando, fortalecendo e densificando a noção de ação em rede. Reunimos organizações diversas, de lugares muitos diferentes, para organizar juntas as caravanas, para construir uma estratégia de atuação dentro da Cúpula e para posicionar-nos diante das derivações da Conferência da ONU Rio+20. Esse processo de mobilização e incidência foi feito em conjunto com a AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras - e da AMNB - Articulação das Organizações de Mulheres Negras Brasileiras. Ainda está repercutindo, produzindo debates e reflexões políticas e organizativas que, sem dúvida, serão traduzidas como importantes mudanças para a atuação desses movimentos e das organizações que fazem parte dos mesmos.

A abordagem que utilizamos na articulação em rede com a AMB e AMNB é de aliança em torno dos objetivos. Em 2011 nos aliamos com o objetivo de atuar juntas no processo das Conferências de Políticas para Mulheres municipais, nos estados e nacional, com o objetivo de garantir que as propostas elaboradas nos movimentos de mulheres fossem contempladas as Conferências, que são espaços de decisão sobre as políticas governamentais para mulheres. Em 2012 a aliança central se deu em torno da elaboração de propostas e incidência dos movimentos de mulheres na Cúpula dos Povos, paralelamente a Rio+20. Em 2013 o foco principal desta articulação foi em torno da luta por reforma do sistema político brasileiro, que cresceu muito a partir da conjuntura aberta com a eclosão das mobilizações de rua chamadas Jornadas de Junho. Para fazer estas alianças as responsáveis por atividade no projeto se reuniram com representantes das coordenações dessas duas articulações - especialmente AMB que é uma rede com grande complexidade organizativa - e acordaram as posições a serem defendidas, as formas de mobilização e as coordenações dos processos conjuntos.

Na perspectiva da reorientação dos recursos de investimento social, advindos do mundo da cooperação internacional para o Brasil, a ação em rede se coloca como uma possibilidade real, não só de otimizar os recursos e potencializar os resultados, mas também de descobrir novas estratégias de sustentabilidade que extrapolem a busca de recursos externos, em especial nesta nova conjuntura no Brasil, que exige novas regulações jurídicas para o financiamento da ação das organizações da sociedade civil. A história está nos mostrando que a atuação em redes e com redes de movimentos contribuem na construção do presente e investem na consolidação das práticas democráticas e solidárias do futuro.

A ação em rede é, assim, um campo de aprendizagem coletiva, onde se desconstroi velhos e se constroi novos valores e modos de convivência e se busca contribuir na consolidação da prática democrática. São grandes os desafios financeiros, de autonomia, de visibilidade, de comunicação, mas, sobretudo, nos desafiam a própria ideia de trabalhar em rede, a superação do isolamento, a construção destas novas relações, o reconhecimento do outro como sujeito legítimo, a congregação de interesses diferentes, em um mesmo espaço e tempo. É, também, um grande campo de possibilidades, no qual se destaca a importância do processo de sistematização das experiências, o que possibilita que as experiências inovadoras sejam socializadas na sociedade como um todo.

133

Para entender a noção de rede e o uso que dela está sendo feito nos movimentos sociais é preciso perceber a amplitude desta ideia. Rede é um termo utilizado em diversas ciências: na telemática, as redes de telefones e computadores; na biologia, a rede neuronal; na matemática, o chamado *network analysis*, que nasceu a partir da teoria dos grafos; na economia e na administração, as empresas que assumem formas de redes e(ou) que se organizam com outras em redes (cadeias) de produção e distribuição de bens e serviços, a partir das novas formas de organização do trabalho pós-fordista, entre outras. Nas ciências sociais destaca-se a antropologia, com o estudo das redes de sociabilidade e com a ideia de *comunitas*; a psicologia, com as redes de interação; e a sociologia, com as redes de organizações, e mais recentemente acoplando este conceito ao estudo dos movimentos sociais e(ou) da mobilização de recursos de poder para ação direta.

Scherer-Warren (1995) concebe redes como “formas mais horizontalizadas de relacionamento, mais abertas ao pluralismo, à diversidade e à complementaridade, portanto, correspondendo como formato organizacional e interativo, a uma nova utopia de democracia”. Características semelhantes a estas sempre estiveram presentes no debate sobre novos movimentos sociais no Brasil, mesmo quando não se usava a noção de rede para estudá-los. Quando se fala em rede de movimentos sociais, estão implícitas as ideias que a metáfora suscita, como horizontalidade, descentralização, desconcentração de poder, diversidade interna de organizações, flexibilidade e agilidade para se moldar às novas situações, interdependência e articulações, complexidade e abertura ao externo. Todos estes elementos, sem dúvida, vêm à tona no debate sobre redes. Merece destaque para reflexão o problema da interdependência, que alguns estudiosos sobre redes apontam. Acreditamos que esta característica está

mais presente na ideia de sistema, onde as partes constitutivas precisam (dependem) umas das outras para seu desenvolvimento. A noção de rede, por sua vez, diz respeito muito mais à possibilidade de autonomia, de complementaridade para potencializar objetivos específicos, a partir dos quais se dão as articulações, que não se sobrepõem ao fazer individual de cada entidade, e sim os reforça.

Ana Maria Doimo (1995) considera possível estabelecer alguns cortes analíticos para tipificar as redes e estabelece dois tipos: as redes territorializadas, nas quais se incluem desde as redes de organizações populares locais até as de alcance nacional; as redes temáticas, que indica certa especialização de temas que enfrenta. Cruzando estes dois tipos encontram-se as redes de influência que imprimem um certo rumo aos movimentos. As redes de influência conseguiriam historicamente, pela sua atuação, orientar práticas e canalizar politicamente recursos de poder no interior de tais práticas. Um exemplo da mobilização de recursos de poder seria o que gerou o processo de participação popular na Constituinte, que só foi possível, através de uma rede de influência nacional, entrecruzando-se com as redes locais e temáticas, para elaboração de emendas populares e coletas de assinaturas, que propiciou a elaboração da Constituição de 1988, contando com várias proposições dos movimentos sociais, que a fez ficar conhecida como Constituição Cidadã.

Um dos problemas internos mais sentidos nas redes é exatamente a corresponsabilidade. Apesar de intencionalmente desejarem relações horizontais, a dificuldade de compartilhar tarefas e recursos igualmente, acaba por colocar as redes, muitas vezes, dependendo de uma ou duas entidades. Esta situação dificulta o dinamismo, a multiplicidade de lideranças e a comunicação multidirecional, que são apresentados como elementos que caracterizam as redes.

Outro elemento chave neste debate é o papel que cumprem as entidades fomentadoras das redes. Há duas situações relevantes para serem analisadas. A primeira é quando a rede é formada entre entidades semelhantes em termos de recursos financeiros, técnicos e outros. Neste caso pode haver concentração em poucas entidades, mas é mais fácil pensar mecanismos de superação disso, a exemplo do que foi feito nesta experiência: coordenação colegiada, rodízio de condução de reuniões, rateio de recursos para atividades, planejamento com divisão equilibrada de tarefas, comunicação permanente entre os membros, reflexão sobre a importância, para o funcionamento em rede, da corresponsabilidade, da solidariedade e do consenso.

A segunda situação é quando há, nas redes, uma entidade fomentadora, isto é, uma entidade que detém maiores recursos financeiros e capacidade mobilizadora. Este caso exige desenvolver um jeito de trabalhar que impulse a autonomia dos sujeitos envolvidos. A autonomia passa a ser uma meta, incessantemente, buscada e não se resume a autonomia financeira mas política e metodológica.

A comunicação em rede, embora seja apontada como importante e necessária por todas(os) parece ser a maior dificuldade. Ainda não são utilizados suficientemente os recursos da rede eletrônica. Outro aspecto fundamental para a comunicação é como as redes se organizam internamente, se é da forma menos piramidal e hierárquica e mais dinâmica possível, de modo a facilitar as relações entre os seus membros, a descentralização das decisões, a partilha do poder.

135

Hoje o estudo, a partir da noção de redes, pode nos ajudar a compreender melhor o fenômeno dos novos movimentos sociais, em especial seus diversos tipos de entidades e sua capacidade de obter resultados, a partir da intervenção coletiva na realidade, alterando a situação de vida das pessoas. No campo das práticas dos participantes de Movimentos Sociais a intervenção em rede vem se afirmando como mecanismo de exercício de democracia, da construção de relações de parceria e corresponsabilidade, da arte de negociação entre pares, da partilha do poder, da cooperação mútua e da solidariedade entre os seus membros.

O segundo semestre de 2013 não teve mudanças organizativas importantes no projeto, mas aprendemos uma importante lição: buscamos as contribuições específicas de cada organização, a partir das distintas experiências institucionais. Para a pesquisa sobre a conciliação do trabalho produtivo e reprodutivo, que estava sob a responsabilidade do Instituto Patrícia Galvão, que trabalha com pesquisas de opinião pública e mídia, foi necessária a contribuição do SOS CORPO, porque o tema que se estava pesquisando era trabalho das mulheres, que é uma especialização do SOS CORPO. A mesma situação se repetiu na atividade de construção dos indicadores do racismo institucional. A organização responsável foi o Geledés, especializado na questão racial, mas foi necessário trabalhar junto com o Cfemea, que tem uma ampla experiência em articulação e *advocacy* com o governo federal, o que facilitou a articulação dos entes públicos envolvidos. Estes dois exemplos de expertises articuladas para ação conjunta, dentro da execução do projeto, foram importantes para nossa aprendizagem organizacional.

A relação construída ao longo do programa entre as organizações, incluindo-se sociedade civil e governo, foi fundamental para a consecução do objetivo de

prorrogação até dezembro de 2014. O compromisso da SPM de permanecer no programa até o final, apesar de não ter sido possível executar todo o recurso recebido, que era para 3 anos, em 2013, e não poder fazer os gastos em 2014, em função da forma administrativa do Estado brasileiro, mostra o compromisso estabelecido nesta pactuação. Além disso, o apoio da SPM para que estes recursos fossem destinados às organizações da sociedade civil, para que ampliassem as atividades do programa e galgassem seus resultados, é uma demonstração de que as relações consolidadas no projeto foram, de fato, de compromisso coletivo para ampliar os direitos das mulheres em nosso país.

A intenção inicial das sete organizações da sociedade civil envolvidas e da Secretaria de Políticas para Mulheres era que concluíssemos a realização do projeto em 2013. Tanto é assim que a SPM não solicitou junto ao legislativo brasileiro a inclusão dos recursos que poderia ainda receber na lei orçamentária para 2014. Entretanto as mudanças na conjuntura brasileira com as mobilizações de junho que ficaram mundialmente conhecidas e o atraso no recebimento da parcela de recursos destinada a 2013 fez com que não tivéssemos condições de conclusão a bom termo, tendo muita coisa ainda a ser feita. Consideramos um caso de sucesso em âmbito organizacionais o fato de termos conseguido a aprovação do pedido de prorrogação. Tomamos a decisão de fazer esta solicitação com pouco tempo hábil para preparação de toda a documentação necessária, mas dividimos tarefas e coordenamos esforços coletivos no sentido de viabilizá-los. Contamos também com a participação ativa do escritório brasileiro de ONU Mulheres que não apenas apoiou o pleito, mas não mediu esforço em contribuir para sua consecução. O mesmo pode ser dito em relação a responsável regional pelo monitoramento no FIG. Foram ações coordenadas de elaboração de argumentos, documentos e articulações que nos permitiram ampliar as possibilidades de realização do projeto. Temos certeza que nada disso seria possível se não tivéssemos acumulado, ao longo dos quatro anos, experiência coletiva de ação em rede, e não tivéssemos construído uma relação de parceria entre nós, das organizações da sociedade civil com a SPM, e de todas com ONU Mulheres.

## Referências Bibliográficas

SCHERER-WARREN, Ilse. Cidadania sem Fronteiras - Ações Coletivas na era da Globalização. São Paulo, Hucitec, 1999.

DOIMO, Ana Maria. A Vez e Voz do Popular - Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil Pós-70. Rio de Janeiro, Relume-Dumará / ANPOCS, 1995.





## ***Sobre as autoras***



**Anadilza Maria Paiva Ferreira** é educadora popular na Cunhã Coletivo Feminista, assistente social, militante da Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba e da Articulação de Mulheres Brasileiras.

**Analba Brazão Teixeira** foi coordenadora do Coletivo Leila Diniz de 2002 à 2013, atualmente integra a equipe do SOS CORPO. Foi coordenadora da Articulação de Mulheres Brasileiras de 2012 à 2014 e da Articulação Feminista Marcosur de 2010 à 2014. É antropóloga com mestrado na UFRN.



**Beatriz Ribas** é jornalista e doutora em comunicação e cultura contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. Pesquisa as TICs desde o ano 2000.

**Beth Ferreira** é educadora feminista, graduada em serviço social e mestra em sociologia. É militante da Articulação de Mulheres Brasileiras e secretária executiva da Universidade Livre Feminista.



**Carmen Silva** é militante da Articulação de Mulheres Brasileiras e integra a equipe do SOS CORPO. É graduada em Jornalismo, com mestrados em história e filosofia da educação (PUC-SP) e políticas públicas (UFMA) e doutoranda em Sociologia (UFPE). Faz parte da coletiva dinamizadora da Universidade Livre Feminista e fez a coordenação geral do projeto Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras.

**Célia Vieira** é economista, especialista em políticas públicas e colaboradora do CFEMEA.



**Débora Prado** é jornalista do Instituto Patrícia Galvão, com especialização em gestão e economia urbana e formação técnica em desenvolvimento para web.

**Eleny Xavier Marinho** é pedagoga pela UFPE – Universidade Federal de Pernambuco, integra a equipe do SOS CORPO desde 1988 e fez parte da Coordenação Colegiada de 1998 a 2010. No projeto “Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras” foi a coordenadora administrativa.



**Gilda Cabral** é feminista e sócia fundadora do CFEMEA. Foi secretária executiva do Fórum Brasil do Orçamento. Foi também coordenadora da Comissão Mulher e Constituinte e também do Centro de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher do CNDM. É economista aposentada do IPEA, especialista em planejamento governamental

**Graciela Natansohn** é jornalista, professora da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia e doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas.





**Guacira César de Oliveira** é socióloga. Integra o Colegiado de Gestão do CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria, organização da qual foi uma fundadora. Faz parte da Coletiva Dinamizadora da Universidade Livre Feminista. Foi Secretária Executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras, integrou a Coordenação da Articulação Feminista MarcoSur e também da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.

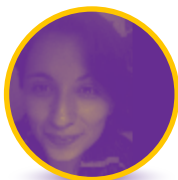
**Joana D'Arc da Silva** é educadora da Cunhã Coletivo Feminista, militante da Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba e da Articulação de Mulheres Brasileiras. É Psicoterapeuta em Bioenergética e Educadora Física.



**Nilza Iraci** é comunicadora social e presidenta do Gelledés - Instituto da Mulher Negra.

**Nina Madsen** é socióloga e integra o Colegiado de Gestão do CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria.





**Priscilla Brito** É secretária executiva da Universidade Livre Feminista e assessora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria. É militante da Articulação de Mulheres Brasileiras e integra a coordenação do Blog Bloqueiras Feministas. Tem bacharelado em Ciência Política pela Universidade de Brasília.

**Rivane Arantes** é advogada com especialização em Direitos Humanos, atua como educadora e pesquisadora no SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia, integra a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres.



**Schuma Schumacher** é coordenadora executiva da REDEH - Rede de Desenvolvimento Humano. Na instituição é responsável pelos Projetos Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras; Por Uma Educação Não Discriminatória; Mulher 500 Anos Atrás dos Panos e da Campanha Quem Ama Abraça Fazendo Escola. Integra a Coordenação da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e da Articulación Feminista Marcosul (AFM), da qual faz parte desde a fundação. Pedagoga, é coautora do Dicionário Mulheres do Brasil, Abrealas, Um Rio de Mulheres, Gogó de Ema e Mulheres Negras do Brasil, este último, Prêmio Jabuti 2008.









Contribuir para estabelecer novas condições culturais e normativas e políticas públicas que promovam direitos e que alterem a situação de desigualdade das mulheres na participação política e no mundo do trabalho produtivo e reprodutivo, considerando as dimensões da pobreza e do racismo, em conformidade com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

#### REALIZAÇÃO



#### APOIO

